

**Luis Fernando de Moraes y Blanco**

**Parceria estratégica  
a linguagem que constitui as relações  
entre a Rússia e a União Européia**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Kai Michael Kenkel

Rio de Janeiro  
Março de 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Luis Fernando de Moraes y Blanco**

**Parceria estratégica  
a linguagem que constitui as relações  
entre a Rússia e a União Européia**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

**Professor Kai Michael Kenkel**

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Professor Nizar Messar**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Professor Alexander Zhebit**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

**Professor Nizar Messar**

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de março de 2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Luis Fernando de Moraes y Blanco**

Graduou-se em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006.

#### Ficha Catalográfica

Moraes y Blanco, Luis Fernando de

Parceria estratégica : a linguagem que constitui as relações entre a Rússia e a União Européia / Luis Fernando de Moraes y Blanco ; orientador: Kai Michael Kenkel. – 2009.

152 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

CDD: 327

Para meu irmão Otávio.

## **Agradecimentos**

A Deus, por ter me dado as condições de chegar a este momento de minha vida.

À minha família, pelo apoio em todos os momentos. Em especial a meu irmão Otávio e sua serenidade.

A meu orientador, Professor Kai Michael Kenkel, pela confiança em aceitar orientar o presente trabalho e pela paciência e contribuições fundamentais demonstradas durante sua realização.

À Professora Andrea Ribeiro Hoffmann por sua contribuição à minha formação e pelas sugestões sobre a versão inicial do projeto que iniciou o presente trabalho.

Ao CNPq, pelos auxílios concedidos, sem os quais a execução deste trabalho teria sido impossível.

A meus colegas de turma, que comigo superaram muitos obstáculos até chegar a este momento de execução de suas dissertações de mestrado.

A meus amigos, pela dedicação de sua amizade mesmo em momentos em que o dever muitas vezes nos manteve afastados.

Aos professores que aceitaram participar da Comissão Examinadora.

Aos funcionários do Instituto de Relações Internacionais, por sua enorme presteza e colaboração.

Aos diretores do Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Dr. Wilhelm Hofmeister e Dr. Peter Fischer-Bollin, pela contribuição prestada ao aprofundamento de minha compreensão sobre as dinâmicas políticas, econômicas e sociais na Europa.

Ao Professor Doutor Danilo Marcondes, pela bibliografia fornecida e por sua avaliação da primeira versão final do trabalho.

A Danilo Marcondes Neto, por sua grande amizade e pela extensa sugestão de bibliografia que foi essencial para o resultado final do trabalho realizado.

À minha mãe, Laura Maria de Moraes Blanco, pelo constante estímulo intelectual.

A María Belén Sacheri, pela motivação, compreensão e apoio, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

## Resumo

Blanco, Luis Fernando de Moraes y; Kenkel, Kai Michael. **Parceria estratégica: a linguagem que constitui as relações entre a Rússia e a União Européia**. Rio de Janeiro, 2009. 152 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em um momento em que permanecem os temores europeus sobre a segurança de fornecimento de gás proveniente da Rússia, que, em desacordo com as demandas européias, a Rússia reconhece a soberania da Ossétia do Sul e da Abcásia, e que, diante do projeto de instalação do escudo antimísseis na República Tcheca e na Polônia, divergências são latentes, os analistas internacionais, em geral, avaliam as relações entre a Rússia e a União Européia como passando por um momento de estagnação. Buscando compreender tal cenário, remetem-se a uma série de elementos que explicam a existência de clivagens e dificuldade de cooperação a partir da idéia de uma suposta incompatibilidade inerente a esses atores políticos internacionais. Diante de tais análises, o fato de o conceito utilizado como definidor do relacionamento bilateral ser o de parceria estratégica, permite duas possibilidades de avaliação: ou um relacionamento de parceria estratégica simplesmente não foi concretizado ou a utilização desse conceito é mera retórica ou *lip service*. A presente dissertação busca, através de uma abordagem construtivista que incorpora a virada lingüística, apresentar uma leitura distinta das relações entre a Rússia e a União Européia. Através de uma ontologia baseada na noção de performatividade, busca-se discutir como o conceito de parceria estratégica pode ser compreendido como um ato de fala constitutivo das relações entre essas partes. Analisando a linguagem enunciada em discursos, declarações e documentos, além de elementos empíricos, discute-se que tipo de relacionamento o conceito de parceria estratégica propõe para as relações UE-Rússia e se a enunciação de tal conceito reflete-se de fato em práticas concretas que permitem avanços no relacionamento bilateral.

## Palavras-chave

Parceria estratégica; Rússia; União Européia; Teoria de Relações Internacionais; Construtivismo.

## Abstract

Blanco, Luis Fernando de Moraes y; Kenkel, Kai Michael. **Strategic partnership: the language which constitutes the relations between Russia and the European Union**. Rio de Janeiro, 2009. 152 p. MSc. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

When fears concerning the security of supply of gas to Europe remain, the Russian Federation recognizes the sovereignty of South Ossetia and Abkhazia and, in view of the Project of an anti-missile defense system in the Czech Republic and in Poland, divergences become latent, most analysts evaluate EU-Russia relations as going through a moment of stagnation. Trying to understand this scenario, a number of elements based on an alleged inherent incompatibility between these international political actors are presented. In this context, the fact that the concept of strategic partnership is used to define the bilateral relationship provides two options of assessment: or a strategic partnership relationship was not achieved or the use of this concept is only rhetorical or lip service. The present dissertation aims, based on a constructivist approach which incorporates the linguistic turn, to provide a different assessment of the relations between Russia and the European Union. According to an ontology based on the idea of performativity, the possibility that the strategic partnership concept may be understood as a speech act which constitutes the relations between these actors is discussed. By analyzing the language uttered in speeches, statements and documents, besides evaluating empiric elements, it is discussed what kind of relationship the strategic partnership concept proposes to EU-Russia relations and if the utterance of this concept influences concrete acts which allow progress in the bilateral relations among these actors.

## Keywords

Strategic partnership; Russia; European Union; Theory of International Relations; Constructivism.

## Sumário

1. Introdução	12
2. Linguagem e empiria	16
2.1. As contribuições advindas da Filosofia da Linguagem	18
2.2. A linguagem no Construtivismo e nos debates sobre segurança	25
2.3. Aplicando a linguagem à empiria: como discutir a parceria entre a União Européia e a Rússia	32
3. O conceito de parceria estratégica	38
3.1. Etimologia do conceito	39
3.1.1. O conceito de parceria	40
3.1.2. O conceito de estratégia	41
3.2. Elementos necessários para a definição de uma parceria estratégica	45
3.2.1. Assimetrias comerciais	49
3.2.2. Valores comuns	51
3.2.3. Compatibilidade soberana	53
3.2.4. Política externa	57
3.3. Parceria estratégica: um produto do contexto	59
4. A linguagem e seu uso nas relações entre a Rússia e a UE	61
4.1. A linguagem nos documentos e nas declarações que definem as bases do relacionamento bilateral	62
4.1.1. O ato inicial: a parceria como um relacionamento promissor, porém desigual	64
4.1.2. O caráter desigual da parceria passa a ser questionado	69
4.1.3. A consolidação dos termos da parceria?	76
4.1.4. A linguagem que remete à <i>zastoi</i>	79

4.2. O diálogo energético entre a Rússia e a União Européia	84
4.3. O conflito na Geórgia em 2008	96
4.4. Um balanço da análise empírica: o processo até um embate entre linguagens	104
5. Os jogos entre a Rússia e a UE: passado, presente e futuro	108
5.1. A parceria estratégica e os jogos entre a Rússia e a UE	109
5.2. A parceria estratégica como um ato de fala constitutivo	120
5.3. A cooperação sobre a questão de trânsito de Kaliningrado	124
6. Conclusão: A parceria estratégica como um ato de fala e seu papel constitutivo para o relacionamento entre a Rússia e a União Européia	129
7. Referências	135
7.1. Artigos acadêmicos e de jornais e livros	135
7.2. Documentos e discursos	143
7.3. Sítios da Internet	151
7.4. Documentários	152

## **Lista de abreviaturas**

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

ENPI – Instrumento de Parceria da Vizinhança Européia, em inglês.

ND – *Northern Dimension*

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

PVE –Política de Vizinhança Européia

TACIS – Programa de Assistência Técnica à Comunidade dos Estados independentes, em inglês.

TCE – Tratado da Carta de Energia

UE – União Européia

# 1 Introdução

Há, de maneira geral, quase um consenso entre analistas de que as relações entre a Rússia e a União Européia encontram-se em um momento de estagnação. E de fato, ao se atentar ao cotidiano das relações entre a Rússia e a União Européia, torna-se evidente a existência de embates antigos e recentes que sustentam cada vez mais essa visão acerca do estado do relacionamento bilateral: as críticas dos países europeus e instituições européias no que concerne ao processo eleitoral, liberdade de imprensa, direitos humanos e democracia russa de maneira mais geral; os posicionamentos divergentes no que tange a antigos conflitos, como os existentes na Transdnistria (Moldávia) e na Ossétia do Sul e na Abcásia (Geórgia); a dificuldade em se acordar um posicionamento comum no que concerne ao problema nuclear iraniano; as divergências quanto à recente declaração de independência kosovar; as dificuldades encontradas pelos demais Estados em adentrar no mercado energético russo; a diplomacia russa que muitas vezes se utiliza do seu controle sobre os suprimentos de gás natural como arma política; as próprias relações bilaterais entre a Rússia e alguns Estados-membros da UE, que às vezes (como no caso dos países bálticos e da Polônia) são bastante problemáticas.

Isso se dá em um contexto de crescente recuperação russa sustentada no aumento do valor do petróleo, o que, pelo menos até 2008, vinha sustentando uma política externa que visava a retomada de um status de grande potência (Cohen, 2007). Tal política externa, que ainda tem continuidade, apesar da queda no valor do petróleo, caracteriza-se por ações como, por exemplo, a afirmação de não aceitação da instalação do escudo antimísseis norte-americano na Polônia e na República Tcheca, dando a impressão de que as possibilidades de um relacionamento de parceria mais concreto ou mais desenvolvido tornam-se cada vez mais difíceis, e que a distância entre a Rússia e a UE fica cada vez maior. Mesmo com a resolução do problema do embargo à carne polonesa após mais de dois anos em dezembro de 2007 e o lançamento no fim de junho de 2008 das negociações para um tratado bilateral que substitua o vigente Acordo de Parceria e Cooperação, a primeira avaliação que se faz leva a uma dúvida sobre se mesmo com a concretização de um novo acordo a aparente estagnação nas relações entre

a Rússia e a União Européia será de fato superada. A concretização de outro “acordo vazio” (Torrent, 1998) não permitiria a superação de fato deste contexto de estagnação. Além disso, divergências atuais como a recente crise no que diz respeito à integridade territorial da Geórgia somente contribuem para um cenário pessimista no que tange às relações UE-Rússia.

Há, portanto, uma dificuldade bastante grande em se imaginar qualquer passo adiante no âmbito do diálogo bilateral. É nesse contexto que se chama a atenção ao fato de que o termo utilizado tanto por tomadores de decisão como por analistas para definir a relação entre ambas as partes é o de “parceria estratégica”, e, em um contexto considerado negativo, tenta-se imaginar a razão pela qual se utiliza este termo como definidor deste relacionamento.

Recorda-se, então, o exemplo apresentado por Diez (1999). O autor relembra que durante o debate da década de 1960 era comum no debate britânico referir-se à Comunidade Econômica Européia pelo termo “Mercado Comum”. Por sua vez, na Alemanha o termo mais comumente usado era “Gemeinschaft” (Comunidade). Um analista não pode estar alheio ao que representa tal escolha de termos. De fato, a enunciação de um termo ou de outro é muito compatível às distintas visões demonstradas por britânicos e alemães com respeito ao processo de integração europeu. A utilização de um termo ou outro demonstra um interesse de cada parte de propor um relacionamento em bases distintas. Dessa maneira, demonstra-se a necessidade de uma abordagem que permita um foco na linguagem, seu uso e seus efeitos.

Da filosofia da linguagem, especificamente de Austin (1990[1962]), tem-se então a noção de performatividade, que afirma que ao falar a palavra é dotada de uma força dita “ilocucionária”, que realmente tem a capacidade de agir e influir no contexto lingüístico em que foi enunciada. Segundo essa perspectiva, ao se proferir um termo ou outro, aquele que o enuncia – seja um tomador de decisão, seja um analista – está propondo ou reificando um conjunto de regras que constitui e regula um contexto relacional específico e, dessa maneira pode influir na sua consolidação ou no estímulo à modificação dessas regras que o definem.

Nesse sentido, a fim de compreender o ambiente lingüístico que caracteriza o contexto de interação entre a Rússia e a União Européia torna-se fundamental procurar compreender como a aplicação do conceito de “parceria

estratégica” pode ser um ato que define os limites e a profundidade do relacionamento entre ambos os atores. Cabe destacar que mesmo “acordos vazios”, apesar de juridicamente vazios podem não ser politicamente vazios (Torrent, 1998), produzindo efeitos concretos para o entendimento que os atores têm de si e de seu relacionamento.

Nesse contexto, o que as abordagens que “levam a linguagem a sério” permitem é a possibilidade de se buscar entender em que contexto se consolida essa idéia de incompatibilidade. Além de uma tentativa de compreensão de como se chega a este atual contexto lingüístico e de regras, a partir de um exame do processo pelo qual se desenvolve o modo como se relacionam a Rússia e a União Européia, busca-se demonstrar, principalmente, como a noção de “parceria estratégica” entre ambos os atores torna-se racional e adquire significado (Fierke e Wiener, 1999). Desse modo, a presente investigação propõe que atos de fala e outras práticas realizadas socialmente são elementos fundamentais para a constituição do momento atual em que se encontram as relações entre a Rússia e a União Européia. Nesse contexto, busca-se apresentar uma abordagem que se contraponha a uma visão de que essas relações são caracterizadas por um elemento inerente de conflito no relacionamento entre os atores políticos internacionais ou por identidades e interesses fixos dos mesmos.

Portanto, de maneira resumida, as perguntas que a presente dissertação se propõe a analisar e tentar responder são: como a utilização do conceito de parceria estratégica, visto como um ato de fala, informa as regras que constituem e regulam as relações entre a Rússia e a União Européia? Não seria a utilização do termo “parceria estratégica” uma linguagem que propõe uma forma de relacionamento específica entre ambos os atores? Mas que tipo de relacionamento é este? O que significa uma “parceria estratégica” no contexto das relações entre a Rússia e a UE? Como a idéia de estagnação e incompatibilidade se insere em um relacionamento proposto como de “parceria estratégica”?

Mais do que um olhar sobre o tema específico das relações Rússia-UE, busca-se realizar uma contribuição a uma abordagem para as relações internacionais centrada no uso da linguagem e em seu caráter performativo.

Neste contexto, no segundo capítulo, buscar-se-á esclarecer as bases ontológicas, metodológicas e epistemológicas deste projeto de investigação. Dessa

maneira, serão apresentadas algumas noções advindas de debates da filosofia da linguagem. Em seguida, buscar-se-á discutir a influência de tais noções em algumas abordagens que, no âmbito do debate teórico nas Relações Internacionais, fundamentam a proposta de investigação. Posteriormente, tais bases de fundamentação serão relacionadas ao objeto de estudo da investigação e à metodologia que será adotada.

Após tais esclarecimentos, o próximo passo a ser realizado é uma análise do conceito de “parceria estratégica”. Tal análise, que se realizará no terceiro capítulo, buscará compreender a origem do conceito e sua capacidade de assumir múltiplos significados. No capítulo posterior, realizar-se-á então uma análise da linguagem que permeia o relacionamento entre a Rússia e a União Européia não somente nos documentos que compõem o marco relacional bilateral, mas também na linguagem enunciada pelos representantes de ambas as partes. Ainda, serão realizados os estudos de caso acima mencionados, buscando discutir como o relacionamento entre Rússia e União Européia se desenvolve em casos específicos relevantes no âmbito da agenda bilateral. No quinto capítulo, discute-se, então, como a partir da linguagem – e especificamente a partir da utilização do conceito de “parceria estratégica” – as regras do jogo vão sendo modificadas ao longo de um processo temporal até assumir seu caráter atual e a União Européia e a Rússia definem a si mesmos, suas possibilidades de agência e os limites e a profundidade de seu relacionamento. Ou seja, discutir-se-á como o conceito de “parceria estratégica” passa a ser entendido e produz significado no contexto das relações entre a Rússia e a União Européia. Por fim, são apresentadas as conclusões da investigação.

## 2 Linguagem e empiria

A presente dissertação surge de um questionamento com respeito a como dois atores políticos – a Rússia e a União Européia – definem seu relacionamento. Parte-se da constatação empírica de que tais atores utilizam o termo “parceria estratégica” para referir-se à forma de relacionamento que vem desenvolvendo entre si. Contudo, tal constatação torna-se um objeto de pesquisa relevante quando se passa a questionar o significado que tal termo assume neste contexto e sua capacidade de informar ações concretas. A partir do momento em que o objeto de pesquisa é estabelecido desta forma, começam a ser delineados os pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos sobre os quais se sustentam a dissertação.

Muitos analistas poderiam observar a utilização do termo “parceria estratégica” como a representação ou a constatação de uma realidade (ontologia) imutável. Dada uma ontologia estática baseada na noção de anarquia, atores políticos dotados de interesses estratégicos imutáveis encontrariam em um relacionamento de “parceria estratégica” um meio para alcançar determinados fins comuns e, dessa maneira, estabelecer a concretização de um relacionamento cooperativo. O problema surge no fato de que, ao se assumir tal ontologia, parte-se do pressuposto de que a linguagem é um mero instrumento representativo e retórico. Assim, assume-se que determinados termos possuem significados fixos e que ao se analisar o relacionamento entre dois atores políticos, e tais atores definirem este relacionamento a partir de um termo específico, o fato de se conhecer o significado de tal termo permite uma compreensão objetiva de tal interação, sua profundidade e, sobretudo, seus limites. Tal limitação que a linguagem impõe à capacidade de agência dos atores coloca-se como um elemento fundamental da discussão que se propõe.

Quando se afirma que um dos principais objetivos da dissertação é compreender como um relacionamento passa a ser definido como de “parceria estratégica” e o significado que tal termo assume neste contexto e específico, e, além disso, chama-se a atenção para o fato de que, ao se definir o relacionamento desta maneira, algumas conseqüências podem ser definidas a partir deste ato, apresenta-se uma ontologia bastante distinta. Tal ontologia imediatamente

informa que o contexto deve ser destacado em detrimento de uma crença na imutabilidade de uma realidade concreta, que a linguagem possui um caráter de transformação, podendo um termo assumir significados variados, e que a linguagem e seu uso possuem uma característica que vai além da mera representação de uma realidade objetiva, podendo ser um meio de constituição dessa realidade.

Sobre esta ontologia assentam-se os trabalhos de alguns autores frequentemente chamados, no âmbito dos debates teóricos da Teoria das Relações Internacionais, de construtivistas. Segundo Fierke (2006, p. 173) os autores assim denominados caracterizam-se primordialmente por uma postura epistemológica particular em grande parte informada pela “virada lingüística”. Contudo, deve-se destacar que tal fundamentação na “virada lingüística” – que na realidade informa uma postura não somente ontológica, mas também epistemológica e metodológica – não é tida como uma característica essencial para que uma abordagem seja definida como construtivista (Messari e Nogueira, 2005, p. 168). Existem formas de construtivismo, como o de Wendt (1999), que claramente não se propõem a assumir tal postura. De todos os modos, a “virada lingüística”, na qual se baseiam alguns autores construtivistas, possui uma origem nas discussões no âmbito da filosofia da linguagem, surgidas especificamente com o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein (1953; ver também Fierke 2002, p. 331), e por isso torna-se necessário que não somente discutam-se as noções teóricas que no âmbito da Teoria de Relações Internacionais informam o arcabouço teórico da presente investigação, mas também as contribuições que derivam do debate no âmbito da Filosofia da Linguagem.

Desse modo, a primeira discussão que será realizada neste capítulo é uma discussão de elementos advindos dos debates realizados por autores não da área das Relações Internacionais, mas da Filosofia da Linguagem. Nesse contexto, centrar-se-á a discussão nas contribuições de Austin (1990[1962]), Searle (2003[1979]) e Wittgenstein (1953). Primordialmente, discutir-se-á as noções que serão apropriadas por autores construtivistas contemporâneos, tais como “performatividade”, “atos de fala” e “jogos de linguagem”. Posteriormente, discutir-se-á como tais noções são incorporadas nas contribuições construtivistas (Onuf, 1990; Fierke, 2002, 2006, 2007) e no debate travado no âmbito dos estudos de securitização (Buzan et al., 2004; Balzacq, 2005). Em seguida buscar-se-á

esclarecer como tais elementos teóricos serão incorporados no que diz respeito à argumentação que será conduzida ao longo da presente dissertação. Assim, serão discutidas as concepções ontológica, epistemológica e metodológica a partir dos quais se abordará o objeto da investigação. Ainda, ênfase é dada à metodologia que será utilizada na condução da argumentação que se busca desenvolver ao longo do presente trabalho, realizando-se esclarecimentos quanto aos estudos de caso selecionados e sobre as fontes que servirão de base para uma investigação que propõe centrar-se na análise do discurso. Por fim, de maneira bastante breve, serão apresentados os passos seguintes a ser realizados ao longo da dissertação.

## 2.1 As contribuições advindas da Filosofia da Linguagem

O “Terceiro Debate”, surgido a partir do artigo *The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era*, publicado em 1989 por Yosef Lapid, é um marco importante no âmbito da Teoria das Relações Internacionais (Messari e Nogueira, 2005, p. 7). Com ele, surge a oposição entre os chamados positivistas e pós-positivistas e, dentro do abrangente segundo grupo, autores construtivistas como Onuf (1989) e Fierke (2002, 2006, 2007) destacam-se pela incorporação de contribuições teóricas advindas da Filosofia da Linguagem. Os autores cujas contribuições inspiraram estes teóricos que se destacam no âmbito da Teoria de Relações Internacionais foram fundamentalmente os supracitados Wittgenstein (1953), Austin (1990[1962]) e Searle (1979[2003]).

Comumente, realiza-se uma divisão do pensamento de Wittgenstein em duas fases, a primeira é representada pelo *Tractatus logico-philosophicus* (1921) e a segunda por sua obra póstuma *Investigações Filosóficas* (1953) (Marcondes, 1994, p. 219). Segundo Marcondes

“uma das suposições básicas do *Tractatus* é precisamente a idéia de um *isomorfismo*<sup>1</sup> entre a linguagem e o real; ou seja, em última análise, a concepção de que a forma lógica da linguagem representa o real, na medida em que a proposição é uma imagem (...) de um fato. A relação de representação entre a imagem e o fato depende de três características fundamentais:

- 1) Os elementos da imagem representam elementos daquilo que é retratado.

---

<sup>1</sup> Itálico no texto original.

- 2) A forma (disposição, relação) destes elementos na imagem mostra a disposição destes elementos no que é retratado.  
 3) A cada elemento na imagem corresponde um elemento no que é retratado.” (1994, p. 222)<sup>2</sup>

Dessa maneira, a visão acerca da realidade vai eminentemente refletir uma perspectiva de a que a realidade possui uma natureza *constatativa*, na acepção de Searle (1962). Por sua vez, a segunda fase de Wittgenstein, evidenciada a partir de *Investigações Filosóficas* (1953), rompe com sua concepção isomórfica anterior. Nessa obra, a linguagem “entendida como tendo uma estrutura básica, uma forma lógica, desaparece, dissolve-se, fragmenta-se, dá lugar aos *jogos de linguagem*<sup>3</sup>, múltiplos, multifacetados, irreduzíveis uns aos outros” (Marcondes, 1994, p. 224).

Uma ontologia baseada na existência de jogos de linguagem é uma contribuição fundamental para os autores que promovem a “virada lingüística nas relações internacionais”. Ao caracterizar um jogo de linguagem, Wittgenstein (1953, §7) chama “o todo, consistindo da linguagem e das ações pelas quais é formado, de um ‘jogo de linguagem’”<sup>4</sup>. Mais especificamente, pode-se compreender um jogo de linguagem como um contexto relacional entre atores, um momento (curto ou prolongado) no tempo no qual atores, determinados e constrangidos por regras específicas deste contexto, relacionem-se e, assim influenciam-se mutuamente. Tais jogos de linguagem são então definidos como capazes de assumir incontáveis formas:

“Mas quantos tipos de sentenças existem? Digamos asserção, questão, comando? – Há *incontáveis*<sup>5</sup> tipos: incontáveis tipos diferentes de uso do que chamamos de ‘símbolos’, ‘palavras’, ‘sentenças’. E essa multiplicidade não é algo fixo, dada de uma vez por todas; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como podemos dizer, vêm à existência, e outros tornam-se obsoletos e ficam esquecidos. (...) Aqui o termo ‘jogo de linguagem’ tem o objetivo de destacar o fato de que *falar*<sup>6</sup> a linguagem é parte de uma atividade, ou de uma forma de vida.” (Wittgenstein, 1953, § 23)<sup>7</sup>

Tais passagens são relevantes, pois chamam a atenção para a importância do contexto e a impossibilidade de se sustentar a crença em uma ontologia baseada na imutabilidade e na recorrência. Assim, ao se promover essa nova

<sup>2</sup> Tradução livre.

<sup>3</sup> Itálico no texto original. O termo apresentado em português é uma tradução livre do original.

<sup>4</sup> Tradução livre.

<sup>5</sup> Itálico do autor.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Este trecho é citado por Marcondes (1994, p. 224) e é uma tradução livre do original.

ontologia, acaba-se gerando conseqüências importantes para o comprometimento metodológico que se tinha com o positivismo<sup>8</sup>.

No entanto, outro elemento importante decorrente de *Investigações Filosóficas* é a idéia de que uma palavra ou um conceito não é dotada(o) de um significado fixo. Como afirma Wittgenstein (1953, §43), “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”<sup>910</sup>. Dessa maneira, destaca-se que em determinados contextos, em determinados jogo específicos de linguagem, o significado de determinados termos pode assumir significados variados. Esta é uma das premissas wittgensteinianas incorporadas por Fierke (2002, 2006, 2007) que são fundamentais para o objeto da presente investigação e que evidenciam a necessidade de análises voltadas para o uso da linguagem no contexto.

Portanto, para um entendimento de uma “realidade” específica, ou seja, do contexto que permeia um jogo de linguagem, deve-se analisar o contexto lingüístico e se buscar compreender como determinados significados são atribuídos, e, assim, como são definidas as regras que constituem o jogo específico. Neste ponto, deve-se destacar o tema das regras.

Para Wittgenstein (1953, § 81) fica evidenciado que “se qualquer pessoa enuncia uma sentença e significados ou a(os) compreende, essa pessoa está operando um cálculo de acordo com regras definidas”<sup>11</sup>. E essas regras são, segundo o autor, construídas no processo: “e também não é o caso que jogamos e – construímos as regras conforme avançamos? E inclusive é o caso de que as alteramos [essas regras] conforme avançamos”<sup>12</sup> (Wittgenstein, 1953, § 83).

Essa concepção wittgensteiniana, que se pode resumir como uma abordagem definida pela crença na linguagem em uso e na existência de jogos de linguagem múltiplos constituídos por regras determinadas no contexto, ou seja, definida por uma ontologia polimorfa, deve, portanto, ser destacada por permitir uma nova forma de compreensão da realidade. Deste modo, também influi de maneira marcante sobre como uma epistemologia empiricista deve ser negada. Como coloca Marcondes:

---

<sup>8</sup> Steve Smith (1996, p. 17) chama a atenção para o fato de que os termos “positivismo” e “empiricismo” são confundidos no âmbito das Relações Internacionais. O autor destaca que o positivismo é na verdade um compromisso metodológico atado a uma epistemologia empiricista.

<sup>9</sup> Tradução livre.

<sup>10</sup> Este trecho é citado por Marcondes (1994, p. 225) e é uma tradução livre do original para o português.

<sup>11</sup> Tradução livre.

<sup>12</sup> Idem.

“O método de análise dos problemas depende afinal da natureza dos próprios problemas. O que é necessário é uma nova compreensão de nossa própria experiência, do significado desta experiência, algo de que nem sempre temos consciência. É necessário tornar isso mais explícito, mais transparente. São as condições de uso da linguagem e portanto do significado e da experiência que devem ser examinadas (...).” (1994, p. 226)

E o próprio Wittgenstein é bastante explícito quando afirma que

“[e]ra verdade dizer que nossas considerações não poderiam ser científicas. Não era de nenhum interesse possível nosso descobrir empiricamente ‘que, contrariamente a nossas idéias pré-concebidas, é possível pensar tal e tal’ – independente do que isso possa significar. (...) E não podemos avançar qualquer tipo de teoria. Não deve haver qualquer coisa hipotética em nossas considerações. Devemos abandonar toda forma de *explicação*<sup>13</sup>, e a descrição sozinha deve tomar seu lugar”<sup>14</sup> (1953, § 109)<sup>15</sup>.

Contudo, se a explicação causal deve ser abandonada, deve-se destacar que o comportamento de atores inseridos em um jogo de linguagem é pautado por regularidades, por costumes, por regras (Wittgenstein, 1953, §199). Ainda, da mesma maneira que regras operam em um contexto e podem ser obedecidas, também podem ser quebradas (Wittgenstein, 1953, § 201). Este é um ponto importante, pois permite que se possa mover o objeto de um estudo das causas pelas quais um ator se comporta de determinada maneira em determinado momento, para um olhar analítico sobre como determinada ação se insere em um contexto relacional específico.

Austin (1990[1962]) e Searle (2003[1979]) devem ser destacados, por sua vez, por uma abordagem que, apesar de ter pontos em comum com a abordagem de Wittgenstein (1953) – principalmente no que diz respeito a uma ontologia que se baseia na noção de linguagem em uso – possui suas especificidades e se difere em alguns pontos com respeito ao arcabouço wittgensteiniano.

O primeiro elemento trazido à tona por Austin é a noção, já presente em Wittgenstein (1953) de que falar algo não se limita a descrever uma realidade, mas sim é uma ação em si, com efeitos práticos concretos. Daí advém a distinção que realiza entre uma sentença constativa (uma enunciação dotada de um caráter meramente descritivo) para uma enunciação performativa e sua inclinação pela impossibilidade de uma sentença assumir um caráter meramente constativo, algo que é defendido por Searle quando este autor afirma que:

<sup>13</sup> Itálico do autor.

<sup>14</sup> Tradução livre.

<sup>15</sup> Um trecho deste parágrafo também é citado por Marcondes, 1994, p. 227.

“[c]omo Austin percebeu, mas muitos filósofos não conseguiram perceber (...) Fazer um enunciado é realizar um ato ilocucionário, tanto quanto fazer uma promessa, uma aposta, uma advertência, etc. Qualquer emissão consistirá na realização de um ou mais atos ilocucionários” (Searle, 2003[1979], p. 27).

Uma “sentença performativa”, um “proferimento performativo” ou um “performativo” “indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo” (Austin, 1990[1962], p. 25). Dessa maneira, a condição performática da linguagem diz respeito à capacidade da linguagem de influir, modificar e constituir a “realidade”.

Dentro de seu arcabouço, que se baseia na noção de que falar algo é realizar uma ação, existem três classes de atos: locucionário, ilocucionário e perlocucionário (Austin, 1990[1962]). O ato locucionário é tido como um “ato de dizer algo nesta acepção normal e completa” (Austin, 1990[1962], p. 85). Este tipo de ato é constituído por três sub-categorias de atos: fonético, fático e rético (Austin, 1990[1962], p. 85). Na categorização de Austin (1990[1962]),

“o ato fonético consiste simplesmente na emissão de certos ruídos. O ato fático consiste simplesmente no proferimento de certos vocábulos ou palavras, isto é, ruídos de determinado tipo, considerados como pertencentes a um vocábulo e na medida em que a ele pertencem, de conformidade com uma certa gramática e na medida em que a esta se conformam. O ato rético consiste na realização no ato de utilizar tais vocábulos com um certo sentido e referência mais ou menos definidos.” (Austin, 1990[1962], p. 85-86)

Por sua vez, o ato ilocucionário, dotado de uma força ilocucionária<sup>16</sup>, é “aquele que se realiza a partir do momento em que o ouvinte compreende como o que foi dito deve ser tomado, ou seja, que ato o locutor pretendeu realizar. (...) É aquele que se realiza quando se evidencia o que o locutor pretendeu fazer ao proferir uma determinada frase” (Bueno, 1986, p. 36). Assim, poder-se-ia dizer que o ato ilocucionário é a essência da linguagem performativa. É nele que se torna evidente o objetivo e a carga de significado de uma enunciação ou proferimento.

Por fim, o ato perlocucionário pode ser entendido como aquele “que se realiza como uma conseqüência daquilo que foi dito” (Bueno, 1986, p. 36), é ele um ato que demonstra se a intenção demonstrada na realização do ato ilocucionário foi aceita pela audiência a qual este foi dirigido.

<sup>16</sup> Vera Cristina de Andrade Bueno (1986) define “força ilocucionária” como “a situação contextual que envolve o proferir da frase” (Bueno, 1986, p. 36).

Deste modo, apresentando o entendimento da concepção austiniana de um ator inserido nos debates sobre segurança no âmbito das Relações Internacionais:

“(...) each sentence can convey three types of acts, the combination of which constitutes the total speech act situation – (i) locutionary – the utterance of an expression that contains a given sense and reference; (ii) illocutionary – in a way this category captures the explicit performative class of utterances, and, as a matter of fact, the concept ‘speech act’ is literally predicated on that sort of agency; and (iii) perlocutionary, which is the ‘consequential effects’ or ‘sequels’ that are aimed at evoking the feelings, beliefs, thoughts or actions of the target audience.” (Balzacq, 2005, p. 175)

A partir dessa categorização, percebe-se que o foco de Austin (1990[1962]) é muito mais centrado na questão de como uma enunciação é um ato que realiza algo do que em uma noção de ontologia fluida e centrada no contexto. Não que a categorização de Austin (1990[1962]) seja incompatível com uma ontologia fluida que parte do pressuposto de que a “realidade” pode assumir diferentes formas, contudo um ponto fundamental que coloca Austin (1990[1962]) e que o distancia de Wittgenstein (1953) é sua tentativa de identificação de classes de verbos performativos, dada sua constatação de uma necessidade de se criar uma “lista das *forças ilocucionárias*<sup>17</sup> de um proferimento” (Austin, 1990[1962], p. 122).

Nesse contexto, o autor apresenta sua classificação dos verbos performativos: veriditivos, exercitativos, comissivos, comportamentais e expositivos (Austin, 1990[1962], p. 123). Tal taxonomia é posteriormente reformulada por Searle (2003[1979]), que chama a atenção para o fato de que a categorização de Austin (1990[1962]) não diz respeito a uma classificação de atos ilocucionários, “mas de verbos ilocucionários ingleses” (Searle, 2003[1979], p. 14). Ainda, dentre as várias críticas que realiza, chama a atenção para o fato de que “nem todos os verbos catalogados são sequer verbos ilocucionários (...) [e de que] não há nenhum princípio, ou conjunto de princípios, claro e consistente na base dos quais a taxonomia esteja construída” (Searle, 2003[1979], p. 14-15). Searle afirma que

“[e]m resumo, a taxonomia de Austin depara-se com (no mínimo) seis dificuldades inter-relacionadas; em ordem crescente de importância: há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre categorias, muitos dos verbos catalogados nas categorias

---

<sup>17</sup> Itálico do autor.

não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o que é mais importante, não há um princípio consistente de classificação.” (Searle, 1003[1979], p. 18)

Daí a proposição de Searle de uma “taxonomia alternativa”, na qual define suas categorias de atos ilocucionários: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos, e declarações. Dentre essas categorias, as utilizadas no arcabouço teórico de Relações Internacionais, notadamente por Onuf (1989), são as três primeiras e por isso merecem ser destacadas.

A primeira categoria, a dos assertivos, teria o propósito, segundo o autor, “de comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão que inclui o *verdadeiro*<sup>18</sup> e o *falso*<sup>19</sup>” (Searle, 2003[1979], p. 19). Os atos diretivos seriam “tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo” (Searle, 2003[1979], p. 21). Por fim, os compromissivos seriam “os atos ilocucionários cujo propósito é comprometer o falante (também neste caso, em graus variáveis) com alguma linha futura de ação” (Searle, 2003[1979], p. 22).

Além dessas três categorias de Searle, uma questão fundamental deve ser destacada: a forma como sua taxonomia se apresenta como diferenciada da proposta de Wittgenstein (1953). Assim como Austin (1990[1962]), Searle (2003[1979]) diferencia-se deste autor, e o faz explicitamente quando afirma que

“[n]ão há, como Wittgenstein (numa interpretação possível) e muitos outros alegaram, um número infinito ou indefinido de jogos de linguagem. Pelo contrário, a ilusão de que os usos da linguagem são ilimitados é gerada por uma enorme falta de clareza sobre o que sejam os critérios que permitem distinguir um jogo de linguagem de outro, um uso da linguagem de outro. Se adotamos o propósito ilocucionário como noção básica para a classificação dos usos da linguagem, há então um número bem limitado de coisas básicas que fazemos com a linguagem: dizemos às pessoas como as coisas são, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos nossos sentimentos e atitudes, e produzimos mudanças por meio de nossas emissões. Frequentemente, fazemos mais que uma dessas coisas de uma só vez, com a mesma emissão.” (Searle, 2003[1979], p. 45-46)

A distinção acima é fundamental no debate entre os teóricos da linguagem apresentados, mas também se coloca como um marcador importante de teorias

---

<sup>18</sup> Itálico do autor.

<sup>19</sup> Idem.

construtivistas inseridas no âmbito da Teoria das Relações Internacionais. E são a essas teorias que agora se dirige o foco de discussão.

## 2.2

### A linguagem no Construtivismo e nos debates sobre segurança

Talvez após ler a seção anterior poder-se-ia perguntar qual a importância, no entanto, de se incorporar noções advindas da Filosofia da Linguagem ao âmbito de estudo das Relações Internacionais. Por que as análises que sustentam que a linguagem é uma maneira pela qual se age na “realidade” são uma contribuição relevante ao objeto de estudo do analista de fenômenos políticos internacionais?

Com o advento do Terceiro Debate e a oposição entre positivistas e pós-positivistas, evidenciam-se críticas sobre o modo pelo qual a disciplina em sua vertente positivista – sustentada na crença de que através de um método científico pode-se adquirir um conhecimento objetivo acerca de uma suposta realidade concreta – silencia leituras alternativas de determinados fenômenos e reifica uma ontologia supostamente imutável à qual é atribuída um caráter de verdade. É nesse contexto que a incorporação do debate filosófico sobre linguagem se insere:

“Uma vez que os pós-modernos rejeitam a epistemologia positivista, coloca-se a questão de como podemos estudar a realidade social e, mais ainda, o que constitui essa realidade, uma vez que não podemos supor sua materialidade objetiva. O foco recai sobre a linguagem, que é o principal meio de representação da realidade empregado pelas ciências humanas. (...) Nesse sentido, a maneira como interpretamos a realidade é dependente da linguagem ou das práticas discursivas empregadas para descrevê-la. Cai por terra, então, a própria idéia de representação, de correspondência entre palavras e o real (pois esta será sempre determinada), para dar lugar apenas a *discursos*<sup>20</sup> sobre o real.” (Messari e Nogueira, 2005, p. 205-206)

É neste contexto que Onuf (1989), ao citar Foucault (1972) na abertura da primeira parte de *World of our Making* chama a atenção para a necessidade de que as abordagens voltadas para a compreensão de fenômenos sociais estejam livres de uma “logocentric disposition”<sup>21</sup>. Aceitando a relevância da crítica pós-estruturalista ao logocentrismo, mas sem negar a existência do mundo material

<sup>20</sup> Itálico dos autores.

<sup>21</sup> “(...) the expectation that all practice must secure recognition and Power by appeal to some identical consciousness, principle of interpretation, or necessary subjectivity – some central and originary premise necessary to the making and interpretation of history – which is itself regarded as unproblematic, extra-historical and, hence, in need of no critical accounting.” (Onuf, 1989, p. 40-41)

(Onuf, 1989, p. 40) e destacando seu objetivo distinto de “reconstrução” é que Onuf (1989) assume seu logocentrismo, contudo um logocentrismo “esclarecido” que aceita que “[t]he act of construction, the co-constitution of people and society, makes history. (...) Even though I conceive of this ‘viewpoint’ as ‘the foundation or origin of history’s making,’ social construction is nevertheless ‘a contingent effect of political practices within history’” (Onuf, 1989, p. 42-43)<sup>22</sup>. A linguagem, portanto, torna-se uma forma “esclarecida” – pois consciente - de logocentrismo porque ela “affords us sufficient distance from the world that we can represent the world as it is, including our place in it, through language” (Onuf, 1989, p. 43). A partir daí, Onuf (1989) define seu construtivismo como caracterizado por um “falso começo”, explicitado pela frase “[i]n the beginning was the deed” (Onuf, 1989, p. 46), e se centra nas regras e na linguagem a fim de apresentar sua abordagem para a compreensão dos fenômenos sociais.

Incorporando a teoria da estruturação de Giddens, Onuf (1989) traz uma contribuição de extrema relevância ao debate sobre agência e estrutura, contudo, para os efeitos da presente dissertação, deve-se destacar principalmente o papel atribuído às regras e à correspondência que faz entre estas regras e a taxonomia dos atos de fala de Searle.

As regras são um elemento fundamental do arcabouço de Onuf (1989) a partir do momento que este autor assume uma ontologia na qual não haveria uma distinção muito bem definida entre o mundo material e a realidade social. Para o autor, “the material and the social contaminate each other” (Onuf, 1989, p. 40) e “rules are necessary for material conditions to be identified as such for social purposes, (...) rules cannot organize human endeavor unless they are somehow related to material conditions” (Onuf, 1989, p. 64). Assim, “[r]esources are nothing until mobilized through rules, rules are nothing until matched to resources to effectuate rule” (Onuf, 1989, p. 64).

Onuf (1989), então, analisa as categorias de atos de fala de Searle (2003[1079]) e afirma que somente atos de fala assertivos, diretivos e compromissivos vão incorporar seu arcabouço, uma vez que somente elas seriam capazes de possuir uma correspondência com categorias funcionais de

---

<sup>22</sup> O que se encontra em aspas simples são citações que Onuf faz do trabalho *Geopolitics, Supplementary, Criticism* (1988), the Richard Ashley.

ordenamento<sup>23</sup> e, assim produzir regras (Onuf, 1989, p. 89). Para o autor, a partir dessas três categorias de atos de fala, ter-se-ia “an inclusive classificatory scheme of *all*<sup>24</sup> social rules” (Onuf, 1989, p. 91).

Nesse momento, contudo, apesar de “esclarecido” desde um momento em que incorpora a “virada lingüística” e tenta escapar a um fundacionismo que é um objeto importante de crítica no âmbito do Terceiro Debate, o construtivismo de Onuf (1989) mostra-se como um construtivismo limitado. O autor demonstra, assim como Austin (1990[1962]) e Searle (2003[1979]) um posicionamento distinto àquele de Wittgenstein (1953). Ao analisar a realidade social e advogar uma pretensão à reconstrução, Onuf (1989) incorpora às críticas ao fundacionismo e um arcabouço centrado na linguagem. Contudo, ao realizar tal movimento, mantém uma visão de que a realidade, apesar de não ser fixa e poder assumir formas distintas, deriva de um número limitado de regras, que por sua vez derivam de uma crença em uma limitação nas formas de atos que podem ser realizados com a linguagem. Assim, ao tentar encontrar uma sistematização entre atos de fala, regras e formas de *rule*, Onuf (1989) demonstra sua crença nos limites da “realidade” e de sua capacidade de reconstrução e, portanto, apesar de apresentar uma contribuição importante no que tange à importância da agência como elemento capaz de mobilizar regras e constituir a estrutura (algo inviável de acordo com abordagens anteriores nas Relações Internacionais), não parece apresentar um arcabouço capaz de lidar com a polimorfia que caracteriza as relações entre atores políticos.

Nesse contexto, cabe introduzir o arcabouço de Fierke (2002, 2006, 2007; Fierke & Wiener, 1999). A autora baseia sua abordagem fundamentalmente em Wittgenstein (1953) e parece ser a mais adequada ao objeto de investigação deste trabalho, uma vez que seu foco é o contexto:

“(...) we want to problematize the context. Rather than taking the rules of any particular game for granted, and focusing on the rationality of decisions within an assumed context, we want to elaborate on the context itself within which the changing identities and interests (...) were invested with social and political meaning. To do so, we suggest elaborating on a Wittgensteinian constructivist approach.” (Fierke & Wiener, 1999, p. 723)

<sup>23</sup> No original em inglês, o termo utilizado é “rule”.

<sup>24</sup> Itálico do autor.

Fierke (2002) destaca as metáforas da fotografia e do jogo e, ao fazê-lo, sublinha a importância da observância do contexto e da compreensão das regras que imperam nos jogos específicos, possibilitando, a partir da filosofia de Wittgenstein (1953), um arcabouço que concilia uma ontologia polimorfa, uma metodologia pós-positivista, além de não negar totalmente uma epistemologia empiricista:

“(...) we no longer focus on an image, but instead shift to the structure of rules underpinning the game. These rules govern the moments of the players. While the picture emphasizes observation, or what is seen, the *Philosophical Investigations* is more concerned with what is involved in play, in moving *this way*, from *this point* in a game, according to *these* rules. (...) A game may involve multiple layers of activity and participation. There are material *objects* of play (...) whose identity and movements are governed by the rules of a game. (...) [And t]here are *subjects* of play who follow rules, more or less skillfully or knowledgeably, as they move the material objects across the board.” (Fierke, 2002, p. 337)<sup>25</sup>

Importante é o fato de que, assim como Wittgenstein (1953), Fierke (2002) afirma uma ontologia em que existe uma multiplicidade de jogos possíveis, mas destaca o fato de que seguir uma regra não é mero fruto de uma interpretação (Fierke, 2002, p. 338). Pelo contrário, a autora afirma que interpretações podem ser aplicadas de maneiras diferentes por indivíduos diferentes, porém regras “são padrões que constituem quem somos e como agimos com relação a outros específicos” (Fierke, 2002, p. 338) e, ao emergir, o fazem em um processo de ação e reação entre as partes envolvidas em um jogo, de maneira que há um limite para o caráter interpretativo da realidade, pois as possibilidades de ação possíveis são seguir a regra ou desobedecê-la (Fierke, 2002, p. 338). Deve-se ressaltar que dentro da filosofia de linguagem de Wittgenstein (1953) não existe linguagem privada, os participantes de um jogo têm consciência das regras que imperam no contexto. Deste modo, “o significado é *intersubjetivo e social*<sup>26</sup>” (Fierke, 2002, p. 346) e por isso não se pode atribuir tanta relevância ao caráter interpretativo da realidade.

Outros elementos fundamentais da abordagem apresentada por Fierke (2002) são sua afirmação sobre a possibilidade de mudanças nas regras que governam um jogo específico e suas considerações acerca da possibilidade de se fixar significados, identidades e interesses. No que diz respeito à mudança de

---

<sup>25</sup> Itálicos são da própria autora.

<sup>26</sup> Idem.

regras que operam em um contexto, em *Links Across the Abyss* (2002) a autora já chama a atenção para o fato de que tal ação pode ser realizada e de que “[the t]ransition or movement toward a new set of rules often requires a challenge to the prevailing necessity and a willingness to act as if a new logic were possible” (Fierke, 2002, p. 338-339). Contudo, a autora esclarece melhor a maneira pela qual identifica a possibilidade de mudança em *Critical Approaches to International Security* (2007). Nesta obra, Fierke apresenta o exemplo da Guerra Fria para demonstrar como as regras de um jogo podem ser modificadas a partir do “agir como se”:

“The power of ‘acting as if’ resides in a double move, that is, in politicizing the rules of the dominant game, by flaunting them, and, at the same time, acting within the framework of a more marginal game that already has meaning within a political context. This created a space of opportunity for leaders such as Gorbachev and Reagan to ‘change games’, from one of enemies in a divided Europe to partners in disarmament in a Europe whole and free. (...) As the legitimacy of Cold War security structures was undermined, a different language stepped into the public imagination and was adapted to the interests of political leaders, who then introduced a change in practice.” (Fierke, 2007, p. 62-63)

Por sua vez, no que concerne à questão de se fixar interesses, Fierke (2002, p. 343) afirma que “[t]he practice of *fixing* meaning is in conflict with the goal of mapping a *change* in identities and interests”<sup>27</sup>. Assim, ao se assumir que um conceito, como o de “parceria estratégica”, não é estático, isso quer dizer que possui uma relação com a crença de que seu significado depende dos atores ao qual se aplica e aos interesses que possuem nesse contexto.

Do que foi apresentado até agora, destaca-se o fato de que a abordagem de Fierke (2002, 2006, 2007) permite um olhar sobre o contexto – que pode assumir múltiplas formas -, pressupõe o caráter mutável de significados, identidades e interesses e, principalmente – porque então demonstra a relevância da incorporação da “virada linguística” sobre abordagens que não o fazem, como Wendt (1999) – foca em processos e na possibilidade de mudança no que tange às regras que governam os jogos específicos. Contudo, deve-se chamar a atenção para o fato de que dessa maneira a obra de Fierke permite uma abordagem que realiza uma transição para uma metodologia pós-positivista sem, contudo, desconsiderar a importância de uma epistemologia voltada para o elemento empírico. Como colocam Messari e Nogueira (2005, p. 183), “Fierke procura

---

<sup>27</sup> Idem.

afirmar o construtivismo como uma abordagem que se adapta às necessidades da pesquisa empírica sem abrir mão da postura crítica”.

Esta possibilidade permitida pelo arcabouço ontológico, metodológico e epistemológico de Fierke (2002, 2006, 2007) é fundamental para o objeto da presente tese, e por isso é que é com base em seus pressupostos que a investigação deverá seguir. Somente deve-se destacar uma ressalva. Fierke apresenta uma abordagem que utiliza a questão das identidades como uma ferramenta de análise. A abordagem que se realizará, contudo, baseia-se na crença de que não há a necessidade de se trabalhar no presente trabalho com esse elemento heurístico. A partir das ferramentas advindas da Filosofia da Linguagem e incorporadas por Fierke, além de sua abordagem de como compreender uma mudança das regras que permeiam o contexto relacional em um processo, crê-se ter o instrumental necessário para a análise que se propõe.

Antes de se encerrar a discussão desta seção, porém, chama-se atenção para a discussão de como a mudança de regras torna-se efetiva e como o ato de fala torna-se completo e atinge o objetivo programado. Apesar de já se haver exposto como Fierke (2007) vislumbra a mudança de regras em um jogo, é importante, no que diz respeito aos objetivos desta dissertação, que se direcione um pouco mais de atenção à importância da anuência da audiência de maneira que um significado, e não somente as regras que governam um jogo, possam ser alteradas.

Neste momento, chama-se atenção brevemente para a contribuição da Escola de Copenhague. Em *Security: A New Framework for Analysis* (2004), Buzan, Wæver e de Wilde incorporam a noção de atos de fala aos estudos de segurança, discutindo como um determinado tema ou objeto torna-se securitizado, ou seja, como a ele é atribuído um caráter de “existential threat, requiring emergency measures and justifying acts outside the normal bounds of political procedure” (Buzan et al., 2004, p. 24). Para os autores, temas ou objetos podem ser não-politizados, politizados ou securitizados (Buzan et al., 2004, p. 23), e para que um objeto ou tema seja securitizado, ele deve sofrer um “movimento de securitização”<sup>28</sup>, e é nesse contexto que os autores defendem que a execução dessa prática de securitização se dá por meio de um ato de fala, obedecendo a seqüência

---

<sup>28</sup> Tradução livre.

de atos apresentada por Austin (1990[1962]): locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

O ponto importante dessa argumentação reside no fato de que os interlocutores do movimento de securitização, ou seja, a audiência, devem demonstrar sua aceitação do movimento para que o objeto ou tema seja securitizado: “[s]uccessfull securitization is not decided by the securitizers but by the audience of the security speech act” (Buzan et al., 2004, p. 31). Nesse contexto, os autores estabelecem duas características de condições para um movimento securitizante bem-sucedido: “(1) the internal, linguistic-grammatical – to follow the rules of the act (or, as Austin argues, accepted conventional procedures must exist, and the act must be executed according to these procedures), and (2) the external, contextual and social – to hold a position from which the act can be made” (Buzan et al., 2004, p. 32).

Esta argumentação é, contudo, criticada por Balzacq (2005), que defende que o conceito de ato de fala de segurança é inadequado no âmbito do objeto de estudo das Relações Internacionais, e então propõe a noção de ação estratégica ou pragmática do discurso, a qual, segundo o autor, “operates at the level of persuasion and uses various artifacts (metaphors, emotions, stereotypes, gestures silence, and even lies) to reach its goals” (Balzacq, 2005, p. 172). O autor demonstra sua preocupação pelo fato de que a Escola de Copenhagen supostamente afirma o papel fundamental da audiência, mas de certa maneira sua estrutura ignora esta audiência, sugerindo a opção por uma visão ilocucionária da segurança, mas que não dá suficiente destaque à dimensão perlocucionária da securitização (p. 177-178).

Assim, Balzacq argumenta (p. 172) que se deve pensar sobre “security pronouncements not as speech acts that are successful to the extent that rules are followed by the agents but as discursive techniques allowing the securitizing actor to ‘induce or increase the [public] mind’s adherence to the thesis presented to its assent’”. Para ele, “success, that is, the possibility of marshalling the assent of an audience (perlocutionary effect), rests with whether the historical conjuncture renders the audience more sensitive to its vulnerability” (Balzacq, 2005, p. 182). Por fim, o autor afirma que “the expression of the power of words”, ou seja, em última instância o que se considerariam as condições para um ato de fala bem-sucedido, seriam: “(i) the context and the power position of the agent that utters

them; (ii) the relative validity of statements for which the acquiescence of the audience is requested; and (iii) the manner in which the securitizing actor makes the case for an issue, that is, the discursive strategy displayed” (Balzacq, 2005, p. 190).

Esta discussão entre Balzacq e a Escola de Copenhague é brevemente mencionada, pois a crítica de Balzacq, apesar de voltada para um debate específico, chama a atenção para a discussão colocada por Fierke (2002, 2007) sobre como se gera uma mudança nas regras de um jogo. O que se quer destacar é o fato de que não somente que determinados atores passem a “agir como se” um novo conjunto de regras fosse possível faz com que os interlocutores aceitem tal proposição. Quem fala, para quem se fala, o que se fala, o modo que se fala e o momento em que se fala são elementos fundamentais que devem ser levados em consideração quando se busca compreender a mudança ou não de regras que governam um contexto ou de um significado assumido dentro de um contexto.

Após estas últimas duas seções, que buscaram esclarecer os fundamentos que baseiam a presente discussão, crê-se poder iniciar uma discussão acerca do objeto de investigação e a forma como este objeto será investigado e discutido.

### **2.3**

#### **Aplicando a linguagem à empiria: como discutir a parceria estratégica entre a União Européia e a Rússia**

Como destacado na introdução, o objeto de estudo que se propõe é uma compreensão do processo pelo qual o relacionamento existente entre a Rússia e a União Européia adquire seu significado atual. Como já se destacou, o objeto de estudo da presente dissertação é resultado da fundamentação ontológica, metodológica e epistemológica que se buscou apresentar nas seções anteriores. Isso se dá, pois a investigação justifica-se na crença de que significados não são fixos, que a “realidade” deve ser abordada a partir da linguagem e das noções de atos de fala, performatividade e jogos de linguagem, e de que os atores têm capacidade de agência, através da linguagem, de modificar as regras que governam os contextos relacionais que compartilham com outros atores.

Como já se mencionou, e posteriormente se analisará de maneira mais atenta, o objeto de investigação parte de uma observação realizada com base em análises de discursos, declarações e documentos de representantes russos e

européus que demonstram, de maneira preliminar, que o relacionamento entre a Rússia e a União Européia, quando apresentado como um relacionamento de “parceria estratégica”, demonstra uma atribuição específica de significado no que concerne a este conceito. Em sua acepção original, o conceito de parceria remonta à noção de “parceiro” (Machado, 1967), cuja análise etimológica remonta ao latim *partiarium* (Machado, 1967; Nascentes, 1966), aquele que participa ou que compartilha algo (Machado, 1967), contudo, como se verá a seguir, este não é um significado único e definitivo desse conceito.

A partir do que vem sendo discutido neste capítulo, qual seria então o objetivo de um olhar que incorpora elementos de discussão advindos da Filosofia da Linguagem ao âmbito das relações entre a Rússia e a Européia? Propõe-se uma análise que permita compreender como as regras advindas da linguagem que governam o contexto de interação entre a Rússia e a União Européia surgem e como estes atores e seus interesses são investidos de determinados significados sociais e políticos (Fierke e Wiener, 1999, p. 723). Espera-se compreender como um contexto lingüístico de regras é sustentado, principalmente através da enunciação do conceito de “parceria estratégica”, e dessa forma atores e possibilidades de agência passam a ser definidos e um contexto específico se sustenta.

Como se pode observar, portanto, a investigação que se propõe é centrada na análise do discurso e, incorporando uma metodologia pós-positivista, não está preocupada com a identificação de variáveis independentes e variáveis dependentes e com a explicação de uma relação causal entre tais variáveis. Poder-se-ia perguntar então, como a investigação será elaborada?

Pode-se destacar, então, uma colocação de Fierke (2007), que afirma que

“[a] causal relationship requires the isolation of independent and dependent variables. A constitutive discourse analysis, by contrast, requires that we ‘look and see’ the matrix of identities and interests and the process by which they are gradually transformed through historical interactions. These interactions do not by definition magnify the difference between identities; they may also attempt to renegotiate a different type of relationship between self and other.” (Fierke, 2007, p. 81)

No mesmo trabalho, Fierke destaca (p. 68) que, ao se discutir a questão da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, uma série de análises busca respostas, utilizando-se de uma metodologia positivista, que possam explicar

porque se realizou a invasão, ou seja, quais os interesses por trás deste ato. Por sua vez, a autora propõe que a questão seja observada de uma maneira distinta, buscando-se uma análise que discuta “o fato social de que a invasão aconteceu e como ela se tornou possível” (Fierke, 2007, p. 68). É exatamente nesse registro de observação e compreensão que se pretende compreender como o relacionamento entre a Rússia e a União Européia desenvolve-se historicamente e como o conceito de “parceria estratégica” insere-se, assume um determinado significado e constitui o jogo no qual os interlocutores são a União Européia e a Rússia. Assim, o método proposto para a condução da presente dissertação consiste na observação da linguagem enunciada e sua consideração não como um elemento constataivo, mas como um ato de fala de caráter performativo. Analisando os textos que se inserem no âmbito do relacionamento bilateral, analisar-se-á como eles se relacionam a um contexto anterior e como possuem um caráter normativo de influenciar a realidade objetiva, de constituir o contexto relacional a partir da proposição de interesses para os atores e de possibilidades de ação para os mesmos.

Quais, então, serão os textos que serão utilizados como base para a realização de uma análise do discurso? Uma vez que a investigação tem como objetivo compreender o processo de constituição das regras que definem o jogo realizado pela Rússia e pela União Européia, existem alguns documentos que definem o marco de relacionamento bilateral entre a Rússia e a União Européia e que, portanto, não podem deixar de ser analisados. Estes textos são o já mencionado *Acordo de Parceria e Cooperação*, em vigor desde 1997, a *Estratégia Comum da União Européia para a Rússia*, divulgada no Conselho Europeu de Colônia em 1999, o *Conceito de Política Externa da Federação Russa* do ano 2000, a *Estratégia de Médio Prazo da Rússia para a UE (2000-2010)*, a *Declaração Conjunta* firmada em 2003 para a implementação dos *Quatro Espaços Comuns* e, de 2005, os *Roadmaps* para a criação desses *Espaços Comuns*, além do *Conceito de Política Externa da Federação Russa*, do ano de 2008.<sup>29</sup> A análise desses e outros documentos será fundamental principalmente nos quarto e quinto capítulos do presente trabalho.

---

<sup>29</sup> Os títulos apresentados em português são uma tradução livre dos mesmos em inglês.

Evidentemente, outros textos que devem ser analisados são discursos realizados por representantes russos e da União Européia e documentos que remetem a temas que se inserem na seara de questões presentes na agenda bilateral, como os Livros Verdes da Comissão Européia. Contudo, à parte desses documentos, existiriam muitos outros episódios que deveriam ser analisados, pela sua relevância para o exame do processo de constituição deste relacionamento. É olhando para esses episódios, e baseados em uma ontologia racionalista que muitos analistas (dentre eles Kempe e Smith, 2006; Krastev, 2007; Heikka, 2004; Medvedev, 2006, entre outros) constata um relacionamento pautado em incompatibilidades e uma probabilidade pequena, se não inexistente, de se avançar em direção a um relacionamento mais cooperativo, ou mais próximo do significado que se atribui originalmente ao conceito de parceria.

No entanto, uma abordagem que realizasse uma análise minuciosa passo a passo do relacionamento entre a Rússia e a União Européia desde seu princípio, quando da declaração de independência da Rússia em 1991, seria inexecutável no âmbito das possibilidades de uma pesquisa com a abrangência do presente trabalho. É por isso que a análise assenta-se na linguagem presente em documentos, discursos e declarações. Cabe, contudo, destacar que essa análise dos documentos, discursos e declarações será realizada dentro de um limite temporal estabelecido. Somente será considerado o período de tempo que se inicia com o início da entrada em vigor do Acordo de Parceria e Cooperação (1997) até janeiro de 2009. Dessa maneira, espera-se poder incluir nos resultados da investigação fatos e fontes recentes que dizem respeito às relações bilaterais sem, porém, impedir que a análise possa ser concluída ou ser afetada por eventuais contingências que possam surgir no momento de fechamento do texto final. Além disso, a data inicial do período temporal determinado é determinada pela maior abundância de fontes que surge a partir do fim da década de 90.

Nesse contexto, as fontes discursivas são a fonte primária de condução da investigação. Contudo, deve-se destacar que textos de apoio serão utilizados quando da realização dos estudos de caso. Através da utilização de análises e textos históricos de apoio, espera-se realizar uma melhor contextualização histórica e uma discussão mais profunda e embasada do objeto de investigação.

Ainda, cabe ressaltar que, a fim de realizar um estudo que faça uma análise mais profunda também de questões específicas, realizar-se-á dois estudos de caso:

o diálogo no que tange a assuntos energéticos e a abordagem quanto ao recente conflito entre a Rússia e a Geórgia. Cabe, então, uma fundamentação da escolha desses dois casos.

Analisando-se a argumentação de analistas que lidam com as relações entre a Rússia e a União Européia e a identificação de um suposto caráter de incompatibilidade, alguns elementos básicos são mencionados e que seriam elementos que ajudariam a compreender a razão da dificuldade de implementação de um relacionamento positivo: concepções divergentes de soberania moderna e pós-moderna e a discrepância no que diz respeito a valores comuns (ambas as quais se evidenciam em objetivos distintos e que se refletem nas posições opostas com respeito às políticas doméstica e externa da Rússia), além de falta de acordo com respeito a questões comerciais em um contexto de assimetrias. Assim, por mais que tais elementos não possam, dentro do arcabouço metodológico e epistemológico sobre o qual se conduz a presente investigação, ser considerados variáveis, como em um estudo pautado em uma metodologia positivista, são elementos que devem ser levados em consideração, pois parecem ser indicadores de como se pode compreender o significado atribuído ao termo “parceria estratégica”.

Dessa maneira, na busca de estudos de caso que pudessem permitir a análise de como tais elementos estivessem manifestando-se, em maior ou menor grau, foram selecionados os casos mencionados. Cabe destacar que ambos os casos são exemplos de contextos específicos dentro de um âmbito mais amplo de relações entre a Rússia e a União Européia que se destacam por sua relevância e atualidade. Deve-se ressaltar que o diálogo no que diz respeito a temas energéticos é um dos temas fundamentais das relações entre ambos os atores, dada a dependência energética da União Européia com relação à Rússia e dada a importância de recursos energéticos na pauta de exportação russa para a União Européia – o parceiro comercial mais importante da Rússia. Por sua vez, a questão georgiana é uma questão que remonta ao início do relacionamento entre a Rússia e a União Européia desde seu início, perpassando toda a história deste relacionamento até os dias atuais quando se encontra provavelmente em seu ápice, dados os conflitos e negociações que se dão no ano de 2008. Uma análise dos posicionamentos de ambos os atores no que diz respeito à questão da independência de Ossétia do Sul e Abcásia parece ser um caso a mais de grande

validade para a compreensão das regras que constituem o relacionamento entre Rússia e União Europeia e o significado assumido pelo conceito de parceria estratégica neste jogo.

### 3

## O conceito de parceria estratégica

Segundo Vladimir Chizhov, Ministro de Relações Exteriores Adjunto da Federação Russa, “[o]ur relations with the EU are built on principles of strategic partnership” (2004, p. 85). Mas exatamente o quê isto significa? Quais seriam os princípios que regem um relacionamento de parceria estratégica? Em que bases se sustenta o relacionamento entre dois atores políticos quando estabelecem como marco para suas relações um tratado de parceria ou simplesmente passam a definir o relacionamento entre si como uma parceria estratégica? Quais as conseqüências de se qualificar um relacionamento de tal maneira?

Por mais que, conforme foi discutido no capítulo anterior, parta-se de uma ontologia que afirma a multiplicidade de significados de um determinado conceito e suas apropriação específica em determinados contextos, devem ser feitas algumas discussões sobre uma base comum a qual nos remete as noções de “parceria”, “estratégia” e, finalmente, do conceito que se busca discutir, o de “parceria estratégica”. Especificamente no que tange às relações entre a União Européia e outros atores políticos estatais, chama-se a atenção para a enorme quantidade de “parcerias estratégicas” que este ator político vem estabelecendo: Rússia (Acordo de Parceria e Cooperação, 1997), Geórgia (Acordo de Parceria e Cooperação, 1999), Índia (Acordo de Cooperação em 1994 e Declaração Conjunta à Imprensa em 2004 em que se usa o termo “parceiros estratégicos”), Brasil (em 2007 a UE recomenda o lançamento de negociações para o estabelecimento de uma “parceria estratégica” e em 2008 assina-se o Plano de Ação para implementação dessa parceria), Belarus (com o documento, “O que a UE poderia aportar ao Belarus”, em 2006, a UE oferece o estabelecimento de uma parceria com este país), China (Acordo de Comércio e Cooperação de 1985 e, em 2007, começam-se negociações para estabelecimento de um Acordo de Parceria e Cooperação), Moldávia (Acordo de Parceria e Cooperação, 1994), Ucrânia (Acordo de Parceria e Cooperação, 1998), entre outros<sup>1</sup>. Que tipo de relacionamento estaria a União Européia tentando construir com cada um desses atores políticos estatais quando os estabelece como seus parceiros estratégicos?

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do site de relações exteriores da Comissão Européia <[http://ec.europa.eu/external\\_relations/countries/index\\_en.htm#G](http://ec.europa.eu/external_relations/countries/index_en.htm#G)>. Acesso em: 11 de janeiro de 2009.

Notadamente, uma parceria estratégica com o Belarus ou com a Moldávia não deve ter o mesmo significado que uma parceria estratégica com a Rússia ou com a China. Contudo, deve haver uma base comum originária de significado que justifique que o mesmo termo seja usado nas relações da UE com atores políticos estatais tão variados, que possuem relacionamentos em bases tão diferentes entre si com a UE.

Neste contexto, antes de se iniciar especificamente uma discussão sobre o(s) uso(s) ou significado(s) que o conceito de “parceria estratégica” adquire no âmbito das relações entre a União Europeia e a Rússia, cabe uma análise prévia. Deve-se realizar uma discussão sobre o que engendra uma “parceria estratégica”. Existiria uma definição básica para tal conceito? Seria o significado deste conceito auto-explicativo ou seria de fato sua ambigüidade, ou melhor, sua capacidade de indeterminação, um elemento que permite que se compreenda seu uso disseminado e, quase todas as vezes, não muito claro para a definição de um relacionamento entre atores políticos internacionais.

Um mínimo de esforço deve ser empregado de maneira a se ter uma melhor compreensão deste conceito que é um elemento central da discussão que se busca realizar no presente trabalho. Dessa maneira, o primeiro passo seria uma breve discussão etimológica do conceito. Em seguida, a partir de algumas análises sobre a “parceria estratégica” busca-se compreender se é possível identificar alguma base mínima comum para o entendimento deste conceito. A partir daí, elementos identificados como relacionados à idéia de “parceria estratégica” são identificados de modo a se discutir se são de fato elementos essenciais que definem um relacionamento entre parceiros estratégicos. Por fim, realiza-se uma breve conclusão dos temas abordados no capítulo.

### **3.1 Etimologia do conceito**

Emerson (2001, p. 45) define o conceito de parceria estratégica afirmando que tal tipo de relacionamento “involves two actors that are powerful and capable of taking strategic action together.” Por sua vez, a Enciclopédia Routledge de Economia Política (2001) define uma parceria estratégica entre Estados como uma forma de politicamente se facilitar uma intensificação do relacionamento econômico entre as partes. Tais definições, contudo, não parecem ser abrangentes

o suficiente para o entendimento das várias nuances que tal conceito pode assumir. Deste modo, deve-se buscar aprofundar mais o entendimento do conceito e, para tanto, uma breve análise da etimologia dos conceitos de “parceria” e “estratégia” parece ser válido.

### 3.1.1 O conceito de parceria

Como já se colocou no capítulo anterior, o conceito de “parceria” deriva do conceito de “parceiro” (Machado, 1967, Grimm & Grimm, 1889), que remonta ao latim *partiarium* (Machado, 1967; Nascentes, 1966), aquele que participa ou que compartilha algo. (Machado, 1967). Deste modo, fica evidente que, em sua acepção originária, a noção de parceria remonta algo positivo, uma idéia de que a partir de um elemento comum, dois atores unem-se para determinado fim.

Isto não parece ser muito diferente do uso corrente do termo parceria em um vocabulário cotidiano. Da mesma maneira, duas ou mais empresas unem-se para explorar um determinado nicho de mercado, dois tenistas juntam-se e formam uma dupla com o objetivo de vencer um torneio ou mesmo um casal une-se por razões sentimentais e busca formar uma família. Em todos estes casos, existe, com atores e finalidades distintas, a formação de parcerias.

Contudo, a discussão não deve ser abordada de maneira tão simples, primeiramente porque não se trata somente de uma parceria, mas sim de uma parceria *estratégica*. Em segundo lugar, porque se trata de como tal conceito adquire determinada especificidade ao ser abordado para a definição da relação entre atores políticos.

Retornando aos exemplos supracitados, deve-se destacar o fato de que todos definem formas de parceria, no entanto tais finalidades são bastante distintas. Este caráter deve ser destacado, pois, a partir do momento em que os fins desejados são específicos, também são especificamente determinados os elementos que tornam possível que tal parceria seja concretizada, ou mesmo que possa ter êxito.

No primeiro caso, o das empresas, os atores específicos provavelmente entrarão em negociações, e, provavelmente, firmarão um acordo que lhes vai proporcionar segurança jurídica ao estabelecer funções, direitos e

responsabilidades. A partir do momento em que, ao se unir, haja uma coordenação entre essas empresas e se disponha do capital humano e técnico necessário, tal parceria parece se fundamentar em bases concretas.

No segundo caso, o dos tenistas, os indivíduos de maneira preferencial devem ter um bom relacionamento pessoal entre si. E se esta não é uma regra fundamental, minimamente devem possuir um bom entrosamento entre si, sendo seus estilos de jogo complementares e havendo uma boa capacidade de comunicação.

No terceiro exemplo, o do casal, outros elementos parecem ser necessários para o sucesso do “empreendimento” de parceria. Por mais que existam determinadas culturas em que, por exemplo, há a prática de casamentos “arranjados”, em geral nas sociedades ocidentais um casal se une com base não somente nos sentimentos entre as partes, mas também em valores comuns.

Com estes exemplos bastante simples, busca-se destacar que em determinados casos específicos os elementos que fundamentam e tornam exequível a concretização de uma parceria podem ser variados. Na continuação deste capítulo, espera-se poder evidenciar a importância deste elemento.

### **3.1.2 O conceito de estratégia**

No que diz respeito ao vocábulo “estratégia”, sua etimologia (do grego “strategía”) remete, segundo Machado (1967), a “comando do exército; cargo ou dignidade de chefe de exército; cargo de estrategista; (...) aptidão para comandar um exército, qualidades dum general; manobra ou artifício de guerra; por extensão, exército”, e, segundo Cretella Junior e Ulhôa Cintra (1956), a “dignidade de General, de Governador ou lugar em que o Governador exerce a sua jurisdição”, enquanto o adjetivo estratégico concerne a “relativo a general; (...) a ciência do general, a arte de comandar; (...) a tática ou manobras do general” (Machado, 1967). Portanto, o que se percebe é que “estratégia” foi um conceito que sofreu alterações importantes em seu significado desde sua aceção original até os dias atuais, quando mantém uma relação com o elemento militar, mas de maneira muito mais clara, diz respeito ao elemento de relevância, de finalidade, de atendimento a um interesse fundamental.

Nesse contexto, Luttwak (1987), apresenta uma série de definições contemporâneas do termo estratégia em âmbito eminentemente militar que merecem ser destacados. Segundo o *Webster's Third New International Dictionary*, “strategy” diz respeito a “[t]he science and art of employing the political, economic, psychological, and military forces of a nation or group of nations to afford the maximum support to adopted policies in peace or war” (apud. Luttwak, 1987, p. 240). Já um entedimento “clausewitziano contemporâneo americano”<sup>2</sup> seria o de King (1960, p. 14), de entender estratégia como “[a] science, an art, or a plan (subject to revision) governing the raising, arming, and utilization of the military forces of a nation (or coalitions) to the end that its interests will be effectively promoted or secured against enemies, actual, potential or merely presumed” (apud. Luttwak, 1987, p. 240).

O autor destaca também uma visão soviética do termo (Sokolovsky, 1975, p. 11), Assim, a “estratégia”

“on the basis of military experience, military and political conditions, economic and moral potential of the country, new means of combat, and the views and potential of the probable enemy[,] studies the conditions and the nature of future war, the methods for its preparation and conduct, the services of the armed forces and the foundations of their strategic utilization, as well as foundations for the material and technical support and leadership of the war and the armed forces. At the same time, this is the area of the practical activity of the higher military and political leadership, of the supreme command, and of the higher headquarters, that pertain to the art of preparing a country and the armed forces for war and conducting war.” (apud. Luttwak, 1987, p. 240-241)

Por fim, o autor destaca o entendimento do qual se apropria, do General André Beaufre (1963, p. 16), segundo o qual “estratégia” é “the art of the dialectics of wills that use force to resolve their conflict” (apud. Luttwak, p. 241).

A partir das definições acima, o que se pode apreender é que o vocábulo “estratégia” está associado à guerra e à preservação de um ente político. Dessa maneira, está e alguma maneira, vinculado a um interesse fundamental associado à integridade de um ente político.

Assim, à primeira vista, parece que, ao se enunciar o termo “parceria estratégica”, busca-se remeter a uma noção de parceria ou associação<sup>3</sup> com uma finalidade estratégica. Portanto, evidencia-se a idéia de que se busca um

<sup>2</sup> Tradução livre.

<sup>3</sup> É interessante destacar que na língua espanhola, ao contrário das línguas portuguesa, inglesa ou alemã, não há um correspondente direto ao vocábulo “parceria”. De fato, existe a noção de parceria, mas os termos utilizados são “asociación” e “asociación estratégica”.

aprofundamento ou formalização de um relacionamento bilateral, de maneira a se definir formas de ação coordenadas com o objetivo de concretização de determinados interesses fundamentais partilhados (não necessariamente ou somente na área de segurança), ou, se não partilhados, que ao menos dependem de uma associação com aquele parceiro em específico para ser alcançados ou preservados. A idéia de afinidade, portanto, não é um elemento que deve estar presente.

Contudo, a partir das próprias bases ontológicas que fundamentam o presente trabalho e que foram apresentadas no capítulo anterior, pode-se afirmar que não podemos apresentar a “definição” acima como uma maneira de compreensão total do que é abarcado pela utilização do conceito de “parceria estratégica”, mas sim uma maneira de se compreender o mesmo. De fato, deve-se chamar a atenção para o caráter performativo da enunciação deste conceito em cada caso específico, para a força ilocucionária que se manifesta a partir de sua enunciação. É possível que, de alguma maneira, um entendimento semelhante ao de “parceria estratégica” exposto acima de algum modo permeie os atores políticos quando da denominação de um relacionamento bilateral como tal, contudo não somente ao se realizar tal definição parece haver um objetivo implícito em tal enunciação como também a carga significativa que esse termo irá adquirir será específico do contexto em que é enunciado e aceito por uma audiência.

Portanto, deve-se destacar que a escolha de termos realizada pelos atores políticos quando estes buscam definir seu relacionamento não é feita de maneira descuidada. Cabe ressaltar que quando se determina que um relacionamento é uma “parceria estratégica”, ao mesmo tempo poder-se-ia estar definindo o relacionamento utilizando-se outros termos como “cooperação” ou “relacionamento especial” ou no âmbito específico das relações com a UE, ao invés de se oferecer um status de parceria estratégica, poder-se-ia incluir este outro ator dentro da Política de Vizinhança Européia (PVE)<sup>4</sup>. Existe uma determinada hierarquia que decorre da carga normativa de cada conceito e que coloca o termo “parceria estratégica” acima de relacionamentos definidos como simples cooperação ou até mesmo um relacionamento especial (em relação a este,

---

<sup>4</sup> European Neighbourhood Policy, em inglês.

cabe enfatizar que enquanto um relacionamento especial parece ser hierarquicamente superior a cooperação, destacando-se ser um relacionamento de relevância, uma parceria estratégica remete à noção de interesse ou objetivo fundamental). Ao se definir um relacionamento como “parceria estratégica” não necessariamente um ouvinte tem a capacidade total de compreensão acerca do significado que tal conceito adquire em determinado uso, mas de alguma maneira tem-se uma demarcação maior dos limites e da profundidade do relacionamento que se está buscando construir. Naturalmente, as parcerias estratégicas que a União Européia possui com Brasil, Rússia e México estão baseadas não somente em interesses estratégicos distintos, mas também possuem uma natureza – no que diz respeito a sua fundamentação, às bases a partir das quais se torna possível – que são diferentes. É neste momento que se aponta a uma discussão sobre - apesar do caráter específico de cada parceria estratégica - se existem determinados elementos que agem como condições necessárias para que uma parceria estratégica possa ser definida como tal e, também, ser avaliada como um projeto exitoso ou fracassado. Por mais que os conceitos não possuam uma natureza fixa, pode-se questionar se deveria haver um consenso mínimo de significado por trás da utilização de determinado termo, se existe uma significação básica que aquele que enuncia quer publicizar ao definir o relacionamento com um “outro” específico como uma parceria estratégica.

Nesse contexto é que autores como Danilov e De Spiegeleire (1998, s.n.) afirmam que no caso das relações entre a Rússia e a União Européia existiria uma “recent inflation (and hence devaluation) of the concept of ‘strategic partnership’”. Ou seja, o termo “parceria estratégica” poderia ser visto como um ato de fala, mas um ato sem muita sustentação, uma vez que não se aplicaria ao contexto de relações entre a Rússia e a União Européia, que talvez devesse ser definido de outra maneira, talvez como um relacionamento especial. Da mesma maneira, Smith e Timmins (2003), contestando a existência de uma real parceria estratégica entre a Rússia e a União Européia, afirmam que uma maneira mais precisa de se definir esse relacionamento seria considerá-lo uma parceria pragmática (sem, contudo, deixar muito claro o que seria então uma parceria estratégica).

Para que seja possível falar de uma inflação do conceito e de falta de sustentabilidade de utilização de um conceito - apesar de sua utilização estar

inserida num contexto de regras específico -, parte-se do pressuposto de que há um limite (para baixo e para cima<sup>5</sup>) para a utilização do conceito de “parceria estratégica”. É a esta discussão que se dirige a seguir.

### 3.2 Elementos necessários para a definição de uma parceria estratégica

Ao tentar esclarecer seu entendimento sobre a quê se remete o conceito de “parceria estratégica”, Marius Vahl afirma que

“[i]t has been suggested that the presence of *common values*, *common interests* and *mutual understanding* are essential criteria for a ‘partnership’, as opposed to mere ‘co-operation’. It could furthermore be argued that a prerequisite for a proper ‘partnership’ is that it must be between generally similar parties of roughly *equal size*. The importance of the last criterion is evident in Russia’s EU-strategy, which emphasises that the partnership should be ‘on the basis of equality’. But it is difficult, to say the least, to regard the EU and Russia as equals. The asymmetric nature of the relationship between Russia and the EU is a considerable obstacle to the emergence of a ‘strategic partnership’”. (2001, p. 4)

De maneira geral, quando discutem o relacionamento entre a Rússia e a União Européia, analistas como Vahl (2001) avaliam de forma bastante negativa a maneira como a parceria estratégica tem-se desenvolvido. Medvedev (2006), por exemplo, é claro em definir o atual relacionamento entre a UE e a Rússia como *zastoi* (literalmente, estagnação). Apresentando um estudo que busca fazer uma projeção dos possíveis cenários internos e de comportamento externo da União Européia e da Rússia, Medvedev (2006) crê que dificilmente em curto ou médio prazo seria possível a superação desse cenário de estagnação. Estes e outros autores apontam uma série de elementos que, ao seu ver, são elementos essenciais para que se possa compreender a suposta falta de êxito da parceria estratégica (impossibilidade de avançar de maneira cooperativa) entre a Rússia e a União Européia. Portanto, sem se iniciar uma discussão e análise profunda das relações entre a Rússia e a União Européia (que será realizada nos próximos capítulos), crê-se ser válido apresentar os elementos considerados por alguns analistas como empecilhos à implementação de uma parceria estratégica exitosa.

Heikka (2004) destaca a existência de determinados valores europeus (destacados no projeto de Constituição Européia) que entrariam em conflito com os valores expressados nas práticas de política doméstica e externa da Rússia

<sup>5</sup> Acima de uma parceria estratégica, em um contexto de relações com a União Européia, talvez se insira o título de “candidato à adesão” ou “futuro membro”.

contemporânea: “respect for human dignity, liberty, democracy, equality, the rule of law and human rights” e, no que tange à política econômica, a livre-concorrência e a inexistência de distorções (Heikka, 2004, s.n.). Posteriormente, entrar-se-á em mais detalhes, mas as críticas ao sistema político russo e a demanda européia por mais abertura ao mercado energético russo, são exemplos neste sentido.

Kempe e Smith (2006), por sua vez, também destacam determinados valores que parecem sustentar um *gap* crescente entre a Rússia e a UE, sendo eles: padrões de governança democrática e respeito à sociedade civil (p. 2). Além disso, mencionam as incompatibilidades no que diz respeito às concepções divergentes de soberania apresentadas pelos atores (p. 2) e também o relacionamento assimétrico e interdependente existente do ponto-de-vista comercial. Estes, entre outros elementos, como a utilização russa do suprimento de energia como arma política (p. 4), ou seja, uma política externa russa ofensiva, são vistos pelos autores como empecilhos à concretização de um relacionamento mais exitoso de parceria.

Barlinska (2006) centra sua análise nos problemas que a postura russa no que concerne ao debate sobre energia acarreta para o relacionamento com a União Européia. Dessa maneira, afirma que “las veleidades autoritarias de la administración rusa no pueden garantizar un sentimiento de seguridad para ningun socio europeo” (Barlinska, 2006, p. 6). Portanto, a autora destaca também uma incompatibilidade no que diz respeito a valores que pautam o sistema político, a economia, e Estado de Direito e a política externa russos e que estariam de encontro aos padrões equivalentes na Europa.

De Wilde e Pellon (2006), retomam a importância do elemento destacado pelos autores anteriores, afirmando que “the strategic partnership between EU and Russia is a real challenge from the point of view of common values” (p. 123). Ainda, introduzem outro tema: cooperação em segurança, o qual de fato é mais uma evidência de que no que diz respeito a temas de política externa, existem ainda muitas posições discrepantes. Segundo os autores,

“[w]ith the enlargement of the EU and the adoption of the ENP<sup>6</sup>, the EU and Russia have to reinvent their partnership in the field of security, in particular with regard to crisis management and the resolution of frozen conflicts. The creation

---

<sup>6</sup> *European Neighbourhood Policy* (Política Européia de Vizinhança).

of the ‘four common spaces’ on the 10<sup>th</sup> of May at Summit level in Moscow, did not change this fundamental challenge.” (p. 131)

Em uma outra linha de análise, argumenta Krastev (2007) que no cerne das tensões entre Moscou e a UE estão o regime consolidado no governo de Putin sustentado no conceito de “democracia soberana” e sua política externa que se configuram como um desafio à ordem europeia do pós-Guerra Fria. Para o autor, a incompatibilidade entre a noção de Estado pós-moderno que se delineia na UE e a democracia soberana russa é o grande empecilho para a normalização e intensificação das relações entre ambas as partes. Assim, o autor afirma que “[i]t is the clash between the logic of post-modern state embodied in the European Union and the logic of sovereign democracy that are the heart of the current tensions between Moscow and the EU” (Krastev, 2007, p. 3).

Porém, o autor esclarece não ser, em sua visão, um grande empecilho a suposta existência de interesses rivais ou o não compartilhamento de valores, mas sim a existência de uma incompatibilidade política, um confronto entre uma Europa pós-moderna e uma Rússia moderna:

“(…) the real source of the confrontation between Russia and the European Union today is not primarily rival interests and unshared values. It is political incompatibility. Russia’s challenge to the European Union cannot be reduced to the issue of energy dependency and Moscow’s ambition to dominate her ‘near abroad’, which also happens to be the European Union’s ‘new neighbourhood’. At the heart of the current crisis is not the clash between democracy and authoritarianism (history demonstrates that democratic and authoritarian states can easily cooperate) but the clash between the post-modern state embodied by the EU and the modern state embodied by Russia.” (Krastev, 2007, p. 4-5)

Portanto, o autor desconsidera a essencialidade da questão de interesses divergentes e valores comuns como cerne dos problemas existentes entre a Rússia e a UE. Assim, a idéia que se tem é que ambos os atores são simplesmente incompatíveis, empresas que atuam em nichos completamente competitivos de mercado e que não tem como cooperar.

Makarychev (2008) é outro autor que destaca o elemento de incompatibilidade soberana. Para o autor, “[a] Europe void of its sovereignty (or replaced by a sort of ‘post-Europe’) makes Russia feel uncomfortable. The dispersion of sovereignty appears to be more difficult to deal with than a powerful Europe” (p. 51).

Roberts (2007, p. 5) insere outro elemento de discussão quando chama a atenção para o problema das assimetrias comerciais, destacando o fato de ser a

Rússia um exportador auto-suficiente de energia e outras matérias primas enquanto sua economia é pequena quando comparada com a da UE. A autora também destaca o problema da ausência de instituições democráticas fortes e a presença de um Estado de Direito na Rússia (p. 5), ou seja, retoma o elemento de valores comuns que se expressam na situação político-social doméstica russa que se apresenta como bastante distinta da encontrada na UE. Por fim, Roberts (2007, p. 6) destaca também o fato de que, em sua visão, tanto a UE como a Rússia demonstram possuir interesses ambíguos no que concerne a uma cooperação mais profunda em curto prazo.

Por sua vez, Lynch (2004, p. 112), incorporando vários dos elementos apresentados pelos autores já mencionados e apresentando uma visão também pessimista, afirma que o problema fundamental é que a Rússia e a UE demonstram ser tipos diferentes de atores. Esclarecendo sua afirmação, o autor coloca que

“Russia is a sovereign state, with consolidating political, economic, and military system; an elected leadership dedicated to advancing the state’s interests; and institutions that coordinate means to reach desired ends. (...) Europe is as much a union of interests as a community of shared values. Moscow sees the blending of values and interests in EU policy and rhetoric as interference in Russian affairs. (...) In these circumstances, the scope for misunderstanding and wasted time is substantial.” (Lynch, 2004, p. 112)

Por fim retornando à argumentação de Medvedev (2006), pode-se dizer que o autor, nos termos colocados também por Krastev, Makarychev e Lynch, afirma que existe um problema no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia quando a Rússia não teria ainda aprendido a “deal with a new sort of political animal” como a UE, quando “[s]trategic thinking in Moscow is still deeply embedded in Westphalian notions of sovereignty.” (p. 11). O autor chega então à conclusão de que

“[t]he real problem is the systemic incompatibility of the EU and Russia, which undergo different cycles in the evolution of their spatial governance, display different reactions to globalization and profess opposing approaches to sovereignty” (p. 46).

A partir do que foi apresentado da argumentação dos autores citados acima, há de maneira geral quatro elementos que são apresentados como potenciais fatores explicativos da suposta estagnação das relações entre Rússia e União Européia: assimetrias comerciais, ausência de valores comuns, incompatibilidade soberana, e uma política externa russa que busca recobrar um

status de grande potência. Contudo, deve-se destacar que são elementos que se cruzam. A política externa russa, por exemplo, a qual é vista como uma manifestação dessas incompatibilidades inerentes à Rússia e à UE, é produto dos valores sobre os quais se baseiam todas as esferas de atuação do Estado russo, tanto internamente como externamente. O elemento comercial e seu impacto para as relações bilaterais também são um reflexo direto de como o Estado russo é conduzido.

De qualquer maneira, no entanto, a ênfase que cada analista dá ao destacar um elemento ou outro, faz com que os quatro elementos possam ser entendidos como fatores isolados que sustentam a impossibilidade de avanço no relacionamento entre os dois atores políticos analisados. Daí decorre que poderiam ser tomados, segundo a argumentação dos autores, como supostas condições necessárias para o êxito das relações entre a Rússia e a União Européia. Dessa maneira, poder-se-ia discutir se se enquadram como condições essenciais para o estabelecimento de uma parceria estratégica exitosa. Portanto, é à discussão de cada um desses fatores que se remete a seguir.

### **3.2.1 Assimetrias comerciais**

De fato, os interesses comerciais parecem compor uma dimensão relevante de qualquer iniciativa de parceria estratégica. Segundo a definição da Enciclopédia Routledge apresentada anteriormente, a cooperação com retornos positivos é o objetivo principal desse tipo de relacionamento. Considerando que interesses econômicos são interesses estratégicos para qualquer ator político (não necessariamente ao ponto de serem sempre a prioridade que pauta o comportamento de um ator) e uma das principais razões para que atores políticos internacionais busquem cooperar entre si, eventualmente considerações de natureza econômica serão incluídas em iniciativas de parceria estratégica. É neste contexto que o Acordo de Parceria e Cooperação, assinado pela Rússia e pela UE em 1994, dedica grande parte de seu texto à cooperação na área comercial entre ambos os atores e que, no âmbito dos “Quatro Espaços Comuns”, tenha sido estabelecida a criação de um “Espaço Econômico Comum”.

No entanto, uma parceria estratégica não necessariamente tem de incluir temas de cooperação econômica. Naturalmente, uma vez que todos os Estados, em

tese, buscam promover seu crescimento econômico, diretrizes de aprofundamento da cooperação comercial tornam-se um interesse estratégico e, dessa maneira costumam ser incluídos em acordos de parceria estratégica. No entanto, uma parceria estratégica não necessariamente inclui temas comerciais, podendo, por exemplo, limitar-se à esfera militar.

Cabe destacar, portanto, que apesar de as questões comerciais serem um elemento natural na agenda de qualquer parceria estratégica, não podem ser vistas, em uma visão estrita, como um elemento que necessariamente não deve existir em uma parceria estratégica. Nesse contexto, a existência de assimetrias comerciais entre dois atores políticos não deve necessariamente ser visto como algo que contribui à falta de êxito de uma parceria estratégica. Ao contrário, tais assimetrias podem ser um incentivo para o diálogo e para a tentativa de implementação de estratégias comerciais mutuamente benéficas. O que de fato importa, é saber o grau de importância que se atribui às relações comerciais, e se de fato, nesse contexto, a existência de assimetrias surge como um empecilho ao avanço do projeto conjunto que se buscou implementar. No caso da UE e da Rússia, há um claro equilíbrio entre oferta e demanda (como se evidenciará quando se discutir o relacionamento na área de energia) e, de fato os interesses de intensificação do intercâmbio comercial são interesses estratégicos, por serem fundamentais para ambas as partes.

Segundo Chizhov (2004), o alargamento da União Européia, em 1º de maio de 2004, que a princípio era algo negativo para os interesses comerciais russos, evidencia a necessidade de intensificação do diálogo bilateral, para que estratégias de implementação de uma parceria mutuamente benéfica possam ser desenvolvidas, havendo concretização dos interesses comerciais de ambas as partes interessadas (p. 86). Por mais que se deva reconhecer que, como no caso das relações UE-Rússia, as assimetrias comerciais sejam um elemento a ser superado, sua existência em si não pode ser compreendida como um elemento que necessariamente leva a uma estagnação em uma relação de parceria estratégica. De fato, como se verá nos capítulos a seguir, as divergências comerciais entre a Rússia e a União Européia são bastante pontuais, sendo os pontos mais sensíveis das relações bilaterais desavenças que se desdobram em outros âmbitos da agenda comum. Ainda, deve-se levar em consideração que, de fato, avanços têm sido alcançados no âmbito da cooperação comercial.

### 3.2.2 Valores comuns

Este é um elemento que, de maneira geral, é destacado por todos os analistas que lidam com o tema da parceria estratégica entre a Rússia e a União Européia. Nos capítulos seguintes, ao se aprofundar neste caso específico, voltar-se-á a discuti-lo. De maneira breve, contudo, deve-se chamar a atenção ao fato de que no âmbito das relações Rússia-UE é um elemento ao qual marcadamente se remete como base de fundamentação da relação de parceria, tanto que Chizhov afirma que

“[t]he principal content and objective of our strategic cooperation with the European Union is, in fact, the creation of a Wider Europe – single, prosperous, consolidated and united on the basis of common values, capable of collectively upholding these values and countering new threats to democratic society.” (2004, p. 87)

Cabe destacar que no preâmbulo do Acordo de Parceria e Cooperação considera-se “the importance of the historical links existing between the Community, its Member States and Russia and the common values they share.” De fato, pode-se discutir até que ponto de fato existe um compartilhamento de valores entre a Rússia e a UE. Isso fica evidente inclusive em todo o debate surgido na década de 90, logo após o fim da União Soviética, sobre qual caminho a Rússia deveria seguir. Neumann (1996) destaca o embate doméstico na Rússia entre posturas atlanticistas (aproximação com o ocidente, principalmente com a Europa Ocidental) e eurásianas e o resgate, por parte dos liberais, de cunho atlanticista, da sua herança européia através da idéia de “common European house”:

“[a] ‘return to civilization’, found its most prominent home at the top of the Russian Foreign Ministry. Already in his previous incarnation as the Foreign Minister of the Russian Socialist Federative Soviet Republic, Kozyrev had pursued the line that Russia should join the community of civilized countries that it has traditionally admired, such as France and Britain. (...) [In turn] the president’s adviser Sergey Stankevich maintained that Russia should steer a Eurasian course. Its mission in the world was to initiate and support a multilateral dialogue of cultures, civilizations and states, a task which came to it naturally, since Russia was by nature dialogical. (...) Stankevich welcomed this tendency as a counterweight to the ‘evident distortion created by the authors of the Common European House concept’.” (Neumann, 1996, p. 180-182)

Sem se aprofundar muito na questão, poder-se-ia dizer que a Rússia sempre foi um ator fundamental na história européia e compartilha certos valores

européus. No entanto, sempre possuiu valores próprios e muitas vezes a incorporação de valores europeus ou a aproximação a um padrão europeu ocidental de sociedade não foi algo natural, mas sim implementado artificialmente, como durante o reinado de Pedro o Grande. De qualquer modo, hoje o que se vê é uma intensa discussão com base em críticas por parte de demais Estados europeus quanto ao padrão de governança democrática evidenciado no sistema político russo, na abertura de sua economia e na aplicação de direitos humanos, elementos que se colocam como bons argumentos a favor da existência de uma base valorativa não totalmente comum.

Nesse contexto, ainda que dentro de um contexto de parceria estratégica, não necessariamente deva haver um compartilhamento total de valores (destaca-se neste momento que a UE e a China definem seu relacionamento como de parceria estratégica, assim como a Rússia e a China, sendo que há evidentemente em ambos os casos uma parceria entre atores que não compartilham uma mesma base de valores), sua existência facilita o diálogo entre as partes e legitima o relacionamento de parceria (que, como se viu, em sua acepção etimológica original remonta a uma idéia de partilha). Além disso, considerando os dilemas atuais que compõem a agenda bilateral entre a Rússia e a União Européia, senão um elemento explicativo, o elemento “valores comuns” apresenta-se como no mínimo um fator que deve ser levado em consideração no que tange à possibilidade de um diálogo positivo e propulsor de uma intensificação de relações cooperativas entre as partes.

Deve-se destacar que é não somente a partir de interesses estratégicos, mas também, senão principalmente, por compartilhamento de valores que a integração européia pode ser compreendida e que assim hoje muitos autores discutem a existência de uma forma distinta de soberania na União Européia. Ainda, deve-se levar em consideração que também através de determinados valores, um ator político internacional fundamenta sua atuação externa. Portanto, deve-se reconhecer que uma parceria estratégica deve levar em consideração o elemento “valores comuns”, tanto porque o grau de profundidade de tal relacionamento vai em grande parte estar baseado no grau de proximidade entre os atores envolvidos.

No entanto, talvez mais do que “valores comuns”, o elemento a ser destacado nesse sentido é o elemento “confiança”. Evidentemente uma base valorativa comum contribui a um ambiente de confiança, no entanto a confiança

pode ser adquirida por outras vias entre atores que não necessariamente partilham os mesmos valores. Nesse contexto que, em vez de mera retórica, a linguagem sobre valores, que é recorrente no preâmbulo dos principais documento que pautam as relações bilaterais entre a Rússia e a UE e muitos dos discursos de seus representantes quando abordam o outro parceiro, pode ser entendida de acordo com a argumentação exposta no capítulo anterior de Balzacq (2005), sendo uma técnica discursiva com o objetivo de aumentar a sensibilidade da audiência ao ato discursivo proposto - no caso específico das relações Rússia-UE, a construção de um relacionamento de parceria estratégica.

### 3.2.3 Compatibilidade soberana

Tal elemento só pode ser discutido quando se discute a possibilidade de uma parceria estratégica entre a UE e um ator político estatal. De fato, tal elemento decorre do fato de existir uma profunda discussão teórica sobre a possibilidade de se pensar que de alguma maneira a soberania que se manifesta na União Européia (entre seus Estados-membros) supera a concepção de soberania moderna. Tal discussão não é o objeto do presente estudo. No entanto, a partir do momento em que é um elemento considerado relevante por tantos analistas da parceria estratégica entre a Rússia e a União Européia, tal debate deve, ainda que brevemente, ser discutido na medida em que diz respeito à existência de uma incompatibilidade soberana entre ambos os atores.

A própria União Européia, em publicação intitulada *Como funciona a União Européia* chama a atenção “ao carácter único e à forma como funciona, já que a UE não é uma federação como os Estados Unidos da América, nem uma mera organização de cooperação entre governos, como as Nações Unidas” (Comunidades Européias, 2003, p. 3). Neste contexto, destaca-se de maneira resumida o trabalho de Krasner (1999). Para este autor (p. 4), existem quatro dimensões de soberania: a soberania legal internacional, a soberania vestfaliana, a soberania doméstica e a soberania de interdependência<sup>7</sup>. O autor refere-se à primeira como “the practices associated with mutually recognition, usually

---

<sup>7</sup> Respectivamente, *international legal sovereignty*, *Westphalian sovereignty*, *domestic sovereignty* e *interdependence sovereignty*, no original em inglês.

between territorial entities that have formal juridical independence” (p. 3). Segundo Krasner, a regra básica desta dimensão da soberania seria que “recognition is extended to entities, states, with territory and formal juridical autonomy” (p. 14). A soberania vestfaliana, por sua vez, “refers to political organization based on the exclusion of external actors from authority structures within a given territory” (p. 3-4). Assim, “states exist in specific territories, within which domestic political authorities are the sole arbiters of legitimate behavior” (p. 20). A soberania doméstica “refers to the formal organization of political authority within the state and the ability of public authorities to exercise effective control within the borders of their own polity” (p. 4). Finalmente, existe soberania de interdependência quando à a possibilidade de se “regulate the flow of information, ideas, goods, people, pollutants, or capital across the borders of their state” (p. 4).

Considerando as quatro dimensões de soberania apresentada, pode-se dizer que desde a eleição de Putin em 2000, o governo russo tem, através de medidas de centralização do poder, tentado fortalecer sua soberania, essencialmente suas dimensões vestfaliana, doméstica e de interdependência. Desta maneira, a auto-proclamada “democracia soberana” russa insere-se em um registro claro de soberania moderna, a qual se baseia

“[in] the idea that Russian domestic affairs are for Russians to manage, not for foreigners to dictate. The people of Russia, the doctrine runs, will determine for themselves what type of democracy they want to create and consolidate in their own country. Foreign attempts to promote democracy in Russia constitute an affront to the Russian people because they are a gross violation of their nation’s sovereignty.” (Rumer, 2007, p. 49-50)

Por sua vez, e novamente destacando que esta é uma discussão bastante abrangente, parece que a noção de soberania presente na UE afasta-se da concepção moderna de soberania. Como destaca Krasner (1999, p. 235), a partir de um contrato firmado pelos Estados-membros, existem no âmbito da UE estruturas de autoridade supranacional como a Comissão Européia e a Corte Européia de Justiça. Assim, entre outras medidas, pode-se destacar que

“(…) legal norms have direct effect in member states with regard to the application of community Law [,] (...) community Law, whether in the form of a treaty obligation or an administrative ruling, trumps domestic Law whether enacted before or after[,] (...) Individuals can bring cases in their national courts based on European Law[,] (...) the community has the right to make treaties” (Krasner, 1999, p. 235).

Neste contexto, destaca-se o simples fato de que a União Européia possui uma dimensão de supranacionalidade (principalmente no “primeiro pilar”, o pilar comunitário) e que pouco a pouco essa dimensão internacional vem ganhando mais projeção. Apesar da não-ratificação em 2005 do Tratado Constitucional Europeu por parte de França e Holanda (e a posterior não-ratificação irlandesa, em 2008, da nova versão do tratado, que buscava trazer reformas institucionais importantes), tal documento trazia inovações importantes desde um ponto-de-vista da condição soberana da UE, como a criação do cargo de Ministro de Relações Exteriores da União Européia, o destaque à noção de cidadania européia (estabelecida no Tratado de Maastricht), complementar à cidadania nacional e protegida por uma carta de direitos fundamentais, e a expansão das decisões por maioria qualificada em âmbitos que anteriormente eram decididos por unanimidade pelo Conselho da União Européia. Somado a isso, quando se considera já elementos concretos, como a existência da área de Schengen, a legislação européia aplicada no território da União, a existência de um Banco Central Europeu, entre outros, é que se pode discutir o fato de que a União Européia encontra-se em um estágio distinto de condição soberana, um estágio de soberania tardia<sup>8</sup> ou soberania pós-moderna<sup>9</sup>.

Mas como dito anteriormente, a discussão é ampla e uma série de outras formas de compreender o fenômeno político “União Européia” existem. Hix (1999), por exemplo, defende a tese de que a UE deve ser entendida como um sistema político, apesar de não ser um Estado. Para o autor

“the centrality of governments in the system makes the EU seem like other international organizations, such as the United Nations and the Organization for Security and Cooperation in Europe. But, in the EU, governments do not have a monopoly on political demands. As in all democratic polities, demands in the EU arise from a complex network of public and private groups, each competing to influence the EU policy-process to promote or protect their own interests and desires.” (Hix, 1999, p. 3)

Assim, segundo Hix (1999) a UE é uma manifestação *sui generis*, na qual, sem a existência de uma completa transformação da forma organizacional do Estado, existe um complexo sistema político que congrega níveis supranacionais,

---

<sup>8</sup> O termo empregado em inglês costuma ser *late sovereignty*.

<sup>9</sup> Para uma excelente discussão sobre a soberania como uma reivindicação e sobre as diferenças entre as duas noções, além de um debate consistente sobre a soberania na Europa, especificamente na União Européia, ver Neil Walker (Ed.). *Sovereignty in Transition: essays in European Law*. Oxford; Portland: Hart Publishing, 2003.

intergovernamentais e sub-nacionais de interação. Também discutindo essa característica europeia de demonstrar interação em vários níveis de governança e discutindo as teorias de integração que buscam compreender o que é a União Europeia, Rosamond (2000, p. 110) chama a atenção à argumentação a partir da abordagem da governança multi-nível, segundo a qual se reivindica que a UE “has become a polity where authority is dispersed between levels of governance and amongst actors, and where there are significant sectoral variations in governance patterns”.

Por fim, apresentando uma visão distinta, pode-se destacar a argumentação de Zielonka (2006) que vê a UE transformando-se em um império neo-medieval. O autor (p. 4) chama a atenção para o fato de que o ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Delors uma vez definiu a UE como um “unified political object” e que tal termo, que remete a seu caráter misterioso e inexplicável, é frequentemente usado. Para Zielonka, termos como “unified political object” ou “postmodern polity” não são capazes de permitir associações com outras formas de comunidade política existentes na história, e é nesse contexto que advoga o conceito de “neo-medieval empire” (p. 17). Ele identifica que “the current plurality of different forms of governance, legal structures, economic zones of transactions, and cultural identities is striking and bears a remarkable resemblance to the situation in medieval Europe” (p. 168). Ainda, levando em conta a expansão das fronteiras da UE e a exportação de suas normas para seus vizinhos, o autor afirma que se tem ou se vem estabelecendo alguma forma de entidade política imperial (p. 13)

Independente de como se queira posicionar neste debate, por mais que seja possível argumentar que existem manifestações distintas de condição soberana entre a UE e a Rússia, isto não quer dizer que, a partir de que se assume que tal argumentação procede, são excluídas as possibilidades de um relacionamento mais profundo entre atores políticos ou especificamente de se concretizar uma parceria estratégica. Cabe destacar que Albi (2003) chama a atenção para o fato de que, mesmo entre Estados-membros da União Europeia, a natureza da soberania expressa em cada constituição nacional demonstra que não há uma total uniformidade no que tange ao estágio de superação de uma condição soberana pautada em padrões modernos. Mesmo que questões bilaterais possam dificultar o relacionamento da Rússia com a União - como o embargo da carne polonesa que

gerou a dificuldade em se anunciar a abertura das negociações de um acordo que substituísse o Acordo de Parceria e Cooperação – as manifestações diferentes de soberania não podem ser responsabilizadas por impossibilitar a concretização de um relacionamento de parceria estratégica.

Portanto, crê-se poder argumentar, que não seria a existência de estágios diferentes de condição soberana o elemento fundamental para se avaliar a possibilidade de implementação de uma parceria estratégica, mas sim a maneira pela qual, a partir dessa condição soberana, os atores comportam-se e passam a ter maior dificuldade de dialogar entre si e desenvolver possibilidades de implementar estratégias com o objetivo de concretizar seus interesses estratégicos. Se a existência de graus de soberania discrepantes fosse um elemento fundamental, a União Européia não poderia concretizar parcerias estratégicas com qualquer outro ator político estatal. Parece que a argumentação de Medvedev (2006) aborda um importante ponto, quando afirma que o obstáculo fundamental não seria uma incompatibilidade soberana, mas sim – e dela decorrente – a existência de uma dificuldade entre os parceiros de compreender um ao outro e de avançar em um diálogo mutuamente benéfico, um problema que, no caso específico que se aborda no presente trabalho, parece decorrer muito mais de uma debilidade européia em adotar discursos e posicionamentos comuns e do fato de a Rússia pouco a pouco consolidar um projeto de governança doméstica e de postura internacional que é tido como uma ameaça pela União Européia em um contexto de maior desconfiança. Em um contexto como esse, análises e discursos pautados em incompatibilidades encontram um terreno fértil para se desenvolver.

### **3.2.4 Política externa**

Talvez a princípio não seja evidente o porquê de se analisar “política externa” como um elemento independente. De fato não é ele uma causa de incompatibilidades (apesar de poder reifica-las) e sim um reflexo das mesmas. A própria iniciativa de realização de uma parceria estratégica já é em si um ato de política externa. Ainda, a política externa de um ator político internacional está diretamente ligada a determinados valores e também à natureza da soberania e da

organização política interna de cada ator político (além de estar ligada a elementos materiais e ao estado geral de sua economia).

No entanto, deve-se destacar que quando determinados atores políticos internacionais implementam uma parceria estratégica, deve-se ter um mínimo de compatibilidade no que diz respeito a como tais parceiros se posicionam em determinadas questões internacionais. Novamente, ressalta-se que existe a possibilidade de posicionamentos opostos, e até de determinação de prioridades distintas de atuação. No entanto, há um limite para o que é aceitável no que concerne a uma atuação internacional entre parceiros estratégicos.

Somente de maneira ilustrativa, poder-se-ia dizer que o governo russo coloca-se de maneira adequada no que tange a sua parceria estratégica com a UE quando Chizhov afirma que

“Russia’s foreign policy priority is of course the relations with her neighbors – the sovereign member states of the Commonwealth of Independent States (CIS) with its multi-speed and multi-format integration processes. (...) We do not regard the existing contradictions as insurmountable and are interested in bringing the integration processes in the post-Soviet era in sync with the course of the expanding and deepening European integration, including within the EU framework, so that they complement each other.” (2004, p. 80)

Dessa maneira, neste caso a Rússia afirma que possui determinados objetivos em sua política externa que podem ser adequados a sua posição de parceiro estratégico da UE. O problema surge, contudo, quando determinadas posturas assumidas no âmbito internacional colocam os dois parceiros em lados opostos do debate. Dois exemplos que se colocam como momentos problemáticos no âmbito de um relacionamento de parceria estratégica entre a Rússia e a UE (e que serão discutidos no capítulo seguinte) são o diálogo sobre energia e o recente conflito entre a Rússia e a Geórgia. Contudo, um fato importante é que há um número considerável de temas de política externa para os quais a postura de ambos os atores (ou da Rússia e de Estados-membros específicos da UE) é oposta. Basta se destacar temas de conhecimento comum como o alargamento da OTAN nas décadas de 1990 e 2000, a questão da independência de Kosovo, o tema da instalação do escudo anti-mísseis na Polônia e na República Tcheca, a política de negociações dos preços do gás com “países de trânsito”, como a Ucrânia, entre outros. Neste contexto, mesmo Estados-membros que tem um grande interesse em intensificar relações com a Rússia, como a Alemanha, acabam demonstrando

insatisfação com respeito à política externa russa, o que contribui para o enfraquecimento do ímpeto em se avançar o relacionamento bilateral.

Cabe destacar que hoje se discute o objetivo russo, declarado em discursos presidenciais, como observaremos no próximo capítulo, de retomar um status de grande potência. O fato de que esse objetivo se reflete em práticas concretas e assertivas de política externa é um fator a ser levado em consideração no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia. Do mesmo modo, a “debilidade” da política externa européia, reflexo da condição soberana européia que, ao não avançar a supranacionalidade no âmbito das relações exteriores, dificulta a tomada de posições comuns, também é um elemento que dificulta o diálogo bilateral e demonstra a importância do fator “política externa” para as avaliações correntes de que a Rússia e a UE passam por um momento de estagnação em seu relacionamento bilateral.

### **3.3 Parceria estratégica: um produto do contexto**

O objetivo do presente capítulo foi discutir o termo parceria estratégica. Dessa maneira, buscou-se discutir o significado básico originário do termo e a existência de elementos básicos necessários para a concretização de um relacionamento deste tipo. Segundo o embasamento ontológico apresentado no capítulo anterior, qualquer conceito tem capacidade de assumir significados múltiplos, determinados pelo contexto. Deste modo, o que se tentou discutir foi a possibilidade de, mesmo assim, haver uma base mínima comum para a configuração de um relacionamento de parceria estratégica.

O que se tentou demonstrar é que é de fato problemático assumir uma definição básica do conceito de parceria estratégica, assim como determinar condições necessárias básicas para fundamentação de um relacionamento assim definido. De fato, existem determinados limites que devem ser levados em consideração à primeira vista. Uma parceria estratégica não é simples cooperação ou um relacionamento especial, tampouco chega a ser necessariamente uma pré-candidatura à adesão, como é claro no caso russo, no qual já não se discute a possibilidade de uma adesão à UE - uma proposta em alguns momentos levantada,

mas que não adquiriu legitimidade e que no contexto atual é algo totalmente inviável e desinteressante para ambas as partes. Além disso, pode-se argumentar que determinados elementos quando presentes, podem ter uma influência importante nas possibilidades de concretização de determinados interesses estratégicos entre os parceiros, contudo não são elementos que necessariamente se colocam como “condições de felicidade” para qualquer relacionamento estratégico. De fato, o impacto de tais elementos no relacionamento de parceria estratégica decorre das regras sobre as quais tal relacionamento é definido.

Neste contexto, afirma-se que por mais que exista uma determinada noção básica do que é uma parceria estratégica, tal conceito vai adquirir significados variados, dependendo das regras que regem o contexto relacional específico em que é enunciado. Desse modo, a fim de se compreender como se define e quais as possibilidades de agência que permeiam um relacionamento de parceria estratégica entre a Rússia e a União Européia, faz-se necessária uma análise do significado que adquire este termo neste contexto específico. A partir do que foi discutido no capítulo passado, deve-se ter como objeto a linguagem proferida pelos atores envolvidos e é neste contexto que se analisará a seguir a parceria estratégica entre a União Européia e a Rússia e se discutirá se esses elementos apresentados por analistas como elementos fundamentais que influem no grau de êxito da parceria estratégica são realmente elementos que se inserem como fundamentais no contexto de regras que constitui e rege as relações entre a Rússia e a União Européia.

## 4

### Linguagem e seu uso nas relações entre a Rússia e a UE

No capítulo anterior, buscou-se discutir o que é uma parceria estratégica, o que pode ser definido como tal, o que significa que um relacionamento entre atores políticos seja assim definido. Neste capítulo, partindo-se das discussões epistemológicas, metodológicas e ontológicas realizadas no capítulo 2, chega o momento de se buscar um entendimento sobre o caso específico de análise que a presente dissertação busca abordar.

Neste contexto, o objetivo do presente capítulo é focalizar o tema da parceria estratégica entre a Rússia e a União Européia, ou seja, o elemento empírico que fundamenta o objeto de estudo delimitado. Como se chamou à atenção anteriormente, o relacionamento entre estes atores políticos é definido a partir do emprego do conceito de parceria estratégica. Contudo, como se destacou no capítulo anterior, isso não quer dizer que tal relacionamento seja compreendido atualmente como algo positivo. Pelo contrário, o que os analistas do tema colocam é que o relacionamento entre a Rússia e a União Européia está marcado por um momento de incompatibilidade e estagnação. Marcadamente, o que observam os analistas é a utilização por ambas as partes do conceito de parceria estratégica como um modo de definir o relacionamento que se busca construir. No entanto as práticas (não somente ações concretas, mas muitas vezes discursos que demonstram um elemento de oposição com relação ao discurso de parceria) parecem demonstrar que não somente ainda não se tem uma parceria estratégica de fato, como também as partes encontram-se bastante distantes de tal objetivo.

Desta maneira, o esforço que se realizará neste capítulo, será o de discutir com que significado(s) o conceito de parceria estratégica é proposto e compreendido desde seu emprego inicial, a princípios da década de 90, até os dias de hoje no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia. Dessa maneira, buscar-se-á compreender como esse(s) entendimento(s) específico(s) sobre esse conceito se refletem em fases distintas do relacionamento entre as partes.

Para que esse objetivo seja alcançado, e conforme o que se discutiu no capítulo 2, deve-se, portanto, realizar uma análise centrada na linguagem. Desta maneira, a partir dos principais documentos que compõem o marco relacional entre a Rússia e a União Européia, e através da linguagem que se encontra

empregada por dirigentes de ambas as partes, tem-se o objetivo primeiramente de se confirmar como o jogo de linguagem entre a Rússia e a União Européia constitui-se a partir do significado que o conceito de parceria estratégica assume. Em segundo lugar, através de análises de estudos de caso específicos, busca-se demonstrar como a linguagem é utilizada não somente de maneira mais ampla, mas especificamente em temas contemporâneos específicos da agenda bilateral, produzindo efeitos diretos ao constituir a dinâmica relacional entre os atores políticos assinalados. Assim, serão realizados dois estudos de caso: o diálogo energético entre Rússia e União Européia e o conflito entre a Rússia e a Geórgia em 2008. Tais casos são destacados a partir do momento que, dada a sua relevância tanto para a Rússia como para a União Européia e dado que ambas as partes assumem posturas divergentes, pode-se utilizá-los como uma maneira de se discutir até que ponto a linguagem de parceria estratégica pode ser questionada e como ela se insere como um elemento de constituição das relações entre esses dois atores. Portanto, a partir desses casos, espera-se que se possa ter melhores subsídios para avaliar o impacto do conceito de parceria estratégica na constituição das relações Rússia-UE.

No que tange à organização do capítulo, primeiramente se analisará a linguagem utilizada nos documentos que fundamentam as relações bilaterais entre a Rússia e a União Européia, ao mesmo tempo em que os discursos de representantes de ambas as partes também são apresentados. Posteriormente, nas duas seções seguintes, são discutidos os dois casos selecionados, primeiramente o debate energético e, então, o conflito de 2008 na Geórgia. Ao fim dos estudos de caso, faz-se uma breve conclusão dos temas levantados no capítulo.

#### **4.1**

##### **A linguagem nos documentos e nas declarações que definem as bases do relacionamento bilateral**

Visando a uma análise da linguagem utilizada para a compreensão do processo de aquisição de significado do conceito de parceria estratégica no âmbito do relacionamento entre a Rússia e a União Européia, o objetivo da presente seção é obter subsídios que combinados a outras formas de análise, como a análise dos documentos, possibilitem compreender como o ambiente lingüístico sofre

mudanças – sutis, mas importantes – que possuem um efeito constitutivo nas possibilidades de agência das partes envolvidas.

Contudo, mais do que constatar mudanças, o objetivo de uma análise dos documentos e declarações de representantes europeus e russos seria mostrar como a linguagem vai sofrendo essas modificações ao longo de um processo. Assim, são discutidos os principais documentos que compõem as relações UE-Rússia enquanto se realiza uma contextualização breve do momento em que tais documentos são elaborados. Por sua vez, o objetivo da análise de trechos de declarações e discursos de representantes é destacar elementos lingüísticos que possam auxiliar na obtenção de um entendimento de como através da linguagem evidenciavam-se as bases constitutivas do relacionamento entre a Rússia e a União Européia. Obviamente, não se poderia discutir todas as menções ao relacionamento entre ambos os atores que surgem nesses discursos, contudo espera-se discutir uma série de declarações e citações, através das quais de alguma maneira a idéia de processo de aquisição de significado do conceito de parceria estratégica possa ser identificada. É interessante destacar a facilidade em se encontrar os pronunciamentos dos presidentes russos a partir de Vladimir Putin. No sítio da Presidência Russa, todas as declarações desde que esse presidente assume em 1999 o governo russo até os dias de hoje, quando já ocupa a Presidência Russa Dimitri Medvedev, encontram-se disponíveis. Nesse contexto, alguns trechos de declarações do presidente russo em encontros com representantes de Estados-membros da UE ou da própria UE serão mencionados. Naturalmente, porém, não somente os discursos dos presidentes russos e de outros representantes russos serão abordados, pois também se deve contar com uma apreciação da linguagem enunciada por representantes europeus, e é neste contexto que serão realizadas algumas citações do Alto Representante da Política Externa e de Segurança Comum da UE, Javier Solana<sup>1</sup>, entre outros.

---

<sup>1</sup> Conforme a breve discussão sobre a soberania da UE realizada no capítulo anterior, a UE possui elementos de soberania própria, mas também segue sendo uma associação de Estados-Membros soberanos. Neste contexto, como os próprios representantes da UE reconhecem, há grande dificuldade para que como um todo a UE se expresse de maneira uníssona e que, uma vez que se considera neste trabalho a UE como um ator político coeso, que se limite a discussão a discursos de representantes não vinculados diretamente a Estados-membros, mas sim ao corpo institucional da UE.

#### 4.1.1

##### **O ato inicial: a parceria como um relacionamento promissor, porém desigual**

Em 1994 o fim da União Soviética é ainda um acontecimento recente e a Rússia encontra-se em um momento de transição à democracia e à economia de mercado. Em um momento de indefinições no âmbito da política doméstica, a política externa russa, encabeçada pelo ministro de relações exteriores Andrey Kozyrev, adquire um perfil marcadamente pró-ocidental. Neste contexto, um bom relacionamento com a Europa é não só algo desejável, é algo visto como necessário para que o país possa efetuar as transições planejadas e caminhar em direção a uma maior estabilidade. Desde um ponto-de-vista europeu, a UE encontra-se em um momento importante de sua consolidação como ente político. É um momento em que já se encontra em vigor o sistema de pilares introduzido pelo Tratado de Maastricht e em breve (1995) quinze Estados-membros encontrar-se-iam integrados em algumas áreas como um ente político de caráter supranacional. Portanto, constitui-se um momento em que para a UE é interessante uma aproximação com a herdeira principal da União Soviética, apresentando-se como uma estratégia lógica o apoio à adoção na Rússia de um sistema político e econômico o mais próximo possível do vigente nos Estados-membros da UE, o que a princípio tornaria o relacionamento bilateral menos sucinto a problemas. É um momento de buscar superar definitivamente as barreiras anteriormente impostas pelo período da Guerra Fria.

O documento que fundamenta as bases do relacionamento entre a Rússia e a União Européia é o Acordo de Parceria e Cooperação, assinado em Corfu, em 1994. Tal documento é elaborado e assinado em um contexto muito específico, que nos permite compreender a razão de o termo “parceria estratégica” adquirir um significado positivo, a partir do momento em que são definidas áreas em que existe a possibilidade de atuação conjunta e benéfica. Assim é que, como um meio de legitimação à audiência, no preâmbulo do acordo, que viria a entrar em vigor em 1997, são destacados “the importance of the historical links existing between the Community, its Member States and Russia and the common values that they share” (Acordo de Parceria e Cooperação, 1994, p. 1) e que se coloca como um objetivo do acordo “strengthening the political and economic freedoms which constitute the very basis of the partnership” (Acordo de Parceria e Cooperação,

1994, p. 1-2). Portanto, o que se percebe é que “cooperação econômica e política” são colocados como elementos estratégicos do relacionamento bilateral.

De maneira a se discutir que significado o termo “parceria” assume no âmbito deste acordo, crê-se relevante destacar os “objetivos da parceria” apresentados no artigo 1º do mesmo:

- “- to provide an appropriate framework for the political dialogue between the parties allowing the development of close relations between them in this field,
- to promote trade and investment and harmonious economic relations between the Parties based on the principles of market economy and so to foster sustainable development in the Parties,
- to strengthen political and economic freedoms,
- to support Russian efforts to consolidate its democracy and to develop its economy and to complete the transition into a market economy,
- to provide a basis for economic, social, financial and cultural cooperation founded on the principles of mutual advantage, mutual responsibility and mutual support,
- to promote activities of joint interest,
- to provide an appropriate framework for the gradual integration between Russia and a wider area of cooperation in Europe,
- to create the necessary conditions for the future establishment of a free trade area between the Community and Russia covering substantially all trade in goods between them, as well as conditions for bringing about freedom of establishment of companies, of cross-border trade in services and of capital movements.”

O Acordo de Parceria e Cooperação destaca-se pelo fato de abarcar disposições detalhadas em várias áreas como comércio, cooperação financeira, energia, entre outros. Fica evidente que ambas as partes possuem expectativas bastante positivas no que tange a um aprofundamento do relacionamento bilateral, que a questão das assimetrias comerciais é colocado como um tema relevante e que a questão dos valores comuns é apresentada como um elemento secundário, apesar de importante por fundamentar valores políticos e econômicos relevantes aos interesses estratégicos da parceria e servir, como já discutido, como um elemento legitimador da proposta de parceria, permitindo um contexto mais propício para aceitação desse ato de fala – segundo o que coloca Balzacq (2005). Para a Rússia, que se encontra em um momento de relativa debilidade no que diz respeito à posição que possui em âmbito internacional, evidencia-se o desejo de uma cooperação que contribua a um êxito das reformas planejadas, além de uma preocupação com o elemento “valores”, relevante em um momento de debate político interno e de necessidade de recuperação do orgulho próprio russo. Para a

Europa, trata-se de se aproximar de um antigo “inimigo” e dissipar possibilidades futuras de instabilidade. É interessante, portanto, uma abordagem que contribua para que a Rússia consolide um sistema político baseado em instituições democráticas e uma economia de mercado, o que por sua vez é necessário desde o ponto-de-vista de se conseguir acesso ao mercado russo, marcadamente ao importante mercado energético russo, vital aos interesses europeus. Além disso, há o evidente interesse de manter um ambiente de paz na Europa, estabelecendo-se um relacionamento cooperativo com um ator que antes era reconhecido como uma ameaça.

De todos os modos, por mais que se possam identificar determinados interesses em um relacionamento baseado em uma idéia de ganhos mútuos, é importante destacar o componente “diretivo” do Acordo de Parceria e Cooperação. A União Européia tem não somente o interesse de estabelecer bases mais harmoniosas para o relacionamento comercial, como exposto na citação acima, possui também o interesse de que a Rússia se estabeleça como um ator com o qual se possa cooperar, um Estado que consolide um sistema político democrático, baseado na noção de Estado de Direito e com um mercado capitalista aberto aos investimentos europeus, além de mais próximo e por isso confiável, de maneira a não mais ser uma ameaça desde um ponto-de-vista de segurança.

Assim, por mais que se creia que a Rússia deva percorrer um caminho considerável de maneira a se adequar aos padrões desejados pelos europeus (vide a postura do governo russo no que concerne ao conflito checheno) e deixar de ser uma ameaça, a idéia de parceria adquire um significado normativo, próximo das definições apresentadas no capítulo anterior no que diz respeito à idéia de que entre as partes existe uma noção de partilha, existindo a crença em um caráter mutuamente benéfico e na caminhada a um relacionamento cada vez mais profundo que possua conseqüências positivas aos objetivos momentâneos das partes. Portanto, ao contrário de como os analistas citados no capítulo anterior compreendem atualmente a parceria estratégica entre a Rússia e a União Européia, esta parceria estratégica parece, à primeira vista, ser enunciada com um significado que remete à idéia de cooperação mutuamente benéfica, ou seja,

compatibilidade de interesses, e à idéia de aprofundamento do relacionamento bilateral através do diálogo político:

“[a] regular political dialogue shall be established between the Parties which they intend to develop and intensify. It shall accompany and consolidate the rapprochement between the European Union and Russia, support the political and economic changes underway in Russia and contribute to the establishment of new forms of cooperation.” (Acordo de Parceria e Cooperação, 1994, art. 6)

Contudo, um elemento deve ser destacado e que é relevante para a presente discussão. O inciso 1º do artigo 99 do acordo afirma que não existe impedimento para que uma das partes tome as medidas que julgar necessárias se considerar que sejam essenciais para a proteção de “interesses de segurança essenciais”. Ou seja, as partes prevêem que é possível a existência de situações em que seus interesses possam divergir, que possuam interesses específicos que não sejam totalmente compatíveis. Tal elemento é importante por deixar claro que neste relacionamento de parceria estratégica os interesses estratégicos de cada uma das partes devem ser respeitados e levados em consideração. Ou seja, o relacionamento proposto não exclui a possibilidade de divergências, conflitos e de uma preocupação com questões de segurança.

Assim, não existe impedimento para que um parceiro possa demonstrar seu descontentamento e pressionar a outra parte. Isto fica evidente quando o Conselho Europeu de Helsinque (10 e 11 de dezembro de 1999) publica sua Declaração sobre a Chechênia. Neste momento a UE claramente condena a postura russa e a ameaça com sanções em caso de não se adotar uma postura distinta por parte do governo russo:

“2. The European Council does not question the right of Russia to preserve its territorial integrity nor its right to fight against terrorism. However the fight against terrorism cannot, under any circumstances, warrant the destruction of cities, nor that they be emptied of neither their inhabitants, nor that a whole population be considered as terrorist.

(...)

7. In the light of the above, the European Council decides to draw the consequences from this situation:

- for the implementation of the European Union's Common Strategy on Russia, which should be reviewed;
- for the Partnership and Cooperation Agreement, some of the provisions of which should be suspended and the trade provisions applied strictly;
- for TACIS, the budgetary authority is asked to consider the transfer of some funds from TACIS to humanitarian assistance. Finance in the budget for 2000

should be limited to priority areas, including human rights, the rule of law, support for civil society and nuclear safety.

8. Russia is a major partner for the European Union. The Union has constantly expressed its willingness to accompany Russia in its transition towards a modern and democratic state. But Russia must live up to its obligations if the strategic partnership is to be developed. The European Union does not want Russia to isolate herself from Europe.”<sup>2</sup>

De qualquer maneira, o relacionamento proposto tem um caráter positivo de cooperação em áreas estratégicas e, seguindo a mesma noção de parceria estratégica, é adotada pelo Conselho Europeu em 1999 a Estratégia Comum da União Europeia para a Rússia. O vocabulário utilizado nesse documento é realmente interessante, quando se afirma na parte I que

“[t]he issues which the whole continent faces can be resolved only through ever closer cooperation between Russia and the European Union. The European Union welcomes Russia’s return to its rightful place in the European family in a spirit of friendship, cooperation, fair accommodation of interests and of the foundations of shared values enshrined in the common heritage of European civilisation.”

Também importante destacar são os “claros objetivos estratégicos da União Europeia” apresentados:

- “- a stable, open and pluralistic democracy in Russia, governed by the rule of Law and underpinning a prosperous market economy benefiting alike all the people of Russia and of the European Union;
- maintaining European stability, promoting global security and responding to the common challenges of the continent through intensified cooperation with Russia.”

Interessante é notar que apesar de destacar o caráter de ser necessária uma coordenação com a Rússia de maneira a defender os interesses europeus, fica novamente evidente o caráter diretivo da linguagem utilizada, ao se identificar uma sutil hierarquia pela qual a Rússia deverá ser ensinada ou conduzida pela UE de maneira a se desenvolver, tanto do ponto-de-vista político como do ponto-de-vista econômico. A postura de condenação aberta no que tange à questão chechena também é evidência dessa hierarquia. São evidenciados, portanto, os interesses europeus não só de obter ganhos econômicos com um aproximação com a Rússia, mas também de conter uma ameaça ou até mesmo de “construir” um aliado que pode ser controlado.

---

<sup>2</sup> A declaração foi obtida no sítio <<http://www.ena.lu/>>, acessado em 22 de fevereiro de 2009.

#### 4.1.2

#### O caráter desigual da parceria passa a ser questionado

Em junho de 2000 é aprovado pelo presidente Vladimir Putin, em junho de 2000, o Conceito de Política Externa da Federação Russa. Este documento possui grande relevância, pois marca a busca russa pela retomada de um status de grande potência. Dessa maneira, nos princípios gerais do documento, afirma-se que se tem como objetivos

“[t]o ensure reliable security of the country, to preserve and strengthen its sovereignty and territorial integrity, to achieve firm and prestigious positions in the world community, most fully consistent with the interests of the Russian Federation as a great power, as one of the most influential centers of the modern world, and which are necessary for the growth of its political, economic, intellectual and spiritual potential”.

Assim, em um momento de retomada de confiança russa em poder readquirir seu status de potência, a sutil passividade russa que marcava o contexto lingüístico entre a Rússia e a UE é substituída por um vocabulário que chama a atenção para o fato de que não deve haver uma hierarquia entre as partes. É o início de uma posição mais assertiva russa de que a parceria e cooperação com a União Européia tem seus limites quando se depara com os interesses russos:

“[o]f key importance are relations with the European Union (EU). The on going processes within the EU are having a growing impact on the dynamic of the situation in Europe. These are the EU expansion, transition to a common currency, the institutional reform, and emergence of a joint foreign policy and a policy in the area of security, as well as a defense identity. Regarding these processes as an objective component of European development, Russia will seek due respect for its interests, including in the sphere of bilateral relations with individual EU member countries.

The Russian Federation views the EU as one of its main political and economic partners and will strive to develop with it an intensive, stable and long-term cooperation devoid of expediency fluctuations.” (Conceito de Política Externa da Federação Russa, 2000, seção IV)

Fica evidente, então, que se parte de um entendimento mais incisivo sobre a parceria estratégica de que ela não significa um relacionamento incondicional, de que há interesses que se chocam entre as partes. Segundo o presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, em discurso realizado em Moscou, em 28 de maio de 2002, “[w]e need to ensure this relationship develops into a genuine, complementary and comprehensive partnership”, uma parceria que tem como objetivo, segundo a declaração conjunta realizada na Cúpula UE-Rússia de 2001, em Moscou, estabelecer “a wider area of cooperation in Europe and neighbouring

regions aimed at enhancing economic growth and prosperity, social development, a clean environment and strengthened security and stability”.

Contudo, de qualquer maneira, em um momento de continuidade da debilidade russa na esfera internacional, por mais que a retomada de um status de grande potência seja um objetivo almejado e a parceria passe a ser considerada de fato um relacionamento entre iguais, as posições tomadas devem ser comedidas, e a noção de aproximação com a UE continua adquirindo um caráter positivo e otimista. Neste contexto, é interessante destacar que o vocabulário enunciado pela administração russa parece compatibilizar-se com os interesses europeus quando no último parágrafo do Conceito de Política Externa, afirma-se que a Rússia busca o Estado de Direito, a constituição de uma sociedade democrática e o desenvolvimento de uma economia orientada ao mercado. Assim que gradualmente a linguagem de parceria estratégica vai de fato atuando como um elemento constitutivo, mesmo que se advogue uma parceria um pouco diferente da inicial, realmente remetendo a um relacionamento entre iguais.

Cabe destacar que essa nova acepção de parceria estratégica não é um ato proposto simplesmente pelo lado russo. Já em discurso realizado em Estocolmo em outubro de 1999, ou seja, somente dois anos depois da entrada em vigor do Acordo de Parceria e Cooperação, Javier Solana Alto-Representante da UE para a Política Externa e de Segurança comum, afirma que

“[d]eveloping the Partnership with Russia is the most important, the most urgent and the most challenging task that the European Union (EU) faces at the beginning of the 21<sup>st</sup> century.

Building a partnership with Russia will not be easy, but I would argue most strongly that it is an opportunity we cannot afford to miss. This is why.

Firstly, Russia is a natural partner of the EU. (...) This trade with Russia is mutually beneficial. Russia and the EU need one another. (...)

Secondly, Russia is a country in transition towards democracy and market economy. It is strongly in our interest that this transition is successful so that we can live in harmony with Russia. (...)

Thirdly, we need to engage Russia in partnership for security reasons. Russia is a natural security partner for Europe – our security is indivisible. We cannot have a secure Europe without a secure Russia. (...)

[W]e must in future guard against thinking that we know best what Russia needs.”

Apesar de um pouco longo, destacou-se todo o trecho acima, pois se acredita que ele tem um conteúdo muito rico em significado por ressaltar os

elementos estratégicos da parceria entre a Rússia e a UE e a indivisibilidade de interesses de ambos os atores. Tal linguagem é um ato que propõe um relacionamento entre iguais que precisam atuar em conjunto para alcançar seus objetivos mais prementes (intensificação comercial e promoção de estabilidade e segurança na Europa). Deve-se recordar que em 1999 os Balcãs são a principal preocupação europeia no que diz respeito a temas de segurança<sup>3</sup>, como chama atenção Solana no mesmo discurso, mas apesar dos interesses e do papel russo como um ator relevante no que tange a este tema, a Rússia neste momento ainda se encontra em um momento de grande incerteza. Deve-se lembrar que em 1999 Putin assume a presidência após a renúncia do presidente Yeltsin. É um momento conturbado tanto do ponto-de-vista político como econômico para o país, tornando-se interessante destacar que um indivíduo tão influente, e que a princípio deveria ser o referencial europeu para relações exteriores, mesmo assim atribua ao relacionamento entre a Rússia e a União Europeia um significado tão vital aos interesses europeus de maneira geral. É interessante destacar um trecho da declaração conjunta da Cúpula UE-Rússia de 29 de maio de 2000, em Moscou, quando se afirma que “[t]he EU wishes to promote an even closer convergence of interests with Russia and a higher level of stability and security in Europe as a whole. The EU reaffirmed that Russia may be invited to participate in future crisis management operations.” Este trecho mostra o grau de comprometimento da Europa com a idéia de parceria estratégica, a ponto de estendê-la a uma suposta real articulação conjunta em questões de segurança.

Desse modo, destaca-se que a parceria estratégica assume uma conotação de não simplesmente cooperação visando benefícios mútuos (apesar de as relações comerciais serem apresentadas como um elemento essencial), ela incorpora a noção de necessidade de aprofundamento da cooperação e da coordenação bilateral. Além disso, deduz-se que na visão de Solana a União Europeia não se encontra em uma posição de superioridade com relação à Rússia. Muito pelo contrário, depende dela e a coloca em uma posição de igualdade, ao ponto de fazer uma auto-crítica com relação à postura assumida pela UE com relação à Rússia ao longo da década de 90.

---

<sup>3</sup> A questão de Kosovo é mencionada na declaração conjunta realizada na Cúpula UE-Rússia de 29 de maio de 2000, em Moscou.

Dessa maneira, Solana coloca-se como um opositor de uma postura diretiva, parecendo adequar-se a um discurso assertivo sobre a necessidade de um relacionamento mais profundo e de certa maneira comissivo desde um ponto-de-vista de chamar a atenção de ambas as partes sobre a construção da parceria, de alcançar um compromisso, uma via acordada para a concretização de um relacionamento que necessita de partida e contra-partida para ser efetivado. Assim, tal linguagem coloca-se como um elemento que constitui o relacionamento bilateral, o que se evidenciaria posteriormente, quando se inicia uma fase em que a UE deve conter-se ainda mais de seu ímpeto de se sobrepor aos interesses russos.

Esta é uma postura que se adéqua ao discurso da Presidência Russa no início dos anos 2000, também de acordo aos documentos russos destacados na seção anterior. Durante coletiva de imprensa após encontro com os membros do Conselho Europeu, em 23 de março de 2001, em Estocolmo, Putin reafirma o comprometimento russo com “a constructive and positive dialogue with our partners”. Ainda, evidenciando um sentimento de otimismo que se pode dizer que compartilha com Solana, parece demonstrar uma crença positiva nas benesses provenientes de um relacionamento mais profundo:

“I would like to stress that the situation in Europe today is unique. All the European countries share democratic principles. We are no longer separated by ideological or foreign policy barriers. We are clearly aware of our cultural affinity and most importantly, our shared interests. And today, at the start of the millennium, we must use this unique opportunity to make Europe a model of civilized communication and effective pooling of efforts by our countries. I think we have a chance and we must use it.”

Tal discurso positivo com respeito à parceria estratégica com a UE é evidenciado em uma série de declarações. Durante declaração em coletiva de imprensa na Cúpula Rússia-União Européia em Moscou, em 17 de maio de 2001, Putin volta a destacar o caráter prioritário da parceria com a UE: “[t]he European Union is one of the key partners for us. Let me note that the concept of the Russian foreign policy considers links with the EU as a priority”. Isso, porém, não impede Putin de já no início de seu mandato como presidente eleito adotar um discurso que reconhece problemas e a necessidade de avanços concretos. De fato, a tônica do discurso do presidente russo é estimular o aprofundamento de relações entre atores que tem potencial de superar uma série de problemas, além de mostrar assertividade.

Neste contexto, pode-se destacar o discurso no Parlamento Federal Alemão realizado em 25 de setembro de 2001, quando o presidente russo afirma que “we have so far failed to recognize the changes that have happened in our world over the past ten years and continue to live in the old system of values: we are talking about partnership, but in reality we have not yet learned to trust each other”, o que soa como uma avaliação crítica, mas em seguida, no mesmo discurso, afirma que “[t]here are barriers and obstacles on that road that we are surmount. However, if we leave aside objective problems and occasional ineptness of our own, we will see the beat of Russia’s strong, live heart. And this heart is open to true cooperation and partnership.”

Cabe ressaltar que o elemento “confiança” ganha aqui um status de destaque, pois de fato vai se colocar como um fator a ser ressaltado não só pelo governo russo, mas também vai surgir como uma política abrangente dos Estados-membros da UE. Até mesmo com representantes dos Estados bálticos, países que neste momento ainda não eram membros da UE e com os quais as relações com a Rússia sempre foram problemáticas, a linguagem adotada nos discursos é de superação de dificuldades e desenvolvimento de relações cooperativas. Por exemplo, pode-se citar Putin quando em coletiva de imprensa com o presidente lituano Valdas Adamkus, realizada em Moscou em 30 de março de 2001, afirma que “the issues and vital problems on which Lituania and Russia see eye-to-eye far outnumber the issues and problems on which we differ.”

O mesmo acontece no que diz respeito ao relacionamento com a Polônia, Estado que futuramente tornar-se-ia um Estado-Membro da UE a partir do alargamento de 2004 e com o qual a Rússia também possui um histórico de relações difíceis. Em declaração durante conferência conjunta com o presidente polonês Alexander Kwasniewski, em 16 de janeiro de 2002, Putin afirma que os países estão “entering a new phase in our relations because we take a comprehensive approach to these relations on a new basis and with an understanding that such cooperation benefits both Poland and Russia.” Também no dia seguinte, em discurso no Segundo Fórum Econômico Polônia-Rússia, o presidente volta a enfatizar tal postura, afirmando que “Poland’s integration in the EU may open up new prospects for our cooperation if we consistently uphold our national interests in the process of world and European integration.” Tal postura

se mantém até os dias de hoje, como se pode ver na declaração de Putin quando se encontra com o primeiro-ministro polonês, Donald Tusk, em 8 de fevereiro de 2008: “[d]espite all the problems in our bilateral relations – and of course we do have problems – I don’t think we need to overdramatise them. In fact, they are more like routine issues.”

No entanto, retomando a análise da linguagem dos documentos, é de suma importância destacar a estratégia específica adotada no que diz respeito à UE. Essa estratégia específica é apresentada em documento intitulado Estratégia de Médio Prazo da Rússia para a UE (2000-2010), de outubro de 1999. Neste documento, mantém-se a idéia de relacionamento de parceria mutuamente benéfica, contudo é interessante destacar a mudança de postura adotada no documento, postura essa que também se encontra no Conceito de Política Externa e que exemplifica este momento de retomada do orgulho nacional russo através do retorno a uma imagem internacional expressiva.

No que diz respeito ao conceito de parceria estratégica, a linguagem utilizada realmente remete a um engajamento mais profundo quando se afirma que “partnership and cooperation between Russia and the EU are priority tasks for the decade to come” (Estratégia de Médio Prazo da Rússia para a UE, 1999). Contudo, tal relacionamento de parceria e cooperação tem seus limites, de maneira que se destaca na primeira seção do documento, intitulada “Strategic character of Russia-EU partnership”, no dispositivo 1.1, que não há

“an officially stated objective of Russia’s accession to or ‘association’ with the EU. (...) Russia should retain its freedom to determine and implement its domestic and foreign policies. (...) [P]artnership with the EU can manifest itself into joint efforts to establish an effective collective security system in Europe on the basis of equality without dividing lines (...) in a high level of mutual confidence and cooperation in politics and economy.”

Da mesma maneira, enquanto no dispositivo 9.2 destaca-se a busca de medidas para a elaboração de um acordo de parceria estratégica que substitua o Acordo de Parceria e Cooperação que entrou em vigor em 1997<sup>4</sup>, o que mostra o

---

<sup>4</sup> Segundo o site da Comissão Européia ([http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_243.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_243.htm)), acessado em 17 de janeiro de 2009, o Acordo de Parceria e Cooperação, assinado em junho de 1994, só entra em vigor em 1997, pois o processo de ratificação do mesmo é prejudicado, e até mesmo suspenso, em razão da campanha militar russa contra a insurgência no território da Chechênia. É interessante destacar que a UE e seus Estados-membros foram bastante críticos, desde um ponto-de-vista de situação humanitária, do modo como o governo russo administrou o conflito contra os

interesse em se avançar e aprofundar o relacionamento bilateral, existe uma seção no acordo intitulada “Securing the Russian interests in an expanded European Union”, o que demonstra que a noção de parceria estratégica tem uma natureza clara de atores políticos que vêem um potencial em cooperar, mas que estão muito cientes de que este objetivo não será alcançado sem obstáculos a interesses próprios que devem ser conciliados. É importante destacar, nesse sentido, que se coloca que os objetos da parceria devem ser políticos e econômicos, além da sugestão da cooperação na área de segurança.

Também relevante é apontar que o documento, assim como o Acordo de Parceria e Cooperação, aponta uma série de áreas em que se pode e se deve avançar a parceria bilateral. Contudo, ainda mais importante é destacar o fato de que a leitura do documento aponta um elemento específico que chama a atenção: a tentativa russa de esclarecer que a Rússia também pode contribuir com a Europa. Ao contrário da linguagem encontrada no Acordo de Parceria e Cooperação e na Estratégia Comum da União Européia para a Rússia, em que se chamou a atenção para o caráter diretivo de se estabelecer aonde a Rússia deveria chegar e como a Europa poderia auxiliá-la nessa jornada rumo à democracia, ao livre-mercado e ao Estado de Direito, apesar de viver um momento ainda de incertezas quanto ao seu futuro, evidencia-se a necessidade de se expressar o caráter de equidade entre as partes quando no dispositivo 1.8 se afirma que

“[o]n the basis of reciprocity and the existing potential, Russia could contribute to the solution of a number of problems facing the European Union, and to the strengthening of Europe’s common positions in the world: facilitation of the economic growth and employment in Europe through trade and investment channels, long-term and stable supplying of the EU on a contractual basis (...) with energy resources and raw materials; profound integration of scientific potentials of the parties and commercialization on the EU market of achievements by Russian fundamental and defense researchers, networking of infrastructure (...) and information systems (...); facilitation of outer space research and exploration, including the establishment of global navigation, communications and environmental monitoring systems; participation in the modernization and safeguarding of European nuclear energy installations; facilitation of the strengthening of the euro as an international currency through officially including it into the foreign currency reserves of the Bank of Russia; military and technical cooperation with due account for the prospects of establishing a European ‘defense identity’; joint prevention and eradication of local conflicts and combating organized crime in Europe.” (Estratégia de Médio Prazo da Rússia para a UE, 1999)

---

insurgentes chechenos, uma campanha militar severa que muito prejudicou a população civil dessa república que compõe a Federação Russa.

Assim, pode-se dizer que de alguma maneira se identifica a continuidade no entendimento que os atores tem do relacionamento bilateral que estabeleceram entre si. Fica evidente que há uma tentativa por parte da Rússia, e aparentemente reconhecida como válida pela UE, de levar tal relacionamento ao patamar de fato de um relacionamento entre iguais, ou seja, há uma preocupação importante com o status de cada parte no relacionamento bilateral.

#### **4.1.3 A consolidação dos termos da parceria?**

Quando se analisa os documentos que compõem o marco relacional entre a Rússia e a União Européia tem-se de fato a impressão de que ambos os atores consideram este relacionamento bilateral como algo relevante e que, de fato, empenham-se para que haja avanços nas possibilidades de intensificação e aprofundamento do relacionamento que querem construir. Uma demonstração nesse sentido é a Declaração Conjunta produzida na Cúpula União Européia Rússia de maio de 2003.

Além de retomar brevemente uma série de temas antes já abordados em documentos e declarações anteriores, tal declaração se destaca quando em seu artigo 2º afirma que

“[w]e agreed to reinforce our co-operation with a view to creating in the long term a common economic space, a common space of freedom security and justice, a space of co-operation in the field of external security, as well as a space of research and education, including cultural aspects. The gradual development of these spaces should take place in the framework of the Partnership and Co-operation Agreement (PCA). This process will be approached in a systematic way and on equal footing, with specific targets and reciprocal arrangements in each space. It will be realized gradually and methodically. Roadmaps could be elaborated to that end as appropriate.”

A partir deste tipo de linguagem e iniciativa, tem-se a impressão de que a parceria estratégica realmente é um projeto com possibilidades de sucesso e um conceito que se reflete em um relacionamento progressivamente cada vez mais cooperativo. Ainda, uma visão mais imponente e assertiva da parceria estratégica com a UE é algo que vai seguir pautando o discurso russo nos anos subseqüentes. Neste contexto, Vladimir Chizhov (2004, p. 80), Ministro de Relações Exteriores Adjunto da Federação Russa, lembrando o discurso de Solana em 1999, vai afirmar que “[t]he future of Europe is impossible without Russia, without its

active participation in the process occurring on our continent” e que “[a]t the present (...) it is the purely practical issues of strengthening strategic partnership on an equal and mutually beneficial basis that are at the top of the agenda of our relations with an enlarged EU” (2004, p. 81). Da mesma maneira, no seu discurso de abertura na Cúpula Rússia-União Européia de 10 de maio de 2005, Putin volta a afirmar que “we give priority to strategic partnership between the European Union and Russia”.

Tal postura é ainda mais enfatizada quando em 2005, na Cúpula realizada em maio em Moscou, adotam-se os “roadmaps” para os quatro espaços comuns. Nesse sentido, por exemplo, estabelecem-se como prioridades um diálogo regulatório com vistas a permitir “the creation of an open and integrated market between the EU and Russia” (*Roadmap* para o Espaço Econômico Comum, 2005, p. 1), destacam-se os valores partilhados e a necessidade de uma Europa “without dividing lines” no âmbito da promoção de um Espaço Comum de Segurança Externa (2005, art. 1º), e que são colocados como princípios para a criação de um Espaço Comum de Liberdade, Segurança e Justiça:

- “- equality between partners and mutual respect of interests;
- adherence to common values, notably to democracy and the rule of Law as well as to their transparent, and effective application by independent judicial systems;
- respect of human rights, including the rights of persons belonging to minorities, adherence to an effective implementation, in particular of United Nations (UN) and Council of Europe Conventions as well as related protocols and OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe) commitments in this field;
- respect for an implementation of generally recognized principles and norms of international Law, including humanitarian provisions;
- respect for fundamental freedoms, including free and independent media.” (*Roadmap* para o Espaço Comum de Liberdade, Segurança e Justiça, 2005, preâmbulo)

Por mais que tais espaços comuns possam ser considerados por alguns analistas vagos (Kuznetsova, 2005, p. 68) e que a parceria estratégica possa ser considerada como uma mera “declaração de intenções” (Kuznetsova, 2005, p. 67), crê-se que tais iniciativas realmente dizem muito. Dos princípios destacados acima, principalmente os primeiros (igualdade entre parceiros e respeito mútuo de interesses), informam muito bem o relacionamento desejável entre ambas as partes: uma cooperação bem estruturada em áreas específicas, mas sob termos que valham igualmente para ambas as partes. De fato, no que diz respeito ao

relacionamento bilateral e ao que se entende por parceria, desde o Acordo de Parceria e Cooperação até os *roadmaps* o que se tem é uma visão otimista, um destaque em valores comuns e na possibilidade de ganhos mútuos. O que muda é o tom no que concerne à posição que cada uma das partes assume. Importante é destacar que se por um lado inicialmente tem-se uma linguagem que informa um status de certa maneira superior da União Européia que é “aceito” pela Rússia, de outro lado, o que se percebe no texto dos *roadmaps*, é que a linguagem passa a tentar evidenciar cada vez mais o caráter de igualdade entre as partes, algo que é inicialmente reivindicado nos documentos redigidos pelos russos e que ao final pode ser entendido como um ato de fala “aceito” pela audiência européia, sendo corporificado em documentos redigidos em caráter conjunto. Notadamente, deve-se considerar o fato de que desde um ponto de vista de recursos (econômicos e de prestígio) o cenário de 2003 e 2005 é caracterizado por um momento em que a Rússia começa a recuperar-se economicamente e a recuperar sua auto-estima, mas continua sendo possível vislumbrar um relacionamento bilateral em bases positivas. E de fato existem avaliações positivas do mesmo. Em coletiva de imprensa após a Cúpula UE-Rússia de 21 de maio de 2004, em Moscou, o posicionamento europeu demonstra otimismo. O primeiro-ministro irlandês (nesse momento a Irlanda detinha a presidência rotativa da União Européia), Bertie Ahern, afirma que “the quality and tone of today’s discussion give my colleagues and myself the certainty that relations between Russia and the EU have reached a new level of trust and commitment to cooperate in order to resolve the common economic and security problems that we face”. O presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, também nessa ocasião, avaliando o relacionamento Rússia-UE desde a ascensão de Vladimir Putin ao governo, afirma que

“[t]hese five years really have been wonderful for our relations over my time as President. We have made vast improvements to and have intensified our relations, both in terms of quality and quantity. Today, Russia and the EU really are strategic partners and we share common aims not only in Europe but in the world. (...) EU enlargement, the common space, energy dialogue, accession to the WTO – together we have achieved much. But the greatest achievement is that Russia and the EU have become closer to each other. There is still a lot of practical work to be done but I am confident that we have built a solid foundation on which to develop our relations in the future.”<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Fonte: <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_233.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_233.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

Nesse contexto, o que se percebe é que o discurso de parceria estratégica de fato alcança resultados positivos. Da fala de representantes da União, se vê que estão satisfeitos com os resultados. Que de fato se constrói, ainda que com debilidades que devem ser superadas, uma relação de parceria estratégica, que o relacionamento caminha positivamente.

#### 4.1.4

#### **A linguagem que remete à *zastoi***

No entanto, a partir de 2007, os discursos vão sofrer algumas alterações de conteúdo mais evidentes e dramáticas. Cabe destacar que em 2007 a situação é muito distinta da que existia no fim do século passado e começo deste. Em grande parte devido à alta do preço internacional do petróleo, a economia russa entra em fase de recuperação. Associado a isto, desde seu primeiro mandato, Putin havia iniciado uma série de reformas político-administrativas no Estado russo que lhe garantem cada vez maior centralização e controle sobre o aparato governamental, o que havia se perdido durante a década de 90 com Yeltsin. Neste contexto, a Rússia vê uma possibilidade de soerguimento e de recuperação de seu antigo status de grande potência. Talvez a mais evidente manifestação de declaração dessas intenções seja o discurso de Putin na 43ª Conferência de Monique sobre Política de Segurança, realizado em 2 de outubro de 2007.

Em um discurso que se mostra muito mais como uma declaração crítica voltada às iniciativas consideradas como expressões de um mundo unipolar liderado pelos Estados Unidos<sup>6</sup>, mas que também pode ser direcionada a todos aqueles que contribuem para a sustentação dessa ordem mundial, Putin aborda uma série de assuntos, como às críticas à democracia russa, a expansão da OTAN, cooperação em energia, entre outros temas. A política externa russa abandona uma postura mais subserviente, ou melhor, menos disposta a entrar em conflitos desnecessários, e adota uma abordagem de defesa inquestionável de seus interesses. É nesse contexto que se tornam mais fortes as divergências

---

<sup>6</sup> É muito interessante notar como o discurso do governo Putin muda com relação às suas relações com os EUA no início de seu mandato até 2007. Em discurso realizado em 4 de junho de 2000 após a Cúpula Rússia-EUA, Putin afirma: [t]oday, the United States is among our principal partners. As for Russia, it will never make a choice in favour of confrontation in its relations with the United States.” Justamente, o teor do discurso em Munique é de clara confrontação.

principalmente com os EUA em temas como a expansão da OTAN (consolidando a influência da organização com seu último alargamento de 2004), a instalação do escudo antimísseis na República Tcheca e na Polônia (tema bastante sensível nos anos de 2006, 2007 e 2008), entre outros.

Mas retornando ao âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia, percebe-se que o discurso também sofre algumas modificações, tanto por parte da Rússia como da União Européia. Neste contexto, deve-se destacar as declarações de Putin e do Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, na coletiva de imprensa durante a Cúpula Rússia-União Européia em 27 de junho de 2008, na qual após a superação de uma série de entraves no âmbito das relações bilaterais entre a Rússia e os Estados-Membros da União Européia, acordou-se a retomada das negociações de um novo acordo que viesse substituir o Acordo de Parceria e Cooperação, o qual havia sido firmado para manter-se em vigor a princípio por um período de tempo de dez anos. Nesta ocasião, Putin afirma que

“[t]oday we officially announce the start of full scale negotiations to draft a new agreement, taking into account, of course, the European Union’s need to complete a number of internal procedures.

The future agreement will be an instrument for genuine rapprochement between Russia and the European Union. It should be built on the principles of equality, pragmatism, mutual respect for each other’s interests and, of course, common approaches to key security issues. It will lay the long-term foundation for the strategic partnership between Russia and the European Union.”

Por sua vez, Durão Barroso afirma que: “[w]e are beginning talks on a new agreement. I am confident that, with the adoption of a new agreement, our relations will begin a new chapter”.

Portanto, o que se vê é que de alguma maneira, apesar de a linguagem de parceria estratégica desde o início ter sido baseada em uma idéia de necessidade de aproximação e de que essa aproximação seria algo natural em virtude de serem a Rússia e a União Européia parceiros naturais, o que se observa nas duas declarações acima é que há a necessidade de uma “reaproximação” e de se iniciar um “novo capítulo. Tal linguagem de reaproximação leva a entender que de alguma maneira o relacionamento é visto como não caminhando muito bem, que uma série de atritos existia e que a maneira como a parceria estratégica é conduzida não é suficiente para que um relacionamento mutuamente benéfico pudesse ser desenvolvido.

Novamente, crê-se ser importante destacar uma declaração de Solana nesse sentido. Em discurso intitulado *Where is Russia going? A new attempt for an all-European Security Order*<sup>7</sup> na 44ª Conferência de Munique sobre Política de Segurança, em 10 de fevereiro de 2008, Solana mantém a noção da importância de construção de um relacionamento profundo entre a Rússia e a UE, mas, em um elemento que se diferencia do discurso mencionado anteriormente, realizado em 1999, destaca que o contexto é outro, que a Rússia com o qual a União Européia atualmente se relaciona é outra, e que os desenvolvimentos necessários para a construção de um relacionamento exitoso ainda não foram alcançados:

“Russia is back. For us, Europe is stronger and more stable with a strong and open Russia reaching out to the world. (...)

In this new international security architecture, Russia is a key partner. We want to work as much as possible with a Russia that is ready to play its part. (...)

We have some well-known disagreements. From trade disputes to travel restrictions over whether media and organisations like the British Council can operate in truly free and independent manner. But trade is booming. And cooperation expanding to a wide range of areas. This broad nature of relationship has a stabilising effect.

Nevertheless, we do not have a real strategic convergence yet. Still lingering mistrust here and there. I believe we are at a turning point. To consolidate the new paradigm of cooperation in Europe, I see three priorities.

First, we need to build on the achievements of our predecessors. (...)

Secondly, we must find more common ground based on the rule of law. (...) We need common rules and an agreed framework.. (...) WTO offers a key element of this framework. I look forward to Russia joining. (...)

Finally, as a third priority, we must match our rhetoric with concrete action. Resolving the frozen conflicts in Europe is particularly important.”

Assim, o que se percebe a partir do discurso de Solana é que existe um compartilhamento entre a Rússia e a União Européia de determinados interesses estratégicos (comerciais e de segurança), contudo compreende-se que existe uma avaliação de que são necessários avanços que permitam construir um relacionamento que potencialize a cooperação de maneira a se alcançar os objetivos desejados. Mas nem toda a linguagem é negativa. Uma série de pronunciamentos destacam elementos de progresso ou o fato de que há avanços, apesar da necessidade de se seguir trabalhando no sentido de superar problemas.

<sup>7</sup> Retirado de:

<[http://www.consilium.europa.eu/cms3\\_applications/applications/solana/list.asp?cmsid=246&BID=107&lang=EN](http://www.consilium.europa.eu/cms3_applications/applications/solana/list.asp?cmsid=246&BID=107&lang=EN)>. Acesso em: 24 de janeiro de 2009.

Nesse registro, a Comissária Europeia de Relações Exteriores, Benita Ferrero-Waldner, afirma em 24 de setembro de 2007, em Estrasburgo, que

“Russia is not only a close neighbour, but it is also a strategic partner for the European Union. EU-Russia trade and investment is booming and our energy interdependence is growing. Russia is a key partner to tackle regional conflicts and global challenges. But much remains to be done to develop the full potential of our relationship.”<sup>8</sup>

E não é somente a Comissária Ferrero-Waldner que afirma que progressos foram alcançados. Em discurso em 13 de novembro de 2008, a Comissária de Comércio da UE, Catherine Ashton afirma que “[i]n recent years our two way trade has been growing at an annual rate of 20%. It is now three times larger than it was in 2000. Our economic relationship is healthy.”<sup>9</sup> Além disso, durante Cúpula UE-Rússia em Nice, em 14 de novembro de 2008, a Comissária afirma também que, no que tange à adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio, “[w]e are more than 90% of the way there. I firmly believe that the remaining issues can be resolved. With leadership and determination we can complete the process in the coming months.”<sup>10</sup>

Essas declarações são confirmadas pelo *EU-Russia Common Spaces Progress Report 2007*, divulgado em março de 2008. Segundo a avaliação da Comissão Europeia, no que diz respeito às relações econômicas,

“[t]he scope of Trade and Economic cooperation between the EU and Russia has gained tremendous importance notably in the field of energy. Communication between the EU and Russia has improved at all levels, and there is a better understanding of respective regulatory environments in numerous sectors on both sides. Concrete outcomes can reasonably be expected in the medium or long term as far as regulatory convergence is concerned. (p. 4) (...) A new Russian competition law was adopted in 2006, followed by the entry into force of new, increased penalties for competition infringements in 2007. Though differences still remain, the new law, to which the Commission made a significant input, approximates Russian legislation to the *acquis* on competition (including for example a chapter on State Aid).” (p. 14)

Também segundo o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, identifica-se a existência de progressos, como em seu pronunciamento durante a Cúpula UE-Rússia de Samara, em 18 de maio de 2007, no qual afirma que

“I think it was important to have this summit. There were very open, very frank, very honest exchanges. We could see the progress that we have been achieving in many areas, namely: the overall economic trade and investment relation is

<sup>8</sup> Fonte <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_233.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_233.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

developing well. That is one additional reason why we very much support the WTO accession of Russia. Russia is today the only largest economy in the world that is not part of the WTO, and we fully support the prospects of the WTO membership by Russia. We have also taken note of the good progress in the dialogue on matters relating to circulation of citizens, namely the visa facilitation agreement and readmission agreement to enter into force beginning of June. These are positive developments. And also a fact that we have now a visa dialogue.”<sup>11</sup>

É interessante destacar que as avaliações dos representantes europeus demonstram justamente o embate que há entre a necessidade de reconhecimento de avanços por um lado, e a necessidade de se realizar críticas por outro. Dessa maneira, a Comissária Ferrero-Waldner, por exemplo destaca em discurso realizado em Helsinque, em 24 de novembro de 2006, a questão de uma resolução quanto as taxas cobradas por vôos que sobrevoavam a Sibéria, o crescimento do comércio, objetivos comuns de política externa (cooperação no que diz respeito ao Irã, à Coréia do Norte, ao Oriente Médio, a Kosovo e à Geórgia), enquanto destaca o problema da não-ratificação russa do Tratado da Carta de Energia e o assassinato da jornalista Anna Politkovskaya.<sup>12</sup>

Por sua vez, do lado russo, a avaliação é de que

“[o]ur common goal of comprehensive, intensive and long-term cooperation is bringing tangible results. Our joint efforts have already allowed us to build a solid foundation for a strategic partnership and promising joint projects. There is an increasing dialogue between various sectors of industry. We have a deepening sense of fellowship in our common struggle against new threats. Bilateral trade relations are flourishing and investments are growing. Cultural, humanitarian and educational contacts are widening. In the nearest future the Visa Facilitation Agreement will become effective - I recently signed the law ratifying it. We regard this agreement as an important step towards the introduction of a visa-free regime.”<sup>13</sup>

Nesse contexto, observando-se o Conceito de Política Externa da Federação Russa de 12 de julho de 2008, é importante destacar que a Rússia continua demonstrando um interesse com base na noção de parceria estratégica. Assim, o documento afirma que

“[t]he Russian Federation will develop its relations with the European Union, which is a major trade, economic and foreign-policy partner, will promote strengthening in every possible way the interaction mechanisms, including through establishment of common spaces in economy, external and internal security, education, science and culture. From the long-term perspective, it is in

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Trecho de artigo do presidente russo Vladimir Putin intitulado *50 Years of the European Integration and Russia*, de 25 de março de 2007.

the interests of Russia to agree with the European Union on a strategic partnership treaty setting special, most advanced forms of equitable and mutually beneficial cooperation with the European Union in all spheres with a view to establishing a visa free regime.

The Russian Federation is interested in the strengthening of the European Union, development of its capacity to present agreed positions in trade, economic, humanitarian, foreign policy and security areas.”

No entanto, a linguagem russa não é simplesmente de crença que as relações correm sem problemas. Apesar de se ter uma perspectiva positiva com respeito ao progresso da parceria com a UE, reconhece-se a necessidade de se avançar com o objetivo de gerar mais confiança entre as partes. Nesse sentido, o ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, afirma, em artigo intitulado *Containing Russia: back to the future?*, de 19 de julho de 2007, que “[t]he current problems faced by the European Union, in particular, and European politics, in general, cannot be solved without Europe's maintaining constructive and future-oriented relations with Russia – relations based on mutual trust and confidence.”

Percebe-se, então que há avaliações bastante discrepantes sobre como compreender o estado das relações atuais entre a Rússia e a União Européia, demonstrando que há razões tanto para se celebrar avanços como para se demandar uma mudança de postura do parceiro ou advogar a geração de maior confiança entre as partes, o que supostamente se adéqua a uma avaliação de estagnação, incompatibilidade e necessidade de reaproximação. É nesse momento que se crê ser interessante discutir os estudos de caso a seguir. Ambos os casos abordam temas considerados de relevância no âmbito da agenda bilateral. Temas considerados importantes e que podem servir para se compreender como se chega ao cenário atual de embate entre uma linguagem de parceria e uma linguagem de estagnação e incompatibilidade.

## **4.2 O diálogo energético entre a Rússia e a União Européia**

A necessidade de uma política européia para a área energética não é antiga e, de fato, medidas nesse sentido não são recentes. Aalto (2008) nos recorda que a noção de integração energética remonta aos primórdios da integração européia (p. 8), cabendo simplesmente que se recorde do estabelecimento da Comunidade

Européia do Carvão e do Aço (1952) e da criação da Euratom (1957). Contudo, o autor destaca que só após as crises do petróleo na década de 1970 é que algumas diretrizes comuns são alcançadas. Inicialmente temas energéticos encontravam-se fora do conceito de Mercado Único e só passam a ser incluídos nele em 1988 (p. 8).

Sendo, a política energética da UE conduzida primordialmente pela Comissão Européia e sob os olhos atentos dos governos nacionais, três princípios colocam-se como base de tal iniciativa: regras de mercado e competitividade, desenvolvimento sustentável e segurança de fornecimento (Aalto, 2008, p. 8-10). Nesse contexto, os principais documentos que fundamentam a política energética européia são dois Livros Verdes de 2000 e 2006, o Pacote de Energia de 2007 e uma iniciativa da década de 90, o Tratado da Carta de Energia.

Esta última marca a primeira iniciativa de cooperação formal da União Européia com a Rússia no âmbito energético. Cabe destacar que neste setor esses dois atores possuem um relacionamento de dependência mútua. Estatísticas do ano de 2006 afirmam que a Rússia responde por 40% das importações de gás e 33% das importações de petróleo da União Européia<sup>14</sup>. No que diz respeito à Rússia – que, segundo dados de 2006, é o segundo país em produção de petróleo do mundo, com 9.677.000 barris por dia, e o oitavo no ranking de reservas comprovadas, além de o maior produtor de gás natural do mundo, com 23.167 bilhões de “pés cúbicos” produzidos em 2006<sup>15</sup> –, a exportação de recursos energéticos é um elemento fundamental de seu PIB<sup>16</sup>, o que tem alavancado o processo de crescimento econômico iniciado na administração de Putin. Considerando que por volta de 60% das exportações russas de energia tem como destino a União Européia, forma-se um cenário em que a UE precisa garantir o fornecimento de energia proveniente da Rússia, enquanto que a Rússia precisa assegurar a demanda européia para suas exportações (Aalto, 2008, p. 13).

---

<sup>14</sup> Retirado de: <<http://www.energy.eu/>> . Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

<sup>15</sup> Dados da Energy Information Administration dos EUA. Disponível em: <[http://tonto.eia.doe.gov/country/country\\_energy\\_data.cfm?fips=RS](http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=RS)> . Acesso: em 29 de janeiro de 2009.

<sup>16</sup> Em 2007, os setores de gás e petróleo corresponderam a 64% das exportações russas e a 30% de todo o investimento externo direto no país. A importância da exportação de petróleo é tão grande para a economia do país que em 2004 criou-se um fundo de estabilização para que o país possa lidar melhor com uma situação de desvalorização internacional do preço da commodity (Energy Information Administration. Disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/cabs/Russia/Background.html>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009).

Nesse contexto, de fato alguma forma de relacionamento no âmbito energético torna-se fundamental para esses dois atores. Assim, já na década de 90 surge a iniciativa supracitada de Tratado da Carta de Energia. Tal documento surge a partir de uma Carta Européia de Energia de 1991 que não possuía caráter vinculante (Aalto, 2008, p. 11). O Tratado foi acordado em dezembro de 1994 e buscava reunir 52 Estados integrantes do ex-bloco comunista, da UE e Noruega, Suíça, Turquia, Austrália e Japão, além de contar com China e Arábia Saudita como observadores importantes (Aalto, 2008, p. 11). Abordando temas como comércio, investimento e trânsito de energia, além de resolução de controvérsias e eficiência energética, o Tratado, que faz referência ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), entrou em vigor em 16 de abril de 1998, sem, contudo, contar com a ratificação russa (Aalto, 2008, p. 11-12).

Cabe destacar que o Tratado da Carta de Energia, apesar de visar a liberalização do comércio, do investimento e do trânsito na área energética, não estipula a necessidade de privatizações no setor energético das partes e nem impõe o acesso de terceiras partes às redes de dutos em âmbito nacional; na verdade ele reitera a soberania nacional no que diz respeito a recursos energéticos (Aalto, 2008, p. 11-12). No entanto, o Protocolo de Trânsito, que compõe o Tratado, com base nos princípios de liberdade de trânsito e não-discriminação, obrigaria a Rússia a permitir o acesso a redes de dutos voltadas para a exportação, sujeitaria disputas à arbitragem internacional e faria com que a Rússia tivesse que implementar os princípios de liberdade de trânsito sem distinção de origem, destino ou propriedade da energia e de não-discriminação de preço (Aalto, 2008, 12). Dessa maneira, o Protocolo coloca-se como extremamente restritivo ao governo russo, que tem como interesse estratégico o controle do setor energético no país.

É importante destacar que a Federação Russa obteve a partir da dissolução da União Soviética um patrimônio de 46 mil quilômetros de oleodutos e a maior rede de gasodutos do mundo, com uma extensão de 152 mil quilômetros, sendo todos os dutos parte do patrimônio estatal ou ao menos objeto de controle da administração pública (Tkachenko, 2008, p. 164). Por exemplo, a maioria dos óleo-dutos russos estão sob o controle do monopólio Transneft (Tkachenko, 2008,

p. 173; Energy Information Administration<sup>17</sup>). Apesar disso, é necessário realizar uma distinção importante: enquanto no que diz respeito ao setor do gás, o controle estatal na Rússia é atualmente extremamente forte, sendo que uma única empresa, a Gazprom possui 60% das reservas de gás russas<sup>18</sup>, no que diz respeito ao mercado de petróleo, ao contrário do que ocorre na maioria dos grandes países exportadores de petróleo, nos quais a maior parte da produção é controlada por empresas estatais, na Rússia há poucas empresas estatais que exploram esse mercado, sendo que somente a Rosneft é uma empresa considerada grande<sup>19</sup> (Tkachenko, 2008, p. 167).

O mercado energético russo e sem dúvida um elemento fundamental na estratégia político-econômica russa. Deve-se recordar que durante a década de 90, primeiramente em um processo de privatização iniciado por Yegor Gaidar que passou o controle de empresas de energia para funcionários de alto-escalão do governo e depois, em uma segunda fase, na qual, a fim de financiar a re-eleição de Boris Yeltsin, Anatoly Chubais e Vladimir Potanin criaram o sistema de “loans-for-shares” (Tkachenko, 2008, p. 166; Volkov, 2008, p. 250-251) - através do qual, como o próprio nome revela, empréstimos não pagos foram trocados por ações de grandes empresas estatais -, o controle das principais empresas energéticas russas passou para a mão dos “oligarcas”. Assim, uma das diretrizes principais da administração Putin foi recuperar o controle sobre a produção e exportação de energia (Morozov, 2008, p. 51). Foi nesse contexto que em 2004-2005, abriu-se processo criminal que acarretou na prisão do principal dirigente da Yukos, Mikhail Khodorkovsky, por uma série de crimes, entre eles evasão fiscal, e também se realizou a nacionalização da parte mais importante da Yukos, a Yuganskneftegaz, a qual em leilão realizado em dezembro de 2004 foi adquirida pela Rosneft, empresa controlada pelo Kremlin (Morozov, 2008, p. 51). Também nesse sentido, o estado russo recuperou o controle acionário da gigante do gás Gazprom, o que é justificado pelo ministro das Relações Exteriores, Sergei

---

<sup>17</sup> Disponível em: < [http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Russia/Oil\\_exports.html](http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/Russia/Oil_exports.html)>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

<sup>18</sup> Segundo o sítio da própria Gazprom <<http://www.gazprom.com/eng/articles/article20150.shtml>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

<sup>19</sup> Em 2002, as 5 maiores empresas petrolíferas da Rússia eram Lukoil, Yukos, TNK, Sibneft e Surgutneftegas (Tkachenko, 2008, p. 181).

Lavrov, em seu artigo *Containing Russia: back to the future?*, de 19 de julho de 2007 quando afirma que

“[c]ountries dependent on external sources of energy criticize Russia for assuming its naturally large role in the global energy sector. However, those countries should recognize that energy dependence is reciprocal, since hoarding is not a wise choice for an energy exporting country. (...)The Russian government's energy policy reflects a global trend toward state control over natural resources. Ninety percent of the world's proven hydrocarbon reserves are under some form of state control. Such state control of energy resources is offset, however, by the concentration of cutting-edge technology in the hands of private transnational corporations. Thus, there are incentives for cooperation between the parties, with each sharing the same objective of meeting the energy requirements of the world economy.”

Nesse sentido, é importante ressaltar o papel fundamental que esta empresa, a Gazprom, tem na estratégia governamental russa. Tal empresa, como se afirmou anteriormente, é controlada pelo governo russo, que detém o monopólio do mercado doméstico de gás, e, ao não se limitar ao território russo, torna-se um instrumento muito importante de política externa, tanto de um ponto-de-vista comercial quanto político (Aalto, 2008, p. 13). Essa empresa opera não somente a rede de gasodutos russos, mas também uma série de outros gasodutos no território da antiga União Soviética (Aalto, 2008, p. 12)<sup>20</sup>. Além disso, ela não se limita a levar o gás até a fronteira de Estados limítrofes, envolvendo-se com o comércio e transporte em outros países através de subsidiárias – o que leva a problemas, como o persistente embate entre a empresa e a Ucrânia, o que novamente, em janeiro de 2009, levou a cortes de fornecimento que atingiram países da UE. Nesse contexto, é que o Protocolo de Trânsito se coloca como contrário aos interesses da Gazprom e da Rússia, que este país não tenha ratificado o Tratado da Carta de Energia (Aalto, 2008, p. 12) e que o fornecimento de gás é visto como um instrumento de pressão da política externa russa.

Dessa maneira, apesar de ainda haver demandas de Estados-membros europeus para que a Rússia ratifique o Tratado da Carta de Energia (Aalto, 2008, p. 39), em 2000 a UE propõe o Diálogo sobre Energia. Segundo Aalto (2008, p. 12-14), através dessa iniciativa, a União Européia dá um passo significativo no diálogo bilateral, evidenciando três objetivos principais: o objetivo diplomático tradicional de facilitação dos fluxos de comércio e investimento ao se estabelecer

---

<sup>20</sup> 80% das exportações de gás da Gazprom para a Europa Ocidental passam pelo território da Ucrânia. Retirado de: <<http://www.gazprom.com/eng/articles/article20160.shtml>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

uma estrutura político-institucional para a intensificação do comércio; concertar as posições dos Estados-Membros da UE no que diz respeito ao comércio de energia com a Rússia; e, para a Rússia, atrair investimentos, de maneira a manter e expandir suas exportações de energia, modernizar sua infra-estrutura energética decadente e criar melhores condições para o avanço de uma economia baseada em exportação de recursos naturais para um modelo econômico de alta tecnologia.

Nesse contexto, segundo Romanova (2008, p. 69), os resultados dos 4 primeiros grupos de trabalho resultaram em um relatório apresentado em outubro de 2001 e que confirmou os interesses complementares da Rússia e da União Européia na área energética e os dividiu em interesses de curto prazo – garantias legais para fornecimento de longo prazo, infra-estrutura de transporte, melhoria da infra-estrutura legal para investimentos e eficiência energética – e interesses de longo prazo – liberalização dos mercados russos de gás e eletricidade, comércio de eletricidade entre a Rússia e a União Européia e sincronização de redes, cooperação tecnológica e implementação do protocolo de Quioto. Ao final, estes não mais passaram a ser diferenciados como interesses de curto e longo prazo, surgindo 5 temas-chave na agenda: mercados e segurança de fornecimento; infra-estrutura de transportes; fortalecimento da estrutura legal, clima para investimento e transferência de tecnologias; eficiência energética e Protocolo de Quioto; e estabelecimento de um mercado energético pan-europeu (Romanova, 2008, 69-75).

Contudo, Romanova é crítica ao afirmar que apesar de em nível estratégico as partes possuírem um interesse no diálogo, por diferentes razões, cada uma segue sua própria agenda e mantém o debate no nível de questões técnicas (2008, p. 76). De fato, o que parece ser a tônica do diálogo é a existência de dois pólos: de um lado, a Comissão Européia com seus princípios de livre-competição, buscando garantir o acesso dos Estados-membros à energia russa, de outro, os monopólios de energia russos e europeus que se colocam na defesa de uma postura mais protecionista (Milov, 2006, p. 4). Nesse contexto, segundo Milov (2006, p. 4), existe um ambiente de falta de confiança mútua, no qual a Rússia busca impedir o investimento europeu na produção de petróleo e gás em seu território e a União Européia busca a diversificação das fontes de importação de

maneira a reduzir sua dependência com relação à Rússia. Ou seja, é necessário que se acorde uma visão comum. Nesse sentido, pode-se destacar o fato de que em abril de 2004 o Tratado da Carta de Energia foi retirado da agenda da Duma russa com base em supostamente ser contraditório aos interesses nacionais russos e ser uma imposição do exterior (Morozov, 2008, p. 47) e o discurso de Putin em encontro com o Chanceler alemão Gerhard Schröder em outubro de 2003, citado por Tkachenko (2008, p. 169), no qual o presidente russo afirma que a Comissão Européia não deve ter ilusões de uma abertura do mercado de gás controlado pelo governo russo.

Contudo, nem sempre o discurso é negativo. É interessante notar que ao princípio, o discurso não é tão direto e tão oposto aos objetivos do diálogo. Em declaração para a imprensa no dia 30 de outubro de 2000, após a Cúpula Rússia-União Européia, Putin afirma que esforços serão necessários de maneira a adequar a legislação russa aos interesses europeus de garantir seus investimentos, mas declara que “Russia is ready to make a contribution to Europe’s long-term energy security.” Porém, após a dificuldade em constatar esforços concretos do lado russo em se avançar o diálogo energético, o discurso russo torna-se defensivo quando Putin, quase um ano depois, em declaração em Bruxelas no dia 3 de outubro de 2001, afirma que “I would like to repeat what I told my colleagues today: Russia is not behaving in a selfish way and has always been a highly reliable partner.” De fato, no que diz respeito à cooperação energética, a Rússia fica em uma posição vulnerável, pois por mais que se queira demonstrar a vontade de cooperar, ao ser um elemento tão fundamental para a sustentabilidade da economia russa e também para o projeto político em andamento, a distância entre as propostas e suas aplicações torna-se grande. Nesse contexto, o *EU Common Spaces Progress Report 2007*, de março de 2008, chama a atenção para o caráter positivo da iniciativa russa de implementação de um mecanismo de aviso prévio para cortes de suprimento de gás, proposta em janeiro de 2007, acordada na Cúpula UE-Rússia de Samara, em 18 de maio de 2007, e confirmada na Cúpula de Mafra, em outubro do mesmo ano (p. 16). Ao mesmo tempo em que o informe avalia positivamente a iniciativa, também cobra sua implementação (p. 2). Da mesma maneira, no Conceito de Política Externa da Federação Russa, de 12 de julho de 2008, afirma que a Rússia “continues to build up and modernize the

capacity of the fuel and energy industry to support its reputation of a responsible partner in the energy markets”, quando na verdade as práticas recentes da política externa da Rússia mostram que nessa área de suprimento de energia a Rússia não tem sido um parceiro nada confiável.

Destaca-se nesse sentido o episódio da guerra do gás entre a Ucrânia e a Rússia em 2005-2006, quando, no que muitos analistas citam como uma resposta à Revolução Laranja ucraniana, em que o candidato pró-Rússia Viktor Yanukovich não conseguiu assumir a presidência do país, a Rússia passa a exigir que a Ucrânia pague um preço maior pelo gás russo, um preço não subsidiado de mercado. Tal episódio foi um marco no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia, e mais especificamente no debate energético europeu, pelo fato de que em janeiro de 2006, durante o momento mais crítico desse episódio, foi interrompido o fornecimento de gás por parte da Gazprom para o território ucraniano. O impacto disso para a Europa decorre do fato de que, como se mencionou anteriormente, 80% do gás importado pela Europa da Rússia passa pela Ucrânia, fazendo com que nesse momento de interrupção de fornecimento os reservatórios de alguns países tenham tido seus estoques reduzidos e um temor de desabastecimento tenha preocupado alguns Estados-Membros. Assim, o que esse episódio evidenciou – e continua a evidenciar, dado que em janeiro de 2009 novamente a Rússia e a Ucrânia entram em um impasse - foi a dependência energética européia com respeito à Rússia, um parceiro no qual nem sempre se pode confiar, como este elemento – confiança – é um elemento importante para se compreender o relacionamento bilateral, e como se cria um ambiente propício para a linguagem de estagnação e incompatibilidade.

Evidenciando ainda mais uma questão delicada no âmbito das relações energéticas entre a Rússia e a União Européia, pode-se citar também o projeto do gasoduto *Nord Stream*. Assinado em 18 de setembro de 2005, o gasoduto que se situa fundamentalmente no âmbito das relações bilaterais entre a Rússia e a Alemanha, foi projetado e se destaca pelo fato de conectar diretamente os dois países. Assim, sem depender de nenhum outro país de trânsito, o gasoduto ligará Vyborg a Greifswald, podendo-se distribuir o gás posteriormente à França e ao Reino Unido (Westphal, 2008, p. 107). O projeto, uma parceria entre a empresa russa Gazprom (51%) e as alemãs BASF Wintershall e E.On Ruhrgas (24,5%

cada) (Westphal, 2007, p. 107), é criticado por ser economicamente custoso e pelo seu caráter político, já que existem gasodutos alternativos para levar gás à Alemanha e à Europa Ocidental que operam abaixo de sua capacidade e sua modernização e reconstrução teria sido uma alternativa, de um ponto-de-vista econômico, mais lógica (Westphal, 2008, p. 109). No entanto, Westphal (2008, p. 111) aponta que de um ponto-de-vista alemão, identifica-se uma lógica em se realizar o projeto quando se cria uma linha de fornecimento direta entre a Rússia e a Alemanha, diversificam-se as rotas de transporte para a Alemanha e se reforça a interdependência mútua entre vendedor e comprador.

Assim, o *Nord Stream* pode ser visto, dentro de um contexto de construção de uma Política Energética Européia, como algo tanto positivo como negativo. Se de um lado tem-se um projeto eficaz que demonstra uma solução para evitar os países de trânsito, por outro lado demonstra-se a debilidade em se construir uma política energética que leve em consideração as posições comuns de todos os Estados-Membros – mostra-se uma debilidade por parte de uma das principais vozes da UE, a Alemanha, que desconsidera a oposição dos Estados-Membros que desaprovam a iniciativa, evidenciando o problema da coesão interna na UE. Naturalmente, essa postura alemã pode ser compreendida. Segundo o documentário *Gigant Gazprom: Die Deutschen und ihr Gas aus dem Osten*<sup>21</sup>, o projeto do *Nord Stream* é uma necessidade alemã, quando a indústria pesada alemã, como a indústria de aço, depende do fornecimento do gás russo. O documentário destaca o complexo relacionamento entre os dois países, que abrange áreas não oficiais, como o bom relacionamento entre o primeiro-ministro russo Vladimir Putin e o ex-chanceler alemão Gerhard Schröder, atualmente chefe do comitê de acionistas da Nord Stream AG, e o patrocínio da empresa Gazprom à equipe de futebol da primeira divisão alemã Schalke 04. Interessante é o fato de que ao longo do documentário destaca-se como o futuro da economia alemã está atrelado ao fornecimento seguro do gás russo, o que permite compreender em que contexto a Alemanha realiza esse projeto com o governo russo apesar de não ser uma iniciativa apoiada por consenso entre os Estados-membros da UE. De alguma maneira, o relacionamento entre a Alemanha e a Rússia pode ser compreendido, como afirma Fierke (2007, p. 62-63), em um contexto em que a linguagem de

---

<sup>21</sup> Hubert Seipel, 2009.

parceria estratégica é introduzida paulatinamente na imaginação do público, é adaptada aos interesses dos líderes políticos, e concretiza-se em práticas concretas.

O problema que se gera é que em tal contexto, o que se tem é uma Rússia satisfeita por garantir sua exportação de energia ao mercado europeu, enquanto do lado das demandas européias, o mercado de gás russo segue vedado aos investimentos europeus e não se tem nem sequer uma postura comum entre os membros da UE no que tange à energia. No entanto, nem tão satisfeita encontra-se a Rússia com a situação atual. De fato, este país ainda busca reformas de maneira a superar os problemas de seu mercado energético. Conforme coloca Price (2007, p. 392), apesar de 60% das vendas de gás na Rússia serem produção da Gazprom, o preço subsidiado faz com que o lucro da empresa dependa da exportação para o mercado europeu, tendo a Gazprom recentemente perdido em média US\$1 bilhão de dólares ao ano. Nesse contexto, a empresa recentemente conseguiu o aval do governo russo para a desregulação do preço do gás no país, o que é bom não só para a empresa russa, mas também para a UE, a partir do momento em que a medida ajuda a gerar segurança energética para a UE ao aumentar os recursos disponíveis para exportação (Price, 2007, p. 393). No entanto, os problemas persistem. Conforme destaca Tkachenko (2008, p. 168), segundo Andrey Gadamaka, da Lukoil, em média as perdas totais russas advindas de um sistema de dutos para petróleo subdesenvolvido somam anualmente US\$ 13 bilhões (4 bilhões em limitações na exploração e exportação, 4 bilhões em preços subsidiados na Europa do Leste e 5 bilhões em pagamentos de companhias petrolíferas russas pelo trânsito por portos e terminais estrangeiros). Ou seja, a Rússia também tem muito o que avançar em sua própria política energética.

Aliás, a avaliação geral de Aalto (2008, p. 204) com respeito às relações entre a Rússia e a União Européia na área energética é que há muito a se avançar antes de se estabelecer uma real Política Pan-Européia de Energia (que englobe realmente toda a Europa). Segundo o autor,

“[w]e have pan-European energy trade, but we do not have pan-European energy policy with the characteristic assumptions for the term ‘policy’ – as connoting a degree of direction, purpose and stability of energy politics, and pulling along governmental and foreign policies within the wider European area. In this

situation, it is understandable that projects like the ECT<sup>22</sup> still await for ratification, and do not look like the way ahead in their existing form, if the present multitude of policies in the wider European area stays as incompatible as we have indicated.

The greatest discontinuities are between the EU and Russia, who paradoxically at the same time represent the highest potential for a mutually compatible major energy relationship. But regardless of their mutual discontinuities, they manage to stage a much more promising setting than is found in most regions of the world.” (Aalto, 2008, p. 204)

De fato, o que se observa é que existe um interesse estratégico (segurança de demanda e de provisão) de ambas as partes de que se concretize uma forma de cooperação que hoje parece ainda não ter atingido um estágio de maturidade nesse setor. No âmbito da UE, contudo, existe uma dificuldade grande a partir do momento em que ainda inexiste uma Política Energética Européia consolidada – dadas as necessidades diferentes de cada membro –, a qual ainda se busca implementar mas que tampouco parece ter sido compreendida por todos os Estados-Membros. Ela de fato, conforme se mencionou anteriormente, parece ser um projeto defendido eminentemente pela Comissão Européia, a qual segue tentando demonstrar a sua pertinência. Nesse sentido, em discurso sobre o Livro Verde de 2006 pronunciado em Lisboa em 30 de outubro de 2006, Durão Barroso afirma que

“[e]ste Livro Verde parte de um princípio fundamental: a União Européia precisa de uma política energética integrada para preservar a competitividade européia, para salvaguardar os seus objetivos ambientais e para garantir a segurança do aprisionamento de energia.”

No mesmo discurso, ao abordar o Plano de Ação para a Eficiência Energética (2006), Durão Barroso afirma que “só através da solidariedade e da coerência é que seremos capazes de reforçar a nossa segurança energética”. E, citando a parceria com a Rússia, o presidente da Comissão Européia afirma:

“Espero que esta nova abordagem se traduza num acordo de parceria com a Rússia, de que a energia será parte integrante – um acordo cujas disposições em matéria energética se baseiem nos princípios da Carta de Energia, tais como a previsibilidade, a transparência e a reciprocidade.”

Cabe destacar neste momento um trecho do Livro Verde de 2006 que aborda o tema da parceria com a Rússia. Afirma-se que:

“[a] new initiative is particularly opportune with regard to Russia, the EU’s most important energy supplier. The EU, as Russia’s largest energy buyer, is an essential and equal partner in this relationship. The development of a common

<sup>22</sup> Sigla em inglês para o Tratado da Carta de Energia.

external energy policy should mark a step change in this energy partnership at both Community and national level. A true partnership would offer security and predictability for both sides, paving the way for the necessary long-term investments in new capacity. It would also mean fair and reciprocal access to markets and infrastructure including in particular third party access to pipelines. Work should start on an energy initiative based on these principles. Subsequently the results could be integrated into the framework of EU-Russia relations due to replace the current EU-Russia Partnership and Cooperation agreement in 2007. In addition, efforts should be intensified in the G8 to secure rapid ratification by Russia of the Energy Charter Treaty and the conclusion of the negotiations on the Transit Protocol. (...)

Europe's energy policy should have three main objectives:

- Sustainability (...)
- Competitiveness (...)
- Security of supply.”

Dessa maneira, o que fica evidente na linguagem utilizada no âmbito das relações energéticas entre a Rússia e a União Européia é que ambos os atores reconhecem a importância em se avançar a cooperação e a coordenação nessa área, talvez sendo essa uma das áreas mais importantes através das quais se torna necessário o desenvolvimento de uma parceria estratégica. No entanto, o que se pode compreender é que existe uma queda de braço. Os interesses de cada parte são de maneira geral bastante conhecidos por ambas<sup>23</sup>, mas nenhuma delas quer ceder, e, assim, torna-se complicada a consolidação de um relacionamento no setor energético que seja realmente mutuamente benéfico. De fato, conforme a argumentação de Milov (2006), falta um ambiente de confiança mútua, e no âmbito das relações na área energética, isso se torna evidente bem cedo, logo no início do governo Putin, o qual enfatiza o controle estatal dos recursos energéticos russos. É interessante destacar que do lado europeu, continua a insistência em um discurso que de certa maneira preserva suas bases originais ao continuar defendendo a ratificação russa do Tratado da Carta de Energia, mas que reconhece a necessidade de uma nova base contratual para a parceria estratégica, com a elaboração de um acordo que substitua o Acordo de Parceria e Cooperação. No, entanto, do outro lado encontra-se uma Rússia cujo discurso é muito claro em colocar que em determinadas questões a posição russa não pode ser modificada. Nesse contexto, evidencia-se como a linguagem do diálogo na área de energia

---

<sup>23</sup> Na verdade, parece que em âmbito europeu se evidencia um jogo em que ainda há a possibilidade de se adotar medidas que desconsiderem o interesse da coletividade. Se existe um discurso de uma Comissão Européia que representa os interesses da União, entre os Estados-Membros identifica-se a ausência de um posicionamento comum consolidado.

permite que se compreenda a necessidade de reaproximação presente nos discursos citados na seção anterior. Assim como de maneira, geral, o que se observa no relacionamento no âmbito energético é que existe um relacionamento básico que é ressaltado como relevante, como o diálogo sobre energia, no entanto, apesar de se reconhecer a necessidade de construção de uma parceria, o relacionamento atual fundamenta-se em uma noção de interesses em conflito. Por mais que se destaque a importância de um ator para o outro, ou seja, a noção de partilha que remonta ao significado original de parceria, fica evidente que a agência dos atores torna-se limitada em um ambiente caracterizado pela desconfiança. Esta é uma área em que de fato se evidencia um relacionamento estagnado ou o rompimento das regras em um relacionamento de parceria estratégica.

### **4.3**

#### **O conflito na Geórgia em 2008**

Um tema atual e problemático da agenda de relações Rússia-União Européia foi o recente conflito entre a Geórgia e a Rússia, iniciado em 7 de agosto de 2008. Apesar de um evento de relativa curta duração, as conseqüências para georgianos e ossetas do sul foram devastadoras. Contudo, destaca-se este evento por sua relevância em um contexto de propalada deterioração das relações entre a Rússia e a União Européia. Sua análise é relevante para a compreensão de como a parceria estratégica pode ser entendida no momento atual.

O objetivo desta seção é lidar com seus desdobramentos com respeito à parceria estratégica entre a Rússia e a União Européia. Dessa maneira, não há qualquer propósito em se observar cautelosamente a história dos conflitos. Portanto, somente alguns elementos históricos que são relevantes para a compreensão do contexto em que se dá o início das hostilidades do recente conflito serão destacados.

Os acontecimentos em território da Ossétia do Sul que funcionaram como gatilho do conflito de agosto de 2008 remontam à declaração de independência do *Oblast* Autônomo da Ossétia do Sul em 1990 e às lutas contra e a favor da

independência do território iniciadas em 1991<sup>24</sup>, paralisadas pelo Acordo de Cessar-Fogo de Sochi de 24 de junho de 1992 (o conflito deu-se entre o exército georgiano e os secessionistas, formados por locais, soldados irregulares vindos da Rússia e soldados da antiga URSS que, encontrando-se no meio do conflito, decidiram lutar a favor da independência<sup>25</sup>), assinado pelo presidente russo, Boris Yeltsin<sup>26</sup>, e pelo Chefe do Conselho Supremo da Geórgia, Eduard Shevardnadze, após o qual a Geórgia solicita à CSCE<sup>27</sup> (posteriormente rebatizada de OSCE<sup>28</sup>) apoio para a mediação do conflito (Reeve, 2006, p. 57). O Acordo de Cessar-Fogo previu a formação de uma Comissão de Controle Conjunta que tinha o objetivo de monitorar o cessar-fogo e o processo de desmilitarização (Reeve, 2006, p. 57). Em 4 de julho de 1992, a Comissão de Controle Conjunta, composta por representações da Geórgia, da Rússia e da República da Ossétia do Norte, reuniu-se pela primeira vez, decidindo criar uma Força de Manutenção de Paz Conjunta tripartite (500 homens), subordinada a um Comando Militar Conjunto e sob a supervisão da Comissão de Controle Conjunta (Reeve, 2006, p. 58). Em 1994, decidiu-se que a Ossétia do Sul seria mais uma parte da Comissão de Controle Conjunta e também que a Missão da CSCE participaria das atividades da Comissão, a qual se reuniria pelo menos a cada dois meses, possuindo um secretariado na capital da Ossétia do Sul, Tskhinvali (Reeve, 2006, p. 58).

O diálogo é mantido entre as partes e em 5 de março de 1997, um acordo entre as partes envolvidas decide formar grupos quadripartites de especialistas com o objetivo de preparar propostas para a resolução de problemas político-legais que impediam a resolução do conflito, dinâmica essa que é associada a projetos de reabilitação financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela Comissão Européia (Reeve, 2006, p. 59). Após este encontro, uma iniciativa russa propõe que grupos de especialistas de cada parte envolvida elaborem propostas com princípios para a resolução do conflito que então seriam reunidas em um “Documento Intermediário” (Reeve, 2008, p. 59-

---

<sup>24</sup> Segundo Hopf (2005, p. 228), o primeiro líder georgiano, Gamsakhurdia, que liderou até março de 1992, era responsável por uma campanha agressiva contra as minorias ossetas e abcasas, o que levou a que ambas as Repúblicas buscassem o apoio de Moscou.

<sup>25</sup> King, 2004, p. 3.

<sup>26</sup> Segundo Hopf (2005), a política russa oficial era o apoio à integridade territorial georgiana, diferentemente do que se tem hoje.

<sup>27</sup> Conference on Security and Co-operation in Europe.

<sup>28</sup> Organization on Security and Co-operation in Europe.

60). Após rodadas de consulta e diálogo, os grupos de especialistas reúnem-se em 10-13 de julho de 2000 em Baden (Áustria) sob a presidência austríaca da OSCE para discutir uma versão final do “Documento Intermediário” (Reeve, 2008, p. 60). O documento comum passa a ser discutido incorporando a proposta de reconhecimento da integridade territorial georgiana em troca de uma ampla autonomia da Ossétia do Sul com a Geórgia e relações econômicas e culturais privilegiadas com a República da Ossétia do Norte, sem, contudo, ter sido possível um acordo sobre um documento final (Reeve, 2008, p. 60).

Após esse momento em que se tinha a esperança de se avançar uma possível resolução do conflito, o diálogo continua a ser realizado, mas sem se alcançar qualquer avanço mais claro no sentido de um acordo. Cabe destacar, no entanto, que por solicitação da representação da Missão da OSCE, em 2001 acorda-se a inclusão de representação da Comissão Européia, a qual colabora financeiramente com a Missão da OSCE, à Comissão de Controle Conjunta (Reeve, 2006, p. 61). Aliás, é importante destacar que nesse momento a UE já havia financiado projetos de reabilitação na área em um montante de 3,5 milhões de euros e se preparava para liberar mais 1,5 milhões em projetos adicionais (Reeve, 2006, p. 65). Ao longo dos anos, mais recursos foram disponibilizados pela Comissão Européia em projetos na Ossétia do Sul (Reeve, 2006).

Cabe destacar, então, o fato de que em 2003 a Revolução das Rosas levou ao poder o pró-ocidental Mikheil Saakashvili, o que é apreciado pela União Européia e bastante não apreciado pela Rússia (a qual encontrava-se bastante à vontade com relação aos governos anteriores que questionavam menos a influência de Moscou no país e possuíam menos respaldo internacional para modificar o Estado de paralisia no qual se encontravam as negociações sobre esses *frozen conflicts*). O presidente georgiano comprometeu-se publicamente a restaurar a integridade territorial georgiana através do fim do separatismo nas regiões da Adjária (o que conseguiu cumprir em 2004), Ossétia do Sul e Abcásia. É neste contexto que em 2004 há uma escalada nas hostilidades e que uma série de acontecimentos começa a abalar novamente o diálogo entre a Geórgia e a Ossétia do Sul. Em maio de 2005, quatro membros armados do Ministério de Defesa da Ossétia do Sul são mortos pela polícia georgiana em uma blitz em região administrada pela Geórgia ao norte de Tskhinvali; em 6 de junho de 2005,

quatro georgianos étnicos são seqüestrados em um mercado ao sul de Tskhinvali, seu carro é achado queimado em vila administrada por ossetas a oeste de Tskhinvali e os corpos só são devolvidos em novembro; em 25 de agosto de 2005 é resgatado um garoto georgiano étnico de 11 anos que havia sido seqüestrado em 19 de agosto; ao longo do verão de 2005 a rodovia Trans-caucasiana é fechada ao tráfico pela Força de Manutenção da Paz Conjunta por longos períodos a pedido do Chefe de Polícia georgiano local; em 20 de setembro de 2005, quando a Ossétia do Sul celebrava o 15º aniversário de sua declaração de independência (não aceita pela comunidade internacional), quatro morteiros explodem na parte sudoeste de Tskhinvali, ferindo 9 civis, o que faz com que a Ossétia do Sul acuse a Geórgia pelo incidente, suspendendo sua participação da Comissão de Controle Conjunta até que a Geórgia assumisse sua culpa e se desculpasse, o que, não acontecendo, gera o cancelamento do encontro da Comissão agendado para os dias 27 e 28 daquele mês (Reeve, 2006, p. 62-63). No que diz respeito ao último incidente, o presidente georgiano toma a iniciativa de convidar a OSCE a monitorar as investigações e, posteriormente, novos encontros da Comissão de Controle Conjunta são realizados (Reeve, 2006, p. 64).

Apesar das hostilidades em 2005, esforços para a resolução do conflito foram conduzidos. Em janeiro de 2005, Saakashvili propõe plano de paz pelo qual a Ossétia do Sul possuiria um status de autonomia dentro da Geórgia, podendo eleger seus próprios órgãos executivo e legislativo com autoridade sobre economia, cultura, educação e políticas ambiental e de aplicação das leis, enquanto Tbilisi deteria as políticas de defesa, de relações exteriores e de direitos humanos, sendo ainda a constituição georgiana emendada de maneira a permitir a representação osseta no sistema judiciário georgiano, na corte constitucional e no parlamento nacional (Reeve, 2006, p. 64-65). Tal proposta transformou-se em “roadmap”, para o qual se realizou conferência internacional com objetivo de discussão em Batumi em 9 e 10 de julho do mesmo ano, a qual, contudo, não contou com a presença de representantes ossetas (Reeve, 2006, p. 65). Em 12 de dezembro do mesmo ano, porém, Eduard Kokoity, líder osseta, dirigiu carta ao presidente russo, Vladimir Putin, a Saakashvili e aos governantes dos Estados participantes da OSCE com sua proposta de resolução do conflito, a qual parecia se adequar à proposta georgiana anterior, o que gerou uma expectativa positiva

sobre a possibilidade de um acordo (Reeve, 2006, p. 65). As partes reuniram-se em encontro da Comissão de Controle Conjunta em 27-28 de dezembro de 2005, porém não se chegou a um acordo (Reeve, 2006, p. 65).

Em 2006, as relações entre Geórgia e Rússia no que diz respeito ao impasse em torno da Ossétia do Sul seguem se deteriorando, destacando-se resolução de fevereiro do Parlamento georgiano que pede a substituição da operação de manutenção da paz russa na região por uma força de manutenção da paz internacional (Bloed, 2006, p. 193). Cabe destacar que em 1999, em conferência da OSCE, decidiu-se que todas as tropas russas deveriam ser retiradas da Geórgia e da Moldávia, o que foi sumamente não aceito pelo governo russo (Bloed, 2006, 193-194). No entanto, um acordo entre a Geórgia e a Rússia é obtido em 2006 pelo qual a Rússia fecharia em 2007 sua base militar em Akhalkalaki e finalizaria o fechamento de sua base militar em Batumi até 2008, acordando-se que a maior parte do equipamento russo retornaria à Rússia, enquanto uma parte pequena seria transferida para bases militares russas na Armênia (Bloed, 2006, p. 194).

Apesar disso, a situação segue piorando quando em setembro de 2006, Saakashvili ordena a prisão de quatro oficiais russos, o que suscita uma resposta russa de oposição declarada à Geórgia, inclusive com a aplicação de um embargo aos vinhos georgianos, o principal produto de exportação do país (Radvanyi, 2008, p. 22). Cabe destacar que se a Rússia de fato não demonstra interesse em apoiar medidas que modifiquem o *status quo* da região, as decisões do governo georgiano tampouco são coerentes com uma posição de quem busca uma resolução pacífica para o conflito. De acordo com relatório de 22 de agosto de 2008 do International Crisis Group, identifica-se que a Geórgia desde 2004 abandonou medidas de real construção de confiança no que diz respeito aos conflitos com a Ossétia do Sul e com a Abcásia, frequentemente adotando medidas de confrontação, ameaça e retórica, ao invés de um discurso paciente de convencimento das regiões de que um status de autonomia dentro de uma Geórgia próspera e democrática seria uma melhor opção.

Nesse contexto, em 7 de agosto de 2008 inicia-se o conflito. Saakashvili ordena a entrada do exército georgiano na Ossétia do Sul e então a Rússia, em seguida, envia suas tropas. Com superioridade militar, o exército russo garante a

ocupação da Ossétia do Sul, mas não limita suas operações a este território, invadindo território georgiano e também da outra região separatista, a Abcásia. A comunidade internacional mobiliza-se e se destaca como mediador o presidente em exercício do Conselho da União Européia, o presidente francês Nicolas Sarkozy. Um acordo de cessar-fogo com seis pontos é elaborado solicitando o fim das hostilidades, a retomada das posições militares anteriores aos eventos iniciados em 7 de agosto e a realização de diálogo com respeito ao status das duas regiões secessionistas, sem, contudo, aceitar-se um reconhecimento da integridade territorial georgiana.

Posteriormente, o exército russo iniciaria a retirada de suas forças, mas o resultado do conflito, além de destruição e morte, foi uma situação de descrença na possibilidade de reunificação da Geórgia. Para tornar essa possibilidade ainda mais inviável, em 26 de agosto o presidente russo Dimitri Medvedev declara o reconhecimento da independência de Ossétia do Sul e da Abcásia.

Para muitos analistas, e também o supracitado relatório do International Crisis Group, tal decisão de Moscou, assim como a decisão de entrar em conflito com a Geórgia insere-se em um contexto de reafirmação de um status de potência e de contra-partida a uma série de medidas ocidentais que iam de encontro aos interesses russos como a expansão da OTAN, a construção do sistema antimísseis na República Tcheca e na Polônia e o apoio à independência de Kosovo. Aliás, a independência de Kosovo é justamente a justificativa russa colocada como impossibilidade de se questionar a legitimidade da política de Moscou para a Ossétia do Sul e a Abcásia. *The Economist*, em 30 de agosto de 2008 cita fala do presidente russo que afirma que “não se pode ter uma regra para alguns e outra regra para os outros”<sup>29</sup>, em uma clara alusão e crítica ao apoio ocidental à independência kosovar (não apoiada por Moscou) e falta de apoio à independência da Ossétia do Sul e da Abcásia. A postura russa diante da questão georgiana é justificada em artigo de Sergei Lavrov intitulado *Russian Foreign Policy and a New Quality of the Geopolitical Situation*, de 2008:

“[b]y its answer to the Georgian aggression Russia has established a standard for responding which is fully in line with current international law, including the right to self-defense under Article 51 of the Charter of the United Nations and our concrete obligations regarding the settlement of this conflict, and with the

---

<sup>29</sup> Tradução livre.

principles of moderateness and proportionality. Russia's actions pursued no aims other than those dictated by the necessity of providing effective guarantees of non-resumption of aggression against the Republic of South Ossetia and the Republic of Abkhazia. The most important element of such guarantees was Russia's recognition of the independence of Abkhazia and South Ossetia and conclusion of the Treaties of Friendship, Cooperation and Mutual Assistance with them. This move became inevitable when after the repression of the Georgian aggression statements began to be heard from Tbilisi that 'the war is not over', and from a number of western capitals about the intention to 'restore the fighting efficiency of the Georgian army'. The last straw was the blocking in the UN Security Council and the OSCE of decisions in support of the Medvedev-Sarkozy plan."<sup>30</sup>

No que concerne ao objetivo desta seção, sem discutir se a justificativa russa é correta ou não, deve-se realizar uma análise de como este episódio se insere no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia. Até que ponto ele gera instabilidade e permite uma compreensão do estado atual do relacionamento bilateral?

Segundo pronunciamento de Javier Solana, em 6 de junho de 2008, a União Européia está compromissada com o respeito à soberania e à integridade territorial georgiana. Além disso, em declaração em 1º de setembro de 2008, Solana demonstra a insatisfação européia com respeito às ações russas ao afirmar que

“[t]he situation today is clear. Georgia is a country whose territorial integrity has been breached and there is tremendous damage on the ground as concerns people, property, etc and it is our obligation to help. We want to help people in Georgia. We have also already made clear statements on the recognition issue – we are against it.”

Contudo, nem todas as manifestações sobre o tema geram uma impressão tão negativa. No mesmo artigo de 2008 supracitado, o ministro de Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, apresenta uma avaliação positiva para as relações UE-Rússia decorrente do episódio:

“[w]e are glad that resolving the Caucasus crisis has provided a serious subject for our interaction with the European Union in regional affairs. Essentially, a European solution to the problem was found, in consequence of which EU unity grows stronger on a sober, pragmatic basis. (...) It is good that the initiative of French President Sarkozy, supported by the European Union, remedied the situation.”

E também na declaração conjunta na Cúpula UE-Rússia de 14 de novembro de 2008, em Nice, a avaliação não demonstra ser tão negativa:

<sup>30</sup> Fonte: <[http://www.mid.ru/brp\\_4.nsf/english](http://www.mid.ru/brp_4.nsf/english)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

“[w]ith regard to Georgia, the European Union noted that Russia had fulfilled a very large part of its commitments: the ceasefire, the withdrawal, for the most part, the deployment of observers, and the beginning of international talks in Geneva. President Sarkozy emphasised the need for making progress with regard to the withdrawal of Russian forces from two specific areas - the Akhgori valley in South Ossetia and the village of Perevi in west Ossetia. The European Union saluted the Russian initiatives towards peace in the Nagorno-Karabakh and encouraged the Russian Federation to draw inspiration from this positive action in dealing with the issue of Abkhazia and Ossetia. President Medvedev thanked the Europeans and the French President in particular for their participation in finding solutions for resolving the conflict.”<sup>31</sup>

Apesar de tais declarações que buscam minimizar problemas, de fato a postura russa no que diz respeito à Ossétia do Sul e à Abcásia pode ser considerada como um momento que no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia não contribui para um cenário de geração de confiança. Por mais que a União Européia tenha, através de Sarkozy, mediado o conflito e permitido um acordo – uma postura esperada entre parceiros – fica claro que tanto a UE quanto a Rússia declaram posicionamentos que vão diretamente de encontro ao interesse do outro, a princípio um parceiro estratégico, fazendo com que o episódio possa ser visto como negativo.

O que se destaca no episódio é que ocorre logo após a Rússia e a União Européia anunciarem as negociações para um novo acordo de parceria que substituiria o ainda vigente Acordo de Parceria e Cooperação. Em um ambiente de suposto otimismo, surge um episódio que evidencia a total desconsideração por uma abordagem que leve em conta o posicionamento do outro, servindo como evidência para uma linguagem baseada nas noções de incompatibilidade e estagnação mencionadas pelos analistas citados no capítulo anterior.

O que se observa na linguagem utilizada no âmbito do conflito georgiano é que, de um lado, existe uma Rússia bastante decidida e que não parece se preocupar com a desaprovação de suas ações por parte de seu parceiro estratégico; de outro lado, existe uma União Européia que abertamente demonstra seu descontentamento e solicita uma revisão do posicionamento russo com respeito à questão dos reconhecimentos. No que concerne a como o diálogo com respeito a essas questões se desenvolve ao longo do tempo, se se considera a questão kosovar, a questão chechena, e os *frozen conflicts* na Geórgia (recentemente descongelados e recongelados) e na Moldávia, percebe-se que sempre foram

---

<sup>31</sup> Fonte: <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_233.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_233.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

pontos sensíveis do relacionamento entre a Rússia e a União Europeia. O temor que se tem reside no fato de que as oposições tornam-se cada vez mais visíveis, as expectativas quanto à realização de acordos é pessimista e parece que o diálogo deteriora-se cada vez mais. Ainda, fica evidente que em uma área essencial da parceria estratégica, as questões de segurança, o relacionamento ainda não alcançou o progresso desejado.

#### **4.4 Um balanço parcial da análise empírica: o processo até um embate entre linguagens**

A partir do que foi discutido ao longo do presente capítulo, percebe-se que a linguagem em torno da parceria estratégica passa por um longo processo. Na verdade, a parceria estratégica é sempre identificada como um objetivo desejável, mutuamente benéfico para a Rússia e a União Europeia. No entanto, percebe-se um processo que se inicia com a proposição de um relacionamento de parceria estratégica o qual atualmente é desafiado por uma linguagem que se opõe ao seu conteúdo proposto.

Inicialmente, a parceria é um aprofundamento do relacionamento entre as partes no qual a União Europeia seria um modelo e um apoio a ser seguido pela Rússia em sua transição à democracia e à economia de mercado. Em um segundo momento, a parceria adquire uma noção mais consolidada de relacionamento entre iguais, de aprendizado e ganhos mútuos. Em um terceiro momento, surge uma parceria em que se destacam avanços e dificuldades em se superar alguns determinados obstáculos que marcam o relacionamento bilateral, mas que possuem potencial para ser superados, reconhecendo-se a necessidade de negociações para um novo marco legal que permitiria superar os problemas vigentes e alavancar um aprofundamento das relações. Por fim, surge na fase atual uma linguagem de crítica e insatisfação. Por mais que a parceria ainda seja vista como algo positivo, as crenças em um discurso otimista são silenciadas por episódios específicos que, principalmente, inserem-se no âmbito dos interesses de segurança das partes (como segurança de fornecimento de energia e segurança em áreas de *frozen conflicts*).

Nesse contexto, é importante destacar como essas fases que se caracterizam por comportamentos distintos com respeito à parceria estratégica possuem uma correspondência com as possibilidades de agência de ambos os atores em determinados momentos específicos. De fato, parece que o ambiente lingüístico influi em como se porta cada um dos atores em determinado momento.

Dessa maneira, em um primeiro momento, destaca-se a década de 90, na qual a Rússia possui uma capacidade de agência mais limitada. É um momento em que, por exemplo, a Rússia é incapaz de agir contra o bombardeio da OTAN à Sérvia ou adotar uma posição mais forte no que diz respeito ao alargamento da OTAN, ou seja, existe um contexto de regras no qual a Rússia não assume um papel de confrontação com a UE.

Em um segundo momento, destaca-se um relacionamento que se caracteriza pela adoção de iniciativas de cooperação, como o Diálogo sobre Energia. É um momento em que tampouco cabe um posicionamento de confrontação entre as partes (principalmente da Rússia em relação à UE), mas em que parece existir um respeito mútuo mais consolidado de ambos os lados, possuindo a idéia de parceria estratégica uma noção de diálogo entre iguais.

Na terceira fase, discrepâncias de interesses tornam-se mais evidentes. Destacam-se, por exemplo, os interesses contrários - apesar de a idéia de parceria estratégica não excluir de maneira geral essa possibilidade - com respeito à Revolução Laranja na Ucrânia, as fortes críticas européias à democracia e ao sistema político russos, a falta de avanço com respeito ao diálogo energético. No entanto é o momento também da criação dos Quatro Espaços Comuns, ou seja, a importância de um relacionamento bilateral consolidado em áreas estratégicas é reconhecida e ressaltada.

Por fim, inaugura-se um momento em que o relacionamento bilateral sofre em virtude de episódios de maior destaque. Existe um suposto relacionamento de dependência mútua e de necessidade de cooperação. No entanto, isso não impede que a Rússia coloque-se fortemente contra a instalação do escudo antimísseis na República Tcheca e na Polônia e que a Rússia invada o território de um Estado com o qual a União Européia busca estabelecer um relacionamento mais profundo, como a Geórgia. Em um momento em que se identifica que a parceria é

desejável, mas inexistente “convergência estratégica”, pelo fato de que o debate sobre um tema estratégico (segurança) mostra sérias discordâncias, e se necessita uma “reaproximação”, configura-se um contexto considerado por muitos como um exemplo de um relacionamento entre atores que são incompatíveis para a cooperação.

Por mais que se tente avançar a cooperação na área de segurança, como inclusive na recente proposta russa de tratado europeu de segurança e de uma Cúpula pan-européia sobre o tema<sup>32</sup> ou mesmo a declaração de Janez Lenarčič<sup>33</sup> de que “we should welcome Russia's participation in the EUFOR Chad operation, and agree on further cooperation within the framework of the European Security and Defence Policy”<sup>34</sup>, é nessa área que se encontram as maiores divergências entre a Rússia e a União Européia. Mesmo o ministro Lavrov no supracitado artigo *Containing Russia: back to the future?*, de 19 de julho de 2007, afirma a necessidade de ambas as partes de se engajar em um debate na área de segurança.

Assim, destaca-se o fato de que ao longo das relações entre a Rússia e a União Européia, alguns episódios, como a recente crise georgiana de 2008, dão legitimidade às visões que sustentam que a linguagem de parceria estratégica não procede ou é mera retórica. Cabe destacar que, remontando à categorização dos atos de fala mencionados no capítulo 1, identifica-se, no que tange à noção de parceria estratégica, que ela passa por um processo em que se inicia demonstrando uma idéia de ato diretivo. Posteriormente, parece se identificar com a categorização de um ato compromissivo. No momento atual, parece que a noção de parceria estratégica enquadra-se no âmbito de um ato assertivo. Relembrando essa categorização, um ato assertivo encontra-se na dimensão do verdadeiro-falso. De fato, parece que se pode questionar até que ponto existe de fato uma parceria estratégica, se ela não se insere no âmbito da retórica ou de um desejo improvável de alguns, dada a força do discurso/linguagem sobre estagnação e incompatibilidade. Sobre isso, pode-se afirmar que se por um lado, no âmbito dos quatro espaços comuns, constata-se avanços no espaço econômico comum e no espaço de pesquisa e educação, incluindo aspectos culturais, nos espaços comuns

<sup>32</sup> Fonte: <<http://en.rian.ru/russia/20080716/114103913.html>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

<sup>33</sup> Secretário esloveno Estado para Assuntos Europeus no momento em que a Eslovênia detinha a presidência da UE.

<sup>34</sup> Discurso realizado ao Parlamento Europeu em 19 de junho de 2008. Fonte: <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_233.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_233.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

de liberdade, segurança e justiça e de segurança externa, encontram-se os maiores obstáculos. Nesse contexto, fica a dúvida sobre até que ponto o relacionamento que se tem hoje constrange a agência de ambos os atores e faz com que estes limitem suas ações de maneira a que estas se adéquem aos interesses de seu parceiro. É o momento, então, de uma discussão mais consistente sobre as regras que pautam o relacionamento entre a Rússia e a UE e como o elemento lingüístico constitui este relacionamento, atuando diretamente no âmbito das possibilidades de configuração futuras de regras a partir de um discurso centrado na noção de parceria estratégica.

## 5

### **Os jogos entre a Rússia e a UE: passado, presente e futuro**

Até o momento atual, o presente trabalho buscou situar-se ontológica, epistemológica e metodologicamente (capítulo 2); discutir a possibilidade de se assumir elementos básicos que engendrariam uma parceria estratégica (capítulo 3); e apresentar a linguagem utilizada pela Rússia e pela União Européia no âmbito de seu relacionamento bilateral, além de apresentar dois breves estudos de caso com o objetivo de auxiliar em um entendimento do processo de desenvolvimento das relações entre esses dois atores (capítulo 4). No capítulo anterior, inicialmente, também se pôde observar como a noção e a enunciação do conceito de parceria estratégica permeiam as relações entre a Rússia e a União Européia, mas que nem sempre, apesar de o conceito enunciado ser o mesmo, isso significa que o relacionamento se dá nas mesmas bases. Com isso, quer-se dizer que fica evidente que desde o início das relações entre Rússia e União Européia até os dias de hoje ambos os atores passaram por distintas fases, distintos contextos nos quais suas possibilidades de agência e o valor que atribuem à parceria estratégica sofreram alterações significativas.

Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é, resgatando o que foi discutido anteriormente, discutir de maneira mais direcionada o objeto de estudo da tese: o elemento performativo do uso da linguagem de parceria estratégica no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia. Dessa maneira, o passo inicial neste capítulo é retomar a discussão das quatro fases de relacionamento entre a Rússia e a União Européia que foram delineadas no capítulo anterior e discutir o peso que a linguagem de “parceria estratégica” tem em cada uma das fases e quais as regras que pautam o relacionamento dos atores em cada um desses momentos. Para esse fim, retorna-se também a discussão dos elementos que compõem uma parceria estratégica discutidos no capítulo 3 e são destacados alguns elementos históricos que muito influenciam o relacionamento entre a Rússia e a União Européia, como a ascensão ao poder de Vladimir Putin na Rússia. Em seguida, e a partir daí, parte-se para um esforço em se compreender como se insere a idéia e o uso do conceito de parceria estratégica. Seria a utilização do conceito mera retórica, ou seja, um uso meramente instrumental sem uma carga de desejo real das partes de intensificação da cooperação e

coordenação em temas considerados estratégicos, ou de fato existem efeitos perlocucionários concretos no âmbito da constituição dos jogos em que se inserem a Rússia e a União Européia. Por fim, cabe então uma discussão do que seria possível, de que outras possibilidades haveria de um relacionamento distinto do atual e que papel a linguagem teria para a conformação de práticas capazes de superar o suposto momento de “estagnação” e “incompatibilidade” identificado no presente cenário. Nesse sentido, discute-se a questão de Kaliningrado, um item da agenda bilateral que tem demonstrado que a parceria estratégica, apesar de difícil, possui possibilidades de avanço.

## 5.1

### **A parceria estratégica e os jogos entre a Rússia e a UE**

Conforme colocado anteriormente, esta seção tem o objetivo de aplicar as abordagens discutidas no capítulo aos distintos jogos realizados pela Rússia e pela UE ao longo do tempo após o fim da União Soviética. Cabe destacar que tal perspectiva advém de um viés wittgensteiniano, posteriormente aplicado na área das relações internacionais por Fierke (2007), e que permite que se tenha um entendimento das relações internacionais como em eterno processo de constituição e reconstituição.

A partir da ontologia apresentada por Fierke, atores políticos internacionais atuam entre si em contextos delimitados no tempo, não havendo regras perenes que condicionem a possibilidade de ação dos mesmos. Dessa maneira, ao longo do processo, e como produto de atos de fala, novas regras podem ser sugeridas e aceitas pelos “jogadores”, o que estabelece contextos em que novas possibilidades de atuação, ou seja, novas formas de ação adquirem legitimidade.

Como se observou no capítulo anterior, o termo “parceria estratégica” foi e é recorrentemente utilizado pelas principais vozes de ambos os lados como aquele que caracteriza e define o que se espera do relacionamento bilateral. No entanto, como se viu ao se analisar seu uso em documentos e discursos ao longo do tempo, o relacionamento entre a Rússia e a União Européia não se manteve constante. Na verdade, o que se percebe de maneira mais ampla são análises que identificam um relacionamento aparentemente em declínio, que nasce envolto em expectativas

positivas e que hoje se encontra em um momento de grande dificuldade, definido como tal tanto por analistas como por tomadores de decisão, como se pôde observar anteriormente, como um momento de estagnação, desconfiança ou de falta de convergência estratégica. Como já se discutiu anteriormente através de exemplos, tampouco se pode realizar uma análise tão dramática das relações UE-Rússia. Se por um lado há temas importantes da agenda bilateral para os quais as posturas adotadas pelas partes podem mostrar desprezo por um relacionamento cooperativo, há áreas de cooperação que comprovadamente avançam. Nesse contexto, o que se tem de um lado é uma linguagem que se baseia na noção de parceria estratégica e, de outro lado, uma linguagem oposta, focada em temas pontuais, através do qual a idéia de parceria estratégica é identificada como retórica, sem qualquer possibilidade de contribuir para um relacionamento genuinamente mais cooperativo entre as partes. Nesse contexto, parece ser válido um olhar mais atento sobre como o processo de chegada ao presente cenário se deu.

A primeira fase do relacionamento, iniciada com Acordo de Parceria e Cooperação revela um momento de otimismo, contudo tampouco se deve ter uma visão idealizada. De fato, não havia um entendimento comum de que se tratava de um relacionamento de amizade entre atores que possuíam grande confiança um no outro. Se por um lado existe toda a linguagem de valores comuns e um otimismo provavelmente genuíno de ambas as partes em estabelecer um relacionamento cooperativo, desde o princípio o conceito referencial é o de parceria estratégica e, nesse contexto, este conceito significa um relacionamento em que se reconhecem áreas de interesse comum, mas a Rússia possui uma capacidade de busca da realização de seus interesses mais limitada, uma vez que sua situação político-econômica limitava a assertividade da busca russa por seus interesses.

Como se colocou no capítulo 3, a noção de parceria estratégica remete à idéia de partilha e a interesses estratégicos (não necessariamente militares, mas todos aqueles fatores que são tomados como fundamentais para o bom desenvolvimento de um dado ator geopolítico), mas seu significado, restrito a este contexto, parece ser o de um relacionamento cooperativo baseado no resguardo a três interesses estratégicos comuns. Primeiramente, o desenvolvimento de uma economia de mercado realmente aberta aos investimentos europeus e capaz de impulsionar uma recuperação econômica russa – com a possibilidade de

estabelecimento de uma área de livre-comércio, como afirma o Acordo de Parceria e Cooperação; em segundo lugar, visa permitir que a Rússia torne-se um Estado que alcance estabilidade política e uma administração doméstica que possibilite aos cidadãos russos uma qualidade de vida superior àquela que os tempos de União Soviética possibilitavam, uma sociedade democrática baseada na noção de Estado de Direito; em terceiro lugar, há o interesse em gerar segurança, um interesse de ambos os lados – e que também pode ter seu logro auxiliado através da geração de estabilidade política e econômica – de minimizar conflitos, considerando-se que neste momento a Rússia não deve se envolver em nenhum conflito militar com outros Estados por incapacidades econômicas de levar adiante qualquer iniciativa nesse sentido e que a União Européia (qualquer de seus Estados-membros) não tem interesse em entrar em conflito com um ator dotado de tamanha capacidade militar como a Rússia.

Nesse sentido, o que se pode concluir, é que a parceria estratégica em seu primeiro momento significa um relacionamento em que os elementos “intensificação comercial” e “promoção de estabilidade” são os interesses fundamentais. Nesse contexto, a existência de valores comuns parece ser um elemento secundário, relevante por legitimar a linguagem que propõe uma relação de parceria estratégica e por servir como fundamento das modificações político-econômicas as quais eram inicialmente buscadas pelo governo russo (no qual imperava uma ideologia liberal-democrática, baseado em um desejo de mostrar que a Rússia é um integrante da Europa civilizada) e que eram e ainda são desejadas pela União Européia (como um modo não só de levar à Rússia valores europeus, mas também criar uma relação mais cooperativa e pacífica com este importante vizinho). No que diz respeito a qualquer discussão sobre incompatibilidade soberana, não parece haver qualquer preocupação decorrente do fato de que uma União Européia dotada de caráter supranacional em algumas matérias, coloque-se como um ator que terá dificuldades em se relacionar com a Rússia. Neste momento, a cooperação na área comercial é um incentivo a um relacionamento de maior proximidade, e se principalmente a União Européia ainda é receosa do que a Rússia é capaz de fazer, é um ambiente relativamente positivo no que tange à confiança entre as partes.

Em uma Europa integrada por 12 membros (aos quais em 1995 se juntam Áustria, Finlândia e Suécia – que durante a Guerra Fria possuíam uma postura de

neutralidade) existe otimismo e um ambiente propício ao alavancamento de um relacionamento capaz de gerar frutos positivos. Contudo, cabe resgatar o fato de que a parceria, neste momento, não significa um relacionamento entre iguais. Como se destacou no capítulo 3, a linguagem utilizada destaca o fato de que a UE auxiliaria a Rússia a incorporar um sistema político e econômico ocidental. A parceria estratégica é proposta como um relacionamento que levaria a Rússia a ser algo mais parecido ao que a Europa Ocidental gostaria que ela fosse. De certa maneira, sutilmente existe uma idéia de hierarquia, em que a UE se encontra em um status superior e essa idéia de parceria é inicialmente aceita por ambos os lados, ainda que momentaneamente, uma vez que segundo as regras do jogo bilateral os recursos de poder e prestígio ainda são capazes de legitimar parcialmente as possibilidades de ação de cada uma das partes.

Nesse contexto, as regras de tal relacionamento são evidentes. De um lado, existe uma União Européia respeitada pela Rússia e que atua como um apoio às reformas de caráter político e econômico neste país. Nesse sentido que, desde 1991, inicia-se o apoio financeiro da UE à Rússia através do Programa TACIS (Programa de Assistência Técnica à Comunidade dos Estados Independentes).<sup>1</sup> De outro lado, existe uma Rússia em transição que luta para resolver seus problemas internos enquanto, de maneira precária, vê seu status de grande potência ter sua credibilidade minada no âmbito da antiga esfera soviética de poder (principalmente na Europa do Leste) e no âmbito de temas nos quais as potências ocidentais possuem interesses concretos. É nesse contexto que a Rússia vê sua falta de prestígio no que diz respeito aos conflitos balcânicos, que sofre uma série de críticas no que concerne à sua abordagem com relação à questão chechena (nas duas guerras, de 94-96 e 1999-2004)<sup>2</sup>, e que, apesar de algum diálogo com a

<sup>1</sup> Segundo o site do Diretório Geral de Relações Exteriores da UE <[http://ec.europa.eu/external\\_relations/russia/financial\\_cooperation\\_en.htm](http://ec.europa.eu/external_relations/russia/financial_cooperation_en.htm)>, acessado em 14 de janeiro de 2009, a Comissão Européia já proveu até hoje 2,7 bilhões de euros em assistência financeira a UE. O TACIS expirou em 2006, sendo, desde janeiro de 2007, substituído pelo *European Neighbourhood and Partnership Instrument* (ENPI) (Fonte: <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_259.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_259.htm)>). Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

<sup>2</sup> De maneira ilustrativa, pode-se citar a crítica realizada pelo Presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, na Cúpula UE-Rússia de 29 de maio de 2000: “[o]ur partnership is, in my view, sufficiently solid to weather very real, even acute, disagreements. This leads me to share with you a few thoughts on what is termed the "Chechnya irritant " in our relations. As you know, we have never challenged Russia's right or even duty to fight terrorism and uphold its territorial integrity. But ever since the earliest days of the military operation last autumn, we have consistently raised our strong concerns over what is, in our view, the disproportionate use of force, the immense suffering of civilians and the daunting human and humanitarian problems which have resulted

OTAN, vê a aliança militar que antes servia como contenção à União Soviética expandir-se para sua antiga área de influência em 1999, com a incorporação de República Tcheca, Hungria e Polônia (e posterior alargamento em 2004 dos países bálticos que antes pertenciam à União Soviética e outros Estados da Europa do Leste).

É um momento em que o jogo com a UE é pautado por regras que impõem à Rússia uma posição comedida, que se expressa em uma política externa controlada de não tentar entrar em desavenças mais sérias com a UE. Um exemplo marcante nesse sentido é o ataque da OTAN à Sérvia, em 1999, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU e em oposição aos interesses da Rússia. Isso não significa que a UE passa a ter capacidade de ingerência sobre os negócios russos, como a questão chechena mostraria. De fato, a noção de parceria estratégica propalada não desafia a noção de soberania e de que a Rússia possui interesses próprios, tendo toda a possibilidade de buscar alcançar seus interesses estratégicos, contudo é um momento em que a Rússia não deve buscar desafiar seus vizinhos/“parceiros” do oeste, mas sim de se integrar à civilização liberal a qual fazem parte.

No entanto, essas regras sofrem, como já colocado no capítulo anterior, uma mudança importante. Nesse contexto, cabe destacar que Fierke (2007) afirma que uma mudança das regras que constituem e regulam um jogo específico requer que uma das partes, demonstrando seu desejo de mudança, passe a agir como se uma nova lógica de jogo fosse possível. Tal mudança explica Fierke (2007), como no exemplo da Guerra Fria mencionado no capítulo 1, é realizada através da introdução paulatina de uma nova linguagem à audiência a qual vai sendo adaptada aos desejos dos líderes, que então a consolidam em práticas concretas.

Isto parece ser o que acontece no âmbito da política externa russa no que diz respeito a suas relações com a UE. No entanto, é uma mudança de linguagem insinuando um conjunto de regras bastante direto e que vai ser intensamente incorporado ao vocabulário do governo russo, principalmente do governo do presidente Vladimir Putin.

---

from this operation. We would have betrayed our most important shared values if we had not reacted then.” Fonte: <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_233.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_233.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

Putin é o sucessor do governo de Yeltsin, um presidente que teve sua relevância histórica em virtude de seu papel fundamental para a dissolução da União Soviética e surgimento de uma Rússia independente e desejosa de implementação de um Estado democrático e capitalista. Contudo, durante as duas administrações de Yeltsin uma enorme queda de qualidade de vida subjugou a população russa e abalou fortemente a imagem da “Grande Rússia”. Yeltsin teve grande parcela de culpa pelo fato de não ter se conseguido de fato a consolidação concreta, em moldes ocidentais, de um Estado democrático e de uma economia de mercado na Rússia

Após a crise de 1998, em um cenário político bastante desfavorável, a decaída do poder político de Yeltsin vai tornando-se cada vez mais evidente – inclusive havendo o temor de um colapso governamental ou a tomada de poder por um golpe –, o que culmina na transferência de parte do poder presidencial ao primeiro-ministro, surgindo um sistema de duplo poder no executivo, pelo qual o primeiro-ministro passa a ser o responsável pela condução político-econômica do país enquanto o presidente passa a ser um garantidor da administração governamental (Shevtsova, 2004, p. 134-135). Tal medida, que possuiu caráter temporário e garantiu a estabilidade econômica e política do país, impedindo a possibilidade de um retorno ao comunismo (Shevtsova, 2004, p. 137), não tinha capacidade de garantir a continuidade de Boris Yeltsin no poder que, em 31 de dezembro de 1999, renuncia voluntariamente a seu cargo, deixando como seu sucessor Vladimir Putin, primeiro-ministro que, posteriormente, ainda no ano de 2000, seria legitimado no poder do país através de eleições.

Cabe destacar que no momento de sua ascensão ao poder, Putin depara-se com uma Rússia ainda fraca desde um ponto-de-vista econômico e necessitada de reformas. A fim de uma contextualização da ascensão de Putin e de seus primeiros passos, pode-se colocar que

“(...) o novo presidente assumiu a tarefa de combinar dois tipos de desenvolvimento – mobilização na política e inovação na economia. Essa tarefa sinalizava o afastamento da flexibilidade e da tolerância demonstradas pelo governo de Yeltsin com um deslocamento no sentido de uma forma mais rígida de liderança. Parece que Putin procurou no princípio equilibrar essa tarefa postergando a reforma estrutural da economia, até que pudesse controlar todas as alavancas de poder. Começou sua presidência dismantelando os princípios básicos do regime político de Yeltsin, embora preservando a fórmula da “monarquia eletiva”. Em lugar do princípio de convivência recíproca seguido por Yeltsin, Putin começou a introduzir os princípios da disciplina e da subordinação.

Em lugar do sistema de pesos e contrapesos adotado por Yeltsin, com seus vínculos horizontais, Putin começou a desenvolver um sistema de “correia de transmissão”, baseado na subordinação vertical”. (Shevtsova, 2004, p. 149)

A importância de destacar esse contexto russo reside no fato de que no fim da década de 90 e início dos anos 2000 a Rússia ainda não se encontra em uma situação econômica confortável. Na verdade, a recuperação econômica está somente se iniciando. Cabe destacar que somente no ano 2000 começa a subida do preço do petróleo, quando o preço do barril atinge a casa dos 20 dólares (em 2005 ocorre a grande elevação, quando o preço do barril sobe a um patamar de 50 dólares e a partir daí se inicia um crescimento vertiginoso do valor da *commodity*)<sup>3</sup>, o que significa que a nova fase das relações entre a Rússia e a União Européia, um novo jogo que se destaca pelo fato de que se trata de um relacionamento entre iguais, é reflexo de uma linguagem de parceria estratégica em bases de igualdade, da proposição de um relacionamento distinto. Certamente, todas as reformas que Putin vai realizar domesticamente ao longo da década de 2000, associadas a um retorno econômico mais positivo em razão do crescimento do preço internacional do petróleo, vão contribuir para legitimar uma postura internacional mais assertiva da Rússia. No entanto, o que se percebe observando o processo, é que essa nova fase é inaugurada por uma mudança de vocabulário (legitimada pela recuperação russa encabeçada pelo projeto político da Presidência Russa), mais especificamente o surgimento de uma linguagem que questiona um status superior da UE no âmbito do relacionamento bilateral. E a grande propagadora dessa linguagem sugestiva de uma mudança de regras é a administração governamental de Vladimir Putin.

No entanto, como se observou no capítulo anterior, já em 1999 o alto-representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE estabelece as diretrizes da parceria estratégica da União Européia com a Rússia. Apesar de os objetivos estratégicos partilhados por ambos os lados serem apresentados como os mesmos os que eram focalizados anteriormente – Solana destaca os elementos comercial, de geração de estabilidade através do avanço das reformas políticas e econômicas, e o de segurança –, faz-se um movimento de introdução de uma nova linguagem, a qual advoga pela igualdade entre as partes. É nesse contexto, que em seu discurso em Estocolmo, em outubro de 2008, Solana faz uma autocrítica às

---

<sup>3</sup> Fonte: Energy Information Administration (<http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/hist/wtotworldw.htm>). Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

regras anteriores que legitimavam um relacionamento no qual a UE sabe melhor o que a Rússia necessita, coloca que em âmbito comercial a Rússia e a UE precisam uma da outra e afirma que a segurança entre ambas é indivisível.

O que foi exposto acima é um ato de fala que inicia um movimento com respeito a um novo conjunto de regras. Um ato o qual vai também ser incorporado veementemente na linguagem do governo russo. É nesse contexto que se observa o fato de que enquanto a Estratégia Comum da União Europeia para a Rússia de 1999 mantém um vocabulário muito semelhante àquele encontrado no texto do Acordo de Parceria e Cooperação, nos Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado por Putin em junho de 2000, e Estratégia de Médio Prazo da Rússia para a UE (2000-2010) é enunciada uma linguagem de, como colocado no capítulo anterior, tentativa de esclarecimento que a Rússia também pode contribuir muito com o desenvolvimento europeu e que uma parceria estratégica é baseada em uma noção de equidade, como a iniciativa do diálogo sobre energia, por exemplo, presume.

Cabe ressaltar que Putin assume o governo em um contexto de fim da década de 90, em que o que se vê é uma grande desconsideração do ocidente no que diz respeito ao status russo no âmbito internacional, o que se expressa no supracitado alargamento da OTAN. Apesar de a Rússia ainda não se encontrar em um momento de total recuperação, a linguagem assumida é pragmática e assertiva, demonstrando que os anos passados de aceitação das práticas ocidentais eram realmente parte do passado. Neste contexto, o jogo é realizado entre duas partes que se respeitam, que buscam um relacionamento harmonioso e estável. A diferença é que é um jogo em que a Rússia começa a adquirir mais legitimidade para questionar os atos europeus vistos como contrários a seu status de parceiro e para seguir rumos distintos daqueles enunciados no Acordo de Parceria e Cooperação.

De fato, a linguagem do governo russo é uma linguagem de mudança, uma mudança em vistas a uma recuperação do Estado russo, a qual demanda um câmbio de posturas tanto em política externa quanto em política doméstica. No âmbito da política doméstica, é o momento das grandes mudanças, um momento em que os objetivos estratégicos da UE para a Rússia de construção de uma democracia e de uma economia de mercado em moldes ocidentais passam a ser desafiados pelo governo russo.

Nesse contexto, Shevtsova afirma que a filosofia de Putin – e que, tudo indica, tem sua continuidade garantida no governo de Dimitri Medvedev – pode ser definida como “autoritarismo de mercado”, baseado em uma concepção de “autoridade vertical” da presidência (2004, p. 165). Essa concepção, que também pode ser encontrada sobre o nome de “vertical de poder”, é definida por Rumer como

“Putin’s notion of a top-down system by which a strong central government is able to swiftly and firmly transmit policy and instructions from the Kremlin throughout the various layers of federal, regional and local government, and ensure the prompt enforcement of its decisions”. (2007, p. 48)

Quando assume a presidência russa em 2000, Putin depara-se com uma administração descentralizada e confusa, de maneira que já nesse ano inicia a reforma da federação, buscando maior transparência nas relações do centro com as regiões (Chebankova, 2007). Contudo, a “vertical de poder”, não denota uma simples reforma de maneira a aumento da transparência administrativa. Putin inicia a construção de um sistema político baseado em uma noção de forte centralização:

“(…) foi cassada a participação dos chefes dos Executivos provinciais no Conselho da Federação, e abolida sua imunidade parlamentar, que impedia que fossem processados; afirmou-se um maior controle central sobre os governos locais funcionando dentro das repúblicas e das regiões do país; e o presidente recebeu poderes para demitir os Chefes dos Executivos das províncias caso a legislação no seu território não fosse ajustada à legislação federal ou se eles fossem suspeitos de algum crime. Além disso, com um simples decreto presidencial, Putin reorganizou fundamentalmente a estrutura administrativa do país, inserindo sete superdistritos federais para intermediar as relações entre Moscou e as 89 unidades da federação”. (Huskey, 2004, p. 201)

Assim, o governo Putin vai implementando reformas que desde um ponto-de-vista ocidental passam a ser questionadas por não avançar um sistema político plenamente democrático, mas que, ao atuar como base de recuperação do Estado russo, vão legitimando a proposição desse novo jogo em que a Rússia adquire uma posição equilibrada com relação à União Européia no jogo bilateral. Assim, desde uma perspectiva de parceiros que reconhecem a autonomia da outra parte em governar sobre sua área de jurisdição soberana, de parceiros em igualdade hierárquica entre si, por mais que haja queixas, não há muito, nesse jogo, que a União Européia possa fazer de maneira a se contrapor às práticas indesejadas, a não ser queixar-se sobre questões como liberdade de imprensa e direitos humanos. Surge, então, a impressão de que, a partir da ascensão de Putin ao poder na Rússia

e da transição dessa segunda fase para uma terceira ainda mais assertiva por parte do parceiro russo, vai se tornando cada vez mais evidente a noção de que o jogo bilateral vai inaugurando uma nova fase.

A transição da segunda para a terceira fase ocorre justamente no final no primeiro mandato e início do segundo mandato de Putin. Na segunda fase, se por um lado a União Européia passa a demonstrar um respeito maior com relação à Rússia e a aceitar uma linguagem pautada na equidade, ainda é um momento em que, sem muita possibilidade de questionamento por parte da Rússia, pode realizar seu alargamento de maio de 2004 que incorpora como Estados-membros uma série de antigos Estados que faziam parte da órbita soviética de poder, além dos países bálticos (antigos integrantes da União Soviética). É um momento em que alguns desses Estados também passam, em 2003, a ser membros da OTAN. Além disso, em 2003 ocorre também a Revolução das Rosas na Geórgia e, em 2004, há a Revolução Laranja na Ucrânia, dois acontecimentos que vão de encontro aos interesses russos, mas que são apoiados pela União Européia.

Nesse contexto, mesmo com a Declaração Conjunta de 2003, com a adoção em 2005 de *roadmaps* para a implementação dos Quatro Espaços Comuns e das declarações de ambos os lados sobre a importância e potencial da parceria estratégica, deve-se levar em consideração que a linguagem proposta pela Rússia destaca de maneira cada vez mais significativa seus interesses expressados nos princípios gerais do Conceito de Política Externa da Federação Russa. Ao enfatizar as noções de “preservar e fortalecer sua soberania” e “alcançar posições firmes e prestigiosas na comunidade mundial”, a Rússia não quer propor que a parceria estratégica nada importa e que qualquer declaração ou iniciativa que exalte a parceria estratégica é mera retórica. O que se tem é um ator que visa modificar as regras que pautam o jogo bilateral e que então vai introduzindo uma linguagem que visa expressar o jogo que ela deseja possuir com o parceiro, um jogo no qual em temas de segurança, por exemplo, não haja uma clivagem entre os parceiros, como o alargamento da OTAN pode ser entendido pelo governo russo.

Cabe destacar, que quando a Rússia afirma a importância do relacionamento bilateral com a UE, de alguma forma um entendimento possível é que por mais que a Rússia esteja tentando se reestruturar e readquirir um status de grande potência, isso não exclui um relacionamento em bons termos com a União

Européia, um parceiro que continua compartilhando com ela interesses comuns. A Rússia conseguiu alcançar o objetivo da recuperação econômica, o que, para desagrado da União Européia, conseguiu realizar sem se subjugar ao modelo proposto pelo ocidente. O que se tem, então, é uma série de enunciações que parecem propor um jogo em que a parceria é relevante e desejosa, mais em termos favoráveis aos objetivos russos de longo prazo. Esta é a nova forma de parceria estratégica que a Rússia propõe.

No entanto, esta proposta de parceria ainda possui problemas de legitimidade perante uma audiência européia. Falta um consenso sobre as regras que tal relacionamento de parceria estratégica pode gerar. De fato, temas pontuais como a questão energética, principalmente a questão do gás, mostram-se como exemplos de que pouco a pouco a linguagem de parceria estratégica vem perdendo legitimidade em detrimento de uma linguagem de incompatibilidade, que se reflete em práticas que evidenciam uma falta de convergência estratégica e alimentam uma noção de descrença na retomada de um relacionamento que atenda aos objetivos comuns e estratégicos de ambas as partes. Considerando o interesse de ambas as partes de manter a estabilidade na Europa, em não se entrar em conflito um com o outro, o atual momento de tensão não condiz com as regras do jogo informadas pela linguagem de parceria estratégica.

Nesse contexto, na fase atual, a fase em que se de um lado esforços são possíveis para se iniciar as negociações de um novo Acordo de Parceria e Cooperação – o que mostra que os interesses estratégicos existem, que a parceria estratégica é interessante às partes se realizada em novas bases e que a suposta incompatibilidade não é tão inviabilizadora como se afirma – discute-se a necessidade de uma reaproximação, o que remete a uma idéia de que as regras do jogo, uma vez acordadas, abertamente não vêm sendo seguidas. É nesse contexto de oposição entre uma linguagem que busca um relacionamento estável e uma linguagem que não vislumbra a possibilidade de um relacionamento cooperativo que divergências como a questão da independência kosovar, o tema da instalação do escudo antimísseis na Europa Oriental e o conflito de 2008 na Geórgia, com o subsequente reconhecimento russo das soberanias de Ossétia do Sul e Abcásia, são vistas como evidências da procedência do segundo discurso/linguagem e que as relações entre a Rússia e a UE podem ser vistas como um relacionamento em declínio.

O grande problema surge quando a linguagem de otimismo com relação à efetivação de um relacionamento de parceria estratégica é sufocado por uma linguagem que identifica clivagens e que se apóia em práticas sociais pontuais mas concretas. De fato, o que se tem nessa fase é a proposição de uma linguagem que afirma que a Rússia e a União Européia são atores incompatíveis e incapazes de superar no momento atual o fato de que buscam objetivos diferentes e opostos entre si. Em um momento de divergências em temas que fazem parte dos interesses estratégicos os quais o relacionamento bilateral busca alcançar (como o diálogo energético e na área de segurança), ao conceito de parceria estratégica é proposto um significado de remédio para as dificuldades que não conseguem ser superadas através do diálogo. Ele adquire uma conotação de reaproximação e de fato é muitas vezes entendido como mera retórica. Nesse momento, reconhecer que a parceria estratégica foi um ato de fala que realmente constituiu um relacionamento mais cooperativo parece não ter muita lógica. De fato, o que se tem é o surgimento de um contexto bilateral em que os choques de posicionamento e de atos concretos parece ser o esperado a partir do momento em que se tem a crença legítima de que a Rússia e a União Européia são parceiros incompatíveis.

O objetivo da discussão acima foi tentar discorrer de maneira mais profunda sobre o processo sobre o qual se desenrola o relacionamento entre a Rússia e a União Européia e como tal processo pode ser entendido a partir das ontologia, epistemologia e metodologia discutidas no capítulo 2. Contudo, a leitura acima permite um questionamento sobre o caráter constitutivo da linguagem e é por isso que se deve realizar uma breve discussão sobre até que ponto a linguagem de parceria estratégica é de fato um ato de fala constitutivo do relacionamento bilateral entre a Rússia e a União Européia e não simplesmente mera retórica.

## 5.2

### **A parceria estratégica como um ato de fala constitutivo**

O modo como as relações entre a Rússia e a União Européia são entendidas na leitura acima são fruto de uma leitura muito específica das relações sociais. De fato, ela só pode ser realizada como tal a partir das concepções

ontológica e epistemológica assumidas e explicitadas no capítulo 2 do presente trabalho. É uma leitura que se desenvolve de maneira específica e que vai permitir um entendimento muito particular sobre as perspectivas futuras do relacionamento que se discute. Uma leitura realista tradicional, contudo, geraria uma perspectiva diametralmente oposta.

Quando se coloca, que uma leitura realista seria extremamente distinta, primeiramente deve-se destacar que se reconhece a diversidade de vieses realistas existentes. Existe uma ampla discussão teórica por trás do termo “realista” nas relações internacionais. Contudo, para os efeitos da presente discussão, o que se toma por realismo é uma leitura pautada na crença de que atores políticos internacionais buscam sua preservação e/ou imposição sobre os demais atores que compõem o sistema internacional, que nesse contexto estão preocupados em obter mais recursos e com esses recursos colocarem-se em uma posição de superioridade em relação aos demais, e que existe como uma regra que permeia o sistema um estado de conflito e competição inerente entre os integrantes do sistema.

Nesse sentido, poder-se-ia entender a década de 90 como um momento em que uma Rússia enfraquecida instrumentaliza a noção de parceria estratégica enquanto busca restabelecer-se. Ao mesmo tempo, a União Européia oferece uma parceria estratégica como meio de conter um vizinho ameaçador e militarmente superior. Também a partir dessa leitura, conforme na década dos 2000 a Rússia vem recuperando seus recursos de poder, busca recuperar seu status privilegiado no sistema e sistematicamente age contra os interesses europeus enquanto mantém uma linguagem de parceria estratégica como mera retórica. Por sua vez, a UE continua pressionando a Rússia em temas sobre os quais esta não poderia ceder – por serem interesses estratégicos russos – e continua instrumentalizando a idéia de parceria estratégica como uma forma de manter aberto um suposto canal de comunicação com um vizinho que cada vez mais vem sendo percebido como uma ameaça. Neste quadro, as perspectivas de choque de posições são algo inevitável e a noção de estagnação identificada pelos analistas no âmbito das relações entre a Rússia e a União Européia é a constatação de uma tendência natural do grande jogo das relações internacionais.

O objetivo de se apresentar essa leitura realista grosseira é naturalmente mostrar que a abordagem que se apresenta é sensivelmente diferente.

Evidentemente, tal leitura parte de uma ontologia totalmente distinta daquele que fundamenta o presente trabalho, baseando-se em noções de interesses fixos e de uma realidade imutável conformada por atores egoístas. A leitura que vem se tentando apresentar, no entanto, não é uma que desconsidera a importância de elementos materiais e a existência de interesses egoístas. O seu diferencial é crer que a realidade é constituída por atos de fala, que a linguagem possui um caráter performativo e que é através de atos de fala que as regras do jogo (que se resume a um contexto relacional entre atores políticos específicos) vão se consolidando, sendo desafiadas e se alterando.

Essa diferença ontológica é em si um fator fundamental, pois condiciona a maneira como se pode conceber perspectivas para o futuro. A partir de um viés realista, a Rússia e a União Européia devem, a partir de um fortalecimento do Estado russo, entrar cada vez mais em choque e a fala em torno da parceria estratégica realmente é mera retórica. Por sua vez, a partir da ontologia que se assume neste trabalho, existe a possibilidade de, por meio da linguagem, dotada de sua natureza performativa, construir-se a noção de viabilidade de um relacionamento mais cooperativo. O exemplo da Guerra Fria é uma boa maneira de se justificar porque essa segunda ontologia é a escolhida para se abordar o objeto desta dissertação.

Quando a Rússia e a União Européia afirmam que a parceria estratégica entre si é uma prioridade, uma necessidade, um objetivo, observam-se as práticas de política externa de ambos os lados e imediatamente se assume que se trata de retórica, ou, utilizando uma expressão em inglês, está-se *“paying lip service”*. Deve-se recordar que um relacionamento de parceria estratégica não significa um relacionamento de aceitação automática e incontestes dos desejos do outro. Como já se afirmou diversas vezes, uma parceria estratégica, em uma acepção básica, é uma iniciativa de aproximação e atuação conjunta para a concretização de determinados objetivos decorrentes de interesses estratégicos comuns. E de fato a enunciação de conceito de parceria estratégica nunca deixou de possuir uma carga ilocucionária, pois sua utilização sempre teve como objetivo propor o que se espera do relacionamento bilateral no âmbito das relações UE-Rússia, um relacionamento de promoção, através do diálogo, de cooperação em áreas estratégicas, as quais são evidenciadas nos quatro espaços comuns.

O ato de fala por trás da enunciação do relacionamento de Parceria estratégica, seu caráter constitutivo, esteve em voga desde o Acordo de parceria e Cooperação. O fato é que sua enunciação como ato de fala reflete intenções distintas daqueles que o enunciam. Quando enunciado na década de 90, o questionamento de sua suposta natureza retórica ganha projeção muito menor do que se vê hoje. O que acontece é que, em um contexto em que a Rússia consegue pouco a pouco reerguer-se, casos de divergência são cada vez mais interpretados como ameaças, como sinais de que não se deve confiar nesse parceiro. Deve-se levar em conta que, como aponta Guzzini (1998, p. 235), o Realismo é um importante *mind-set* para a visão que se tem das relações internacionais. Assim, o discurso/linguagem de incompatibilidade ganha cada vez maior legitimidade e começa a minar o efeito perlocucionário da idéia de parceria estratégica.

O que se observa é que tanto em âmbito russo como em âmbito europeu, a idéia de parceria estratégica passa a ter seu caráter contestado pelo surgimento de um vocabulário que remete a uma noção de incompatibilidade de projetos e interesses o qual cada vez mais vai se configurando como um ato aceito pela audiência, principalmente quando tal audiência vai constatando seu efeitos nas práticas concretas realizadas por ambos os lados. O grande problema parece residir no fato de que a parceria estratégica, apesar de existir e demonstrar efeitos concretos, como a cooperação comercial, passa a ser entendida como uma maneira insuficiente de se compreender o relacionamento bilateral em momentos de choques de posição. Assim, surge o contexto perfeito para leituras com justificativas infundadas para as tensões entre as partes, como a suposta existência de uma incompatibilidade soberana.

No entanto, ressalta-se que a enunciação do conceito de parceria estratégica em todos os momentos informa o relacionamento bilateral entre as partes. Seja como um ato de fala único na primeira fase mencionada, seja como um ato que passa a ser desafiado por uma linguagem de auto-interesse, discordância e incompatibilidades nas fases 2 e 3, seja como um ato de reaproximação na fase 4, a linguagem de parceria estratégica em todos os momentos permeia e se coloca como um ato em constante proposição e julgamento pela audiência que constitui o jogo de linguagem e as regras de relacionamento entre a Rússia e a União Européia.

A proposição do emprego do conceito de parceria estratégica permite compreender como hoje a Rússia e a União Européia, apesar de choques eventuais, reconhecem que seus destinos dependem da cooperação bilateral. Ele permite compreender a necessidade, compreendida por ambas as partes, do diálogo energético, da cooperação comercial e da necessidade de avanços em questões de segurança. Como foi proposta na linguagem observada no capítulo anterior, a parceria estratégica construiu um relacionamento baseado no diálogo e em torno de interesses estratégicos comuns que estimula um relacionamento de aproximação, mas que garante a independência de cada parte de assumir posturas assertivas de defesa de seus interesses desde que isso não afete os interesses estratégicos do parceiro. Quando a Rússia invade a Geórgia e corta o fornecimento de gás da Europa por problemas com a Ucrânia, isso gera receio e pode ser entendido como um rompimento das regras do jogo constituído pelo conceito de parceria estratégica. Contudo, quando a Rússia e a União Européia dispõe-se a realizar Cúpulas periódicas e a dialogar, que soluções para questões que realmente em algum momento pensou-se que persistiriam, como a questão da taxa dos vãos que sobrevoam a Sibéria, as diretrizes para a entrada da Rússia na OMC, a questão do embargo à carne polonesa, a decisão sobre a necessidade de um novo documento que regule as bases do relacionamento bilateral, sofrem avanços, percebe-se que a cooperação existe, que nem tudo são intransigências, que evidências de uma parceria estratégica que paulatinamente se desenvolve existem. Nesse sentido, o que se coloca a seguir é uma breve discussão sobre a questão de Kaliningrado. Um importante tema da agenda Rússia-União Européia no início da década, este caso parece ser um bom exemplo de que a cooperação em temas estratégicos existe, de que a linguagem de parceria estratégica não é *lip service*, possuindo um caráter constitutivo no relacionamento bilateral.

### 5.3

#### **A cooperação sobre a questão de trânsito com Kaliningrado**

O *oblast* de Kaliningrado é um ente da Federação Russa que possui uma situação muito particular, uma vez que é um exclave territorial, separado do restante do território russo pelos territórios lituano e polonês. Originalmente o território pertencia à Prússia oriental, no entanto durante a Segunda Guerra Mundial e a partir da Conferência de Potsdam de 1945 passou a fazer parte da

Rússia, assumindo, em 1946, o nome de Kaliningrado<sup>4</sup>. Apesar de uma região diminuta (ainda que industrializada), tal território veio a tornar-se um importante tema da agenda entre a Rússia e União Européia.

A Estratégia Comum da União Européia para a Rússia de 1999, não coloca o exclave russo como um tema central, limitando-se a afirmar na parte II (Áreas de Ação), item 4 (*common challenges on the European continent*), sub-item “g” (*cooperation and regional and transborder infrastructure*), que se deveria aumentar “[the] cross-border cooperation with neighbouring Russian regions (including Kaliningrad), especially in view of the EU’s enlargement and including in the framework of the Northern Dimension”<sup>5</sup>. Tal transformação de Kaliningrado em um tema sensível da agenda bilateral surge do temor russo de que o alargamento previsto da UE para a Europa Oriental geraria problemas principalmente para o trânsito de cidadãos russos entre Kaliningrado e o restante do território russo.

É nesse contexto que as preocupações russas quanto ao tema são evidenciadas na Estratégia de Médio Prazo da Rússia para a UE (2000-2010) em dois momentos:

“(…) In contact with the EU to pay special attention to securing protection, including under the international Law, of the interests of the Kaliningrad region as an entity of the Russian Federation and of the territorial integrity of Russia”. (seção 5 – *Securing the Russian interests in an expanded European Union* –, artigo 5.2)

“Given a special geographical and economic situation of the Kaliningrad region, to create the necessary external conditions for its functioning and development as an integral part of the Russian Federation and an active participant in the transboundary and interregional co-operation. To determine the prospects of the optimal economic, energy, transportation specialization of the region in order to ensure its efficient functioning in the new environment. To establish the sound transportation links with the Russian mainland. To pursue a line to the conclusion, if appropriate, of a special agreement with the EU safeguarding the interests of the Kaliningrad region as an entity of the Russian Federation in the process of the EU expansion as well as to its transformation into a Russia’s pilot region within the framework of the Euro-Russian cooperation in the 21<sup>st</sup> century.” (seção 8 – *Transboundary co-operation* –, artigo 8.3)

<sup>4</sup> Retirado do sítio oficial da cidade de Kaliningrado: <<http://www.klgd.ru/en/city/history/>> . Acesso em: 30 de janeiro de 2009.

<sup>5</sup> A *Northern Dimension* é uma abordagem regional dos Quatro Espaços Comuns existentes entre Rússia e União Européia que busca promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população do Norte da Europa, focando, dessa maneira em regiões russas mas também incluindo a Noruega, Islândia e regiões de Estados-membros da UE (Dados retirados da seção sobre o programa no site do DG de Relações Exteriores da Comissão Européia <[http://ec.europa.eu/external\\_relations/north\\_dim/](http://ec.europa.eu/external_relations/north_dim/)> . Acesso em: 16 de janeiro de 2009).

A citação acima destaca como ao tema de Kaliningrado viria a ser atribuída uma grande importância no âmbito da agenda bilateral. Contudo, após o lançamento desse documento por aproximadamente um ano o tema não seria abordado efetivamente (Baxendale, 2001, p. 438). Ao longo desse período, surge como exceção a Iniciativa Nida, assinada em fevereiro de 2000 pela Rússia e pela Lituânia, pela qual se acordou uma lista de projetos (nas áreas de transporte, gasodutos, utilização de recursos hídricos e trânsito pelas fronteiras) envolvendo Kaliningrado e a Lituânia que deveriam ser incluídos no Plano de Ação da *Northern Dimension* (Baxendale, 2001, p. 439).

Segundo Baxendale, as discussões sobre Kaliningrado somente ganham ímpeto a partir da Cúpula Rússia-União Européia realizada em Moscou em 29 de maio (2001, p. 439). Além disso, em setembro deste ano, o primeiro-ministro adjunto da Rússia, Viktor Kristenko, entrega à Comissão Européia carta intitulada *EU enlargement and Kaliningrad: Russian concerns* (2001, p. 439). Nessa carta, o governo russo faz uma série de solicitações à Comissão Européia envolvendo Kaliningrado:

- “a) Access and transportation. The need to facilitate the access and transportation of goods and people – including military shipments – between Kaliningrad and the Russian mainland; in addition, the free transit of gas, oil, electricity and telecommunications via pipelines and cables located on the territories of future neighbouring EU Member States.
- b) Visas. A visa-free regime between Kaliningrad and Lithuania, Poland and Latvia; and visa-free transit between Kaliningrad and the Russian mainland.
- c) Fishing. The non-discriminatory treatment of the Kaliningrad fishing fleet, including allowing it to use EU ports.
- d) Sanctity of contracts. All contracts between Kaliningrad companies and EU candidate countries, which might be affected by the *acquis communautaire*, to be considered valid.
- e) Cross-border cooperation. EU cross-border cooperation with Kaliningrad to be maintained at the same level as the EU maintains with other states along its external border.
- f) Financial and other support. The extension of EU development and social programmes, EU programmes for business and entrepreneurship, and European Investment Bank (EIB) funding, to Kaliningrad.
- g) Non-EU setting. The ability for neighbouring EU Member States to enter into commercial arrangements with Kaliningrad ‘beyond the centralized competence of the EU’.
- h) EU-Russia dialogue. A binding agreement to be drawn up which would formalize the special status of Kaliningrad in EU-Russia relations.” (Baxendale, 2001, p. 439-440)

Dentre essa série de temas que envolvem a questão de Kaliningrado, foca-se exclusivamente na questão do trânsito de pessoas sem a necessidade de visto. Os outros temas, apesar de também relevantes, não se tornaram um tema tão sensível como essa questão a qual, segundo Holtom (2005), foi o principal tema da agenda UE-Rússia ao longo dos anos 2001 e 2002.

De maneira resumida, o embate entre as partes de dava pelo fato de que se por um lado a Rússia possuía uma posição irredutível de que o trânsito por terra entre Kaliningrado e o restante do território russo não deveria demandar que os cidadãos russos portassem visto para entrada em território inserido na área de Schengen, a Comissão Européia igualmente insistia que os indivíduos em trânsito deveriam portar um passaporte válido e um visto (Holtom, 2005, p. 32). A posição européia foi destacada no documento da Comissão Européia intitulado *The EU and Kaliningrad*, de 18 de janeiro de 2001, em que se afirma que “travel, whatever the purpose, to or *through* EU Member States will require possession of a visa” (apud. Holtom, 2005, p. 37) e no fim de 2001 a questão do trânsito era amplamente reconhecida como a mais complicada da agenda bilateral, e, apesar de discutida em vários fóruns Rússia-UE e da região do Mar Báltico, não se alcançavam avanços (Holtom, 2005, p. 38).

Segundo Holtom (2005, p. 44) uma mudança positiva só é conseguida quando, em agosto de 2002, Vladimir Putin envia carta ao Presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, e aos governos dos então 15 Estados-membros da UE anunciando que a solução para a questão de trânsito viria pelo estabelecimento de um regime de ausência de necessidade de visto para qualquer viagem entre os territórios da Rússia e da União Européia. Essa proposta russa provocou o estudo da Comissão Européia intitulado *Kaliningrad Transit*, pelo qual se propõe a introdução de um documento de trânsito facilitado (FTD, na sigla em inglês) para “all Russian citizens who travel frequently and directly between Kaliningrad and the Russian mainland” (apud. Holtom, 2005, p. 45). Tal proposta européia veio a servir como base para o acordo selado na Cúpula UE-Rússia realizada em Bruxelas, em 11 de novembro de 2002, a partir do qual no início de julho de 2003 o sistema de documento de trânsito facilitado entrou em vigor (Holtom, 2005, p. 45). Nesse contexto, é válido destacar o comentário de Putin sobre o assunto realizado na Cúpula UE-Rússia de Moscou em 21 de maio de 2004, quando afirma que

“[o]ur discussions showed that Russia and the European Union are both set on continuing a dialogue of confidence and are able to find mutually acceptable solutions to any, even the most complicated problems. I am convinced that this guarantees a successful future for our partnership”. (apud. Holtom, 2005, p. 46)

É nesse contexto que Holtom argumenta que o fator elementar para que uma solução para o tema através do diálogo fosse alcançada foi a mudança promovida por Putin de uma discussão politizada para uma discussão técnica (2005, p. 46). Sem discutir os méritos da argumentação do autor, o que a questão de Kaliningrado demonstra (especificamente a questão do trânsito de indivíduos) é que temas sensíveis podem ser discutidos e resolvidos através do diálogo bilateral. Independentemente do fato de que as reformas internas na Rússia já houvessem começado, levando a Rússia a um caminho não desejado pela União Européia desde um ponto-de-vista de organização política interna, havia um tema em que as posições pareciam ser inflexíveis, contudo, através do diálogo a Rússia e a União Européia foram capazes de alcançar uma solução aceitável para ambas as partes, inclusive tendo entrado em vigor, em 1º de junho de 2007 o acordo de facilitação de emissão de vistos. Esta é uma clara evidência empírica de que a linguagem da parceria estratégica tem capacidade de constituir um contexto em que práticas dignas de parceiros podem ser tomadas. A Rússia e a União Européia não estão automaticamente destinadas a permanecer em um relacionamento estagnado. Estimular um ambiente lingüístico que afirme a viabilidade da parceria estratégica, “como se” a superação das atuais desavenças fosse possível, pode parecer simples retórica, mas pode ser uma boa estratégia de ação. A partir do momento em que, em um relacionamento de parceria estratégica, fóruns de diálogo são estabelecidos de onde partem propostas de solução de problemas, parece haver alguma relação entre a linguagem de parceria estratégica, as regras que ela estabelece para o relacionamento bilateral, e o surgimento de soluções cooperativas para questões de interesse estratégico de ambas as partes.

## 6

### Conclusão

#### **A parceria estratégica como um ato de fala e seu papel constitutivo para o relacionamento entre a Rússia e a União Européia**

O objetivo proposto para o presente trabalho foi discutir a possibilidade de se observar as relações sociais, e aí se incluem as relações entre atores políticos internacionais – e mais especificamente as relações entre a Rússia e a União Européia –, a partir de concepções ontológicas, epistemológicas e metodológicas centradas na linguagem, mas que não deixem de levar em consideração o elemento empírico. Nesse contexto, o esforço realizado foi o de, a partir de um foco na linguagem utilizada, discutir como o elemento lingüístico é capaz de realmente informar diretamente as regras que constituem os contextos relacionais entre a Rússia e a União Européia. Através de uma abordagem preocupada em analisar o processo, focou-se no termo que permeia constantemente o contexto lingüístico desse relacionamento bilateral: “parceria estratégica”. Nesse sentido, buscou-se apresentar uma leitura de como se pode compreender o papel do uso desse conceito, e como ele constitui o relacionamento entre a Rússia e a União Européia.

O que a análise realizada demonstra é que de fato o termo “parceria estratégica” surge como uma maneira de definir as relações UE-Rússia, mas isso não pode ser compreendido como meramente a constatação de um status fixo de como se relacionam esses dois atores. Justamente, o que se buscou argumentar é que ao se utilizar este conceito como termo definidor das relações Rússia-UE, tal enunciação é um ato de fala que constitui as regras que compõem o relacionamento bilateral.

De fato, deve-se atentar ao fato de que ao se propor o termo “parceria estratégica” ao invés de “cooperação”, “relacionamento especial”, “candidatura à adesão” ou mesmo ao não se inserir a Rússia como outros Estados no âmbito da Política de Vizinhança Européia, está-se determinando que o relacionamento entre a Rússia e a União Européia pauta-se por um status e por regras de agência diferenciados. No entanto, o que se observa é que apesar de os interesses estratégicos se manterem constantes (aprofundamento comercial, manutenção e

promoção de um continente seguro, e a cooperação em aspectos culturais e científicos), o relacionamento bilateral desenvolve-se em um processo gradual.

É nesse contexto que foram identificadas quatro fases de relacionamento entre a Rússia e a União Europeia que equivalem, segundo uma concepção wittgensteiniana, a quatro “jogos” específicos. Nesse sentido, em um processo temporal, pode-se compreender como desde o Acordo de Parceria e Cooperação de 1994 até os dias atuais as relações Rússia-União Europeia passam de um jogo entre desiguais até os dias atuais em que inexistente uma hierarquia entre as partes, e que, diante de algumas divergências, advogue-se uma mínima reaproximação que demonstre que o diálogo é possível e que um pode confiar no outro.

O grande obstáculo para uma tal maneira de se buscar compreender como se desenvolvem as relações entre a Rússia e a União Europeia ao longo do tempo é se conseguir argumentar contra uma visão de que a linguagem em torno da idéia de parceria estratégica é simples retórica ou *lip service*. Deve-se destacar que a crença na natureza retórica da linguagem (e especificamente da linguagem de parceria estratégica) parte de uma crença ontológica básica, de que os atores possuem uma natureza egoísta de auto-preservação e que, de acordo com uma lógica de soma-zero, não querem alcançar seus interesses em detrimento dos interesses dos outros. Ademais, episódios pontuais que se inserem no âmbito da agenda bilateral e sobre os quais as divergências são grandes ou sobre os quais não se alcançam grandes avanços, legitimam um discurso/linguagem sobre estagnação e incompatibilidade que pode servir como base para uma leitura de que determinados elementos inerentes à natureza dos atores, ou das relações internacionais de maneira geral, explicam o fato de que não há e não haverá de fato a possibilidade de configuração de um relacionamento de parceria estratégica.

Contudo, deve-se chamar a atenção ao fato de que existe uma parceria estratégica entre a Rússia e a União Europeia, apesar de realmente maior convergência estratégica ser de fato necessária em algumas áreas. Deve-se levar em consideração que a parceria estratégica no contexto das relações UE-Rússia significa um relacionamento entre iguais, existe um respeito pela autonomia da vontade soberana do outro. É uma parceria que, como coloca Putin, afirmando ser uma fórmula desenvolvida por Romano Prodi, caracteriza-se por “anything but

institutions”<sup>1</sup>, em uma alusão de que a cooperação se dá no âmbito do diálogo e de encontros, como as cúpulas UE-Rússia, além dos documentos oficiais e programas de cooperação. Cabe destacar que no documentário *Gigant Gazprom*, anteriormente mencionado, apresenta-se uma fala de Putin que resume muito bem as bases do relacionamento bilateral. O ex-presidente afirma, realizando-se uma tradução livre do alemão, “não tem a ver com amor, mas com interesse”. Nesse sentido, os interesses estratégicos que fundamentam a parceria estratégica são evidenciados no vocabulário dos quatro espaços comuns: economia; liberdade, segurança e justiça; segurança externa; e pesquisa e educação, incluindo aspectos culturais. E se por um lado encontram-se vários exemplos de dificuldade de cooperação no âmbito do espaço comum de segurança externa, no que diz respeito aos demais, a avaliação de representantes das duas partes e também do *EU-Russia Common Spaces Progress Report 2007*, já exemplificados anteriormente, evidenciam que o relacionamento bilateral não se encontra em declínio como muitas vezes se afirma.

Além disso, no que diz respeito à cooperação na área de segurança, tampouco tudo são problemas. Há exemplos de cooperação e iniciativas interessantes nesse âmbito. Em artigo intitulado *Prospects for the EU-Russia Relations* (2008), o ministro das relações exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, chama a atenção para a cooperação militar existente na República do Chade e na República Centro-Africana. Além disso, existe a proposta russa, realizada em visita à Alemanha em junho de 2008, de realização de uma cúpula pan-européia com o objetivo de desenvolver um acordo sobre questões de segurança no continente<sup>2</sup>. Tal iniciativa faz parte do Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2008:

“The main objective of the Russian foreign policy on the European track is to create a truly open, democratic system of regional collective security and cooperation ensuring the unity of the Euro-Atlantic region, from Vancouver to Vladivostok, in such a way as not to allow its new fragmentation and reproduction of bloc-based approaches which still persist in the European architecture that took shape during the Cold War period. This is precisely the essence of the initiative aimed at concluding a European security treaty, the elaboration of which could be launched at a pan-European summit.

---

<sup>1</sup> Putin, *50 Years of the European Integration and Russia*, 2008.

<sup>2</sup> Fonte: <<http://en.rian.ru/russia/20080716/114103913.html>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

Russia calls for building a truly unified Europe without divisive lines through equal interaction between Russia, the European Union and the United States.”

Cabe destacar que a iniciativa russa supracitada insere-se no âmbito de uma proposta de aliança tripartite que incluía também os Estados Unidos da América. Ainda, deve-se destacar que, se por um lado a área de segurança pode ser considerada a menos desenvolvida no âmbito da parceria estratégica entre a Rússia e a União Europeia (e a que alimenta o discurso/linguagem de estagnação e incompatibilidade), deve-se levar em consideração que nessa área as relações entre a Rússia e os Estados Unidos da América são um elemento importante. Deve-se considerar que é um jogo que inclui um relevante terceiro jogador, devendo-se relativizar até que ponto problemas da falta de avanços nessa área refletem problemas inerentes à parceria estratégica entre a Rússia e a União Europeia.<sup>3</sup>

Assim, o que se buscou destacar é que há exemplos de que a utilização do conceito de parceria estratégica é um ato de fala que realmente constitui o jogo das relações entre a Rússia e a União Europeia, refletindo-se em práticas concretas. Por mais que em alguns momentos as regras de um relacionamento entre parceiros estratégicos possa ser rompida – o que não retira a legitimidade da abordagem, pelo fato de que as regras que constituem um determinado jogo podem sim ser rompidas –, isso não exclui o fato de que o termo parceria estratégica é o conceito referencial que se emprega e determina como se pode compreender o relacionamento entre a Rússia e a União Europeia. Nas palavras da Comissária de Comércio Catherine Ashton, em discurso em 13 de novembro de 2008: “I think we will have turned the corner in EU-Russia relations when we both come to see our growing interdependence as something that makes our relationship stronger and more durable, rather than increasing our vulnerability.”<sup>4</sup> Sergei Lavrov também é assertivo em afirmar que a parceria estratégica significa algo:

“[w]e do not call ourselves strategic partners for nothing. Our strategic partnership is determined not only by the achieved results but also by enormous global challenges we are facing, first of all in the economy, and by the fact that there is no alternative to combined efforts to work out adequate

<sup>3</sup> É interessante destacar que o Informe sobre o Progresso dos Quatro Espaços Comuns, de 2007, abertamente afirma que o progresso do espaço comum de segurança externa não são incluídas na avaliação por se inserirem no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum da UE.

<sup>4</sup>Fonte: <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_233.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_233.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

responses to them. We are convinced that the mechanism of strategic partnership will remain essential and will continue to develop and improve.

Of course, like among any partners, occasionally there arise differences between Russia and the European Union on various issues but what is important is that the Parties are inclined to overcome them and prevent them from becoming a barrier to cooperation in the areas where our interests converge.”<sup>5</sup>

Nesse sentido, não parecem ser válidas análises e discursos que identifiquem incompatibilidades sistêmicas ou provenientes da natureza diferenciada dos atores. Muito além de uma questão de incompatibilidade de valores ou de noções de soberania, o que parece faltar à Rússia e à União Européia para que possam superar o atual momento, em que a audiência de maneira geral está mais inclinada a não identificar um relacionamento de real parceria estratégica entre as partes, é dar continuidade e intensificar o diálogo bilateral, continuando a “agir como se” avanços fossem possíveis. Porque eles são comprovadamente possíveis.

A questão de trânsito de Kaliningrado, e os demais exemplos mencionados, são evidências empíricas de que um diálogo pragmático (a tônica do relacionamento de parceria estratégica proposto e que vem se desenvolvendo entre a União Européia e a Rússia) é capaz de gerar avanços para ambas as partes. Dessa maneira, tanto o diálogo sobre energia como temas de segurança tem muito a se beneficiar de uma linguagem que proponha e legitime um diálogo aberto e pragmático. Nesse sentido uma estratégia atual válida para as partes seria investir em uma linguagem objetiva que demonstre linhas específicas bem definidas de cooperação e que paulatinamente possa ganhar legitimidade e ser vista como plausível pela audiência européia de maneira geral, anulando o discurso/linguagem sobre incompatibilidades, o qual somente contribui para um sentimento de desconfiança e um contexto em que se espera sempre o pior do outro, minando as possibilidades de ações estratégicas coordenadas.

Finalmente cabe destacar brevemente o cenário atual. Segundo Adrianov e Ivliev (2008), a crise financeira internacional já afeta negativamente a Rússia:

“December 12, 2008 saw the Ministry of Economic Development of Russia officially announcing that the country’s economy had entered into recession. According to the Ministry’s forecast, economic growth rate in 2008 will be 6% compared to the expected 7%; prices fall for exported minerals, including oil and metals, will lead to trade balance deficit of the country, and

---

<sup>5</sup> Lavrov, *Prospects for the EU-Russia Relations*, 2008.

unemployment rate will rise. In October 2008 4,6 million people lost their jobs, which is 8% more than the previous year.”

A zona do euro também já reconhece ter entrado em recessão após ter registrado crescimento negativo de 0,2% nos dois últimos trimestres de 2008 (duas das principais economias da zona, Alemanha e Itália, alavancam essa recessão da zona).<sup>6</sup> Dessa maneira, o atual contexto de crise financeira e de baixa do valor do petróleo (algo muito ruim para a Rússia) apresenta-se como um desafio e uma oportunidade para as relações entre a Rússia e a União Européia. Se por um lado os desafios de ajustes são grandes, por outro lado o diálogo econômico tem sido um dos pontos fortes da parceria estratégica, e dada a necessidade de medidas pragmáticas, possivelmente o foco que se tem em áreas problemáticas do relacionamento bilateral deverá ser temporariamente movido para temas de cooperação econômica, o que pode possibilitar maior legitimidade à linguagem de parceria estratégica. Cabe somente aguardar e ver se o momento poderá ser bem aproveitado no sentido de fortalecer o relacionamento bilateral.

O objetivo do presente trabalho foi demonstrar que outra maneira de compreender as relações sociais, e mais especificamente as relações internacionais, é possível. As relações entre a Rússia e a União Européia de fato são complexas e possuem sérios obstáculos a ser superados. No entanto, o que se pôde observar é que uma abordagem baseada em uma ontologia que destaca o caráter constitutivo da linguagem centrada no conceito de parceria estratégica permite conclusões distintas a respeito desse relacionamento bilateral. Buscando-se não apresentar uma análise normativa influenciada por um desejo de que a realidade simplesmente fosse diferente, espera-se ter realizado uma contribuição no sentido de destacar como um olhar centrado na linguagem em uso modifica a visão sobre a realidade social e permite imaginar possibilidades distintas e mais cooperativas de relacionamento entre os atores políticos internacionais.

---

<sup>6</sup> Fonte: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/7729018.stm>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2009.

## 7

### Referências

#### 7.1

##### Artigos acadêmicos e de jornais e livros

AALTO, Pami (ed.). **The EU-Russian Energy Dialogue**. Hampshire; Burlington: Ashgate Publishing, 2008.

ALBI, Anneli. Postmodern Versus Retrospective Sovereignty? Two Different Discourses in the EU and the Candidate Countries? In: WALKER, Neil (ed.). **Sovereignty in Transition: essays in European law**. Oxford; Portland: Hart Publishing, 2003. p. 401-421.

ANDRIANOV, D.; IVLIEV, S. **Financial Crisis: causes and effects for the EU and Russia**. 23 de dezembro de 2008.

A new deal with Russia. **Euractiv.com**. 14 de novembro de 2007.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11(2), p. 171-201, 2005.

BARLINSKA, Izabela. ¿Hay una política común de la UE hacia Rusia? **ARI**, n. 124/2006. Madrid: Real Instituto Elcano, 14 de dezembro de 2006.

BAXENDALE, James. EU-Russia Relations: Is 2001 a Turning Point for Kaliningrad? **European Foreign Affairs Review**, v. 6, n. 4, p. 437-464, inverno de 2001.

BELLAMY, Richard. Sovereignty, Post-Sovereignty and Pre-Sovereignty: Three Models of the State, Democracy and rights within the EU. In: WALKER, Neil (ed.). **Sovereignty in Transition: essays in European law**. Oxford; Portland: Hart Publishing, 2003. p. 167-189.

BLOED, Arie. Russia and Georgia disagree on Russian peacekeepers. **Helsinki Monitor**, n. 2, p. 193-195, 2006.

BUENO, Vera Cristina de Andrade. Significação e Ato Illocucionário. In: MARCONDES, Danilo. **Significado, Verdade e Ação**. Niterói: UFF, 1986.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder; London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMPBELL, D. Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility. In: LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F.. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. 1996.

CHIZHOV, Vladimir. European Union: A Partnership Strategy. **International Affairs**, v. 50, n. 6, p. 79-87, 2004.

COHEN, Ariel. Domestic Factors Driving Russia's Foreign Policy. **Executive Summary Backgrounder**, n. 2084. Heritage Foundation, 19 de novembro de 2007. Disponível em:

<[http://www.heritage.org/Research/RussiaandEurasia/upload/bg\\_2084.pdf](http://www.heritage.org/Research/RussiaandEurasia/upload/bg_2084.pdf)>.

Acesso em: 12 de fevereiro de 2008.

COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Como funciona a União Europeia: Um guia sobre as instituições da União Europeia**. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003.

\_\_\_\_\_. **The European Union and Russia: Close Neighbours, Global Players, Strategic Partners**. Luxemburgo: Escritório para Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007.

CRETELLA JÚNIOR, José; CINTRA, Geraldo de Ulhôa. **Dicionário Latino-Português**. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

DANILOV, Dmitriy; DE SPIEGELEIRE, Stephan. From Decoupling to Recoupling – Russia and Western Europe: a new security relationship? **Chaillot Paper**. n. 31. Abril de 1998.

DE WILDE, Tanguy; PELLON, Gaëlle. The implications of the European Neighbourhood Policy (ENP) on the EU-Russian “Strategic Partnership”. **Helsinki Monitor**, n. 2, p. 119-132. 2006.

DIEZ, Thomas. Speaking Europe: The Politics of Integration Discourse. **Journal of European Public Policy**, v. 6, n. 4. 1999.

\_\_\_\_\_; WIENER, Antjie (Eds.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DYNKIN, A.; KUZNETSOV, A. **Economic Cooperation between Russia and the European Union amid Global Competition**. 23 de dezembro de 2008.

EMERSON, M. **The Elephant and the Bear: the European Union, Russia and their Near Abroads**. 2001.

Europe's external energy policy: The Russian dimension. **Euractiv.com**. 26 de outubro de 2007.

EU freezes talks with Russia at summit. **Euractiv.com**. 2 de setembro de 2008.

EU keeps door half-open for Ukraine. **Euractiv.com**. 10 de setembro de 2008.

**Eurozone officially in recession**. 14 de novembro de 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/7729018.stm>.

EU, Russia could discuss new partnership agreement before June. **RIA Novosti**. 15 de janeiro de 2008.

EU-Russia relations after the September proposal on energy liberalisation. **Euractiv.com**. 20 de setembro de 2007.

EU-Russia welcome 'new page' in relationship. **Euractiv.com**. 30 de junho de 2008.

FIERKE, Karin M.. Constructivism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds.). **International Relations Theory**. Oxford: Oxford University Press, p. 166-184. 2006.

\_\_\_\_\_. **Critical Approaches to International Security**. Cambridge: Polity Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **Links Across the Abyss: Language and Logic in International Relations**. 2002.

\_\_\_\_\_; JORGENSEN, Knud Erik (Orgs). **Constructing International Relations: The Next Generation**. Armonk: M. E. Sharpe, 2001.

\_\_\_\_\_; WIENER, Antje. Constructing institutional interests: EU and NATO enlargement. **Journal of European Public Policy**, n. 6.5, p. 721-742, dezembro de 1999.

GEDEN, Oliver; MARCELIS, Clémence; MAUER, Andreas. Perspectivas para a Política Energética Externa da União Europeia: idéias e interesses na Alemanha, Grã-Bretanha, Polônia e França. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). **Anuário Brasil-Europa 2006**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 13-57.

Grimm, Jacob; Grimm, Wilhelm. **GRIMM. Deutsches Wörterbuch von Jacob und Wilhelm Grimm**. V. 13. Leipzig, 1889.

GUZZINI, S. **Realism in International Relations and International Political Economy**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1998.

HAAS, Ernest B.. **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces 1950-57**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

HAUKKALA, Hiski. The making of the European Union's Common Strategy on Russia. **UPI Working Paper**, v. 28. Helsinque: Ulkopoliittinen Instituuti (FIA), 2000.

HEIKKA, Henriikki. **Russia and Europe: A Finnish View**. Helsinki, 12 de novembro de 2004. Paper preparado para a Russia's European Choice Conference.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004.

HIX, S. **The Political System of the European Union**. Palgrave, 1999.

HOLTOM, Paul. The Kaliningrad Test in Russian-EU Relations. **Perspectives on European Politics and Society**, v. 6, n. 1, p. 31-54, 2005.

HOPF, T. Identity, Legitimacy, and the Use of Military Force: Russia's Great Power Identities and military Intervention in Abkhazia. **Review of International Studies**, v. 31, p. 225-243, 2005.

\_\_\_\_\_. **Social Construction of International Politics: Identities & Foreign Policies, Moscow, 1955 and 1999**. Ithaca; London: Cornell University Press, 2002.

HUSKEY, Eugene. A liderança política e a luta entre o centro e a periferia: as reformas administrativas de Putin. In: BROWN, A. ; SHEVTSOVA, L. (orgs.). **Gorbachev, Yeltsin & Putin: a liderança política na transição russa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 197-234.

ICG (International Crisis Group). Georgia: The Risks of Winter. *Europe Briefing*. N. 51, 26 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Russia vs Georgia: The Fallout. **Europe Report**, n. 195, 22 de agosto de 2008.

**It's official: Russia in recession**. 12 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.forbes.com/2008/12/12/russia-recession-outlook-markets-econ-cx\\_vr\\_1212markets10.html](http://www.forbes.com/2008/12/12/russia-recession-outlook-markets-econ-cx_vr_1212markets10.html) >. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

JONES, R. J. Barry (ed.). **Routledge Encyclopedia of International Political Economy**. V. 3. Florence: Routledge, 2001.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O.; KRASNER, Stephen D.. International Organization and the Study of World Politics. **International Organization**, v. 52.4, p. 645-685, outono de 1998.

KEMPE, Iris; SMITH, Hanna. **A Decade of Partnership and Cooperation in Russia EU Relations: Perceptions, Perspectives and Progress – Possibilities for the next decade**. Helsinque, abril de 2006.

KING, Charles. The Five-Day War. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 6, novembro/dezembro de 2008.

**KLUGE. Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache**. 24<sup>a</sup> ed. Berlin; Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2002.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KRASTEV, Ivan. Russia vs Europe: the sovereignty wars. **Open Democracy**. 5 de setembro de 2007.

Last poll predicts Medvedev will get 73% in presidential vote. **RIA Novosti**. 21 de fevereiro de 2008.

KUZNETSOVA, E. Will the Roadmaps Lead Russia to Europe. **International Affairs**, v. 51, n. 4, p. 67-71, 2005.

LAVROV, S. **Containing Russia: Back to the Future?**. 19 de julho de 2007. Disponível em: <[http://www.mid.ru/brp\\_4.nsf/english](http://www.mid.ru/brp_4.nsf/english)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Prospects for the EU-Russia Relations**. 14 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_. Russian Foreign Policy and a New Quality of the Geopolitical Situation. In: **Diplomatic Yearbook 2008**. 2008.

LINKLATER, Andrew. **The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalia Era**. Columbia: University of South Carolina Press, 1998.

LUTTWAK, Edward N. **Strategy: The Logic of War and Peace**. Cambridge; London: Harvard University Press, 1987.

LYNCH, Dov. Russia's Strategic Partnership with Europe. **The Washington Quarterly**, v. 27, n. 2, p. 99-118, primavera de 2004.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 2<sup>a</sup> ed. V. III. Lisboa: Editorial Confluencia, 1967.

MAKARYCHEV, Andrey S. Russia's Search for International Identity Through the Sovereign Democracy Concept. **The International Spectator**, v. 43, n. 2, p. 49-62, junho de 2008.

MARCONDES, Danilo. Wittgenstein: linguagem e realidade. **Cad. pedag. e cult.**, v. 3(2), Niterói, p. 217-230, jul./dez. de 1994.

MAYOROV, M. South Ossetia: Conflict Zone. **International Affairs**, v. 48, n. 2, p. 112-118, 2002.

**Medvedev pushes European summit to agree security treaty.** Moscou, 16 de julho de 2008. Disponível em:

<<http://en.rian.ru/russia/20080716/114103913.html>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

MEDVEDEV, Sergei. EU-Russian Relations: Alternative Futures. **FIIA Report 2006**, n. 15. Helsinque, 2006.

MEYER. Karl E. After Georgia: Back to the Future. **World Policy Journal**, p. 119-124, outono de 2008.

MILOV, Vladimir. **The EU-Russian Energy Dialogue: Competition Versus Monopolies.** IFRI, setembro de 2006.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico Resumido.** Coleção Dicionários Especializados. [Rio de Janeiro]: Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Cultura), 1966.

NEUMANN, Iver B. **Russia and the Idea of Europe.** Londres; Nova Iorque: Routledge, 1996.

No breakthroughs in EU-Russian talks. **Euractiv.com.** 29 de outubro de 2007.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations.** Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

Polonia bloquea las negociaciones entre La UE y Rusia sobre energía y comercio. **El País.** 14 de novembro de 2006.

PANKOV, Vladimir. Options for the EU-Russian Strategic Partnership Agreement. **Russia in Global Affairs**, n. 2, abril-junho de 2008. Disponível em:

<<http://eng.globalaffairs.ru/numbers/23/1202.html>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

PRICE, Robert F. Energy Reform in Russia and the Implications for European Energy Security. **Demokratizatsiya**, p. 391-407, 2007.

PUTIN, V. **50 years of the European Integration and Russia**. 25 de março de 2007. Disponível em:

<[http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2007/03/25/1133\\_type104017\\_120738.shtml](http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2007/03/25/1133_type104017_120738.shtml)>. Acesso em: 14 de outubro de 2008. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

RADVANYI, Jean. Ossétia do Sul, o palco de uma disputa mundial. **Le Monde Diplomatique Brasil**, a. 2, n. 14, p. 22, setembro de 2008.

REEVE, Roy. The OSCE Mission to Georgia and the Georgian-Ossetian conflict: An overview of activities. **Helsinki Monitor**, n. 1, p. 57-68, 2006.

RISSE, Thomas. Social Constructivism and European Integration. In: DIEZ, Thomas; WIENER, Antjie (Eds.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ROBERTS, Cynthia A. **Russia and the European Union: the sources and limits of “special relationships”**. Strategic Studies Institute, 2007.

ROSAMOND, B. **Theories of European Integration**. Palgrave, 2000.

RUMER, Eugene B. Russian Foreign Policy Beyond Putin. **Adelphi Paper**, n. 390, 2007.

Russia-EU cooperation pact talks to start later this year. **RIA Novosti**. 21 de janeiro de 2008.

Russia lifts embargo on Polish meat. **Euractiv.com**. 21 de dezembro de 2007.

Russian election inspires chorus of international criticism. **Euractiv.com**. 4 de dezembro de 2007.

SEARLE, J. R. **Expressão e Significado**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SHAPIRO, Michael J. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. (Eds.). **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. Nova Iorque: Lexington Books, 1989. p. 11-22.

Serbia, Russia fury as Kosovo independence draws near. **Euractiv.com**. 15 de fevereiro de 2008.

SHEVTSOVA, Lilia. De Yeltsin a Putin. A evolução do poder presidencial. In: BROWN, A. ; SHEVTSOVA, L. (orgs.). **Gorbachev, Yeltsin & Putin: a**

**liderança política na transição russa.** Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 103-195.

SMITH, Martin A.; Timmins, Graham. **Russia, the European Union and NATO: Strategic Partnership in a Changing Europe.** Preparado para o

Encontro Anual da American Political Science Association. 28 a 31 de agosto de 2003. Disponível em:

<[http://www.allacademic.com/meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/0/6/4/2/9/pages/64298/p64298-1.php](http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/0/6/4/2/9/pages/64298/p64298-1.php)>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2009.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: positivism and beyond.** Cambridge University Press, 1996.

South Ossetia is not Kosovo. **Economist**, v. 387, n. 8595, p. 14-15, 30 de julho de 2008.

TORRENT, Ramón. **Derecho y Práctica de las Relaciones Exteriores en la Unión Europea.** Barcelona: Cedecs Editorial, 1998.

VAHL, Marius. Just Good Friends? The EU-Russian “Strategic Partnership” and the Northern Dimension. **Working Documents**, n. 166, p. 1-53, março de 2001.

VOLKOV, Vadim. Standard Oil and Yukos in the Context of Early Capitalism in the United States and Russia. **Demokratizatsiya**, p. 240-264, verão de 2008.

WALKER, Neil. Late Sovereignty in the European Union. In: WALKER, Neil (ed.). **Sovereignty in Transition: essays in European law.** Oxford; Portland: Hart Publishing, 2003. p. 3-32.

WALKER, R. B. J. The Double Outside of the Modern International. **Ephemera**, v. 6(1), p. 56-69, 2006.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WERTSCH, James V. Georgia as a Laboratory for Democracy. **Demokratizatsiya**, p. 519-535, 2006.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. **European Journal of International Relations**, v. 7(3), p. 315-348, 2001.

ZIELONKA, J. **Europe as Empire: The Nature of the Enlarged European Union.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

## 7.2

### Documentos e discursos

**Agreement between the Russian Federation and the European Community on readmission.** Sochi, 25 de maio de 2006. Disponível em:

<[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_259.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_259.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

**Agreement between the Russian Federation and the European Community on the facilitation of the issuance of visas to the citizens of the Russian**

**Federation and the European Union.** Sochi, 25 de maio de 2006. Disponível em: <[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_259.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_259.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

**Agreement on Partnership and Cooperation between the European Community and their Member States, on the one part, and the Russian Federation, on the other part.** Corfu, 24 de junho de 1994.

**Answer to Questions During a Joint Press Conference Following Talks with the Greek Prime Minister Konstantinos Simitis.** Aenas, 7 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Answers to Questions Following Russian-Belgium Talks.** Bruxelas, 2 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Answers to Questions Following Russian-Portuguese Talks.** Moscou, 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

BARROSO, José M. Durão. **Uma estratégia europeia para a energia: discurso de encerramento.** Lisboa, 30 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/06/649&format=HTML&aged=1&language=EN&guiLanguage=pt>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2009.

**Beginning of a Meeting with Polish Prime Minister Donald Tusk.** Moscou, 8 de fevereiro de 2008. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Benita Ferrero-Waldner, European Commissioner for External Relations and European Neighbourhood Policy: Statement on EU-Russia Summit.**

Plenário do Parlamento Europeu, 29 de novembro de 2006.

**Declaration on Chechnya.** Conselho Europeu de Helsinque, 10-11 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.ena.lu/>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2009.

**EU Common Strategy on Russia.** Colônia, 4 de junho de 1999.

**EU Russia Common Spaces Progress Report.** Março de 2008.

**Excerpts from a News Conference Following Russian-Austrian Negotiations.**

Moscou, 23 de junho de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Excerpts from the Transcript of a Joint News Conference of President**

**Vladimir Putin and British Prime Minister Tony Blair.** Peterhof, 11 de março de 2000. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Excerpts from the Transcript of a Joint News Conference with German Chancellor Gerhard Schroeder on the Results of a State Visit to Germany.**

Dresden, 27 de setembro de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Excerpts from a transcript of a news conference with President Vladimir**

**Putin and German Federal Chancellor Gerhard Schroeder.** Moscú, 25 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Extracts from a Joint News Conference with Polish President Alexander**

**Kwasniewski.** Varsóvia, 16 de janeiro de 2002. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Extracts from a Speech to the Second Poland-Russia Economic Forum.**

Poznan, 17 de janeiro de 2002. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Green Paper – A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy.** COM(2006)105 final. Bruxelas, 8 de março de 2006.

**Green Paper – Towards a European strategy for the security of energy supply.** COM/2000/0769final/.

**Implementation of the Plan of Russian President Dmitry Medvedev and French President Nicolas Sarkozy.** 12 de agosto de 2008.

**Joint News Conference with French President Jacques Chirac.** Moscou, 2 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Joint Press Conference following the Russia-European Union Summit.**

Khanty-Mansiysk, 27 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Joint Press Conference with the British Prime Minister Tony Blair.** Halton (Grã Bretanha, 21 de dezembro de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Joint Statement by Mr. G. Verhofstadt, President of the European Council, assisted by Mr. J. Solana, Secretary-General of the Council/High Representative for EU Common Foreign and Security Policy, Mr. R. Prodi, President of the Commission of the European Communities and Mr. V. V. Putin, President of the Russian Federation.** Bruxelas, 3 de outubro de 2001.

**Joint statement by S. Berlusconi, President of the European Council, assisted by J. Solana, Secretary-General of the Council/High Representative for EU Common Foreign and Security Policy, R. Prodi, President of the Commission of the European Communities and V.V. Putin, President of Russian Federation.** Roma, 6 de novembro de 2003.

**Joint Statement by The President of the European Council A. GUTERRES assisted by The Secretary-General of the Council/High Representative for Foreign and Security Policy of the EU J. SOLANA, The President of the Commission of the European Communities R. PRODI, The President of the Russian Federation, V. V. PUTIN.** Moscou, 29 de maio de 2000.

**Joint Statement (Eleventh EU-Russia Summit).** São Petersburgo, 31 de maio de 2003.

**Joint Statement by V. V. Putin, President of the Russian Federation, G. Persson, President of the European Council, assisted by J. Solana, Secretary-General of the EU Council/High Representative for Common Foreign and Security Policy of the EU, and R. Prodi, President of the Commission of the European Communities.** Moscou, 17 de maio de 2001.

**Joint Statement by V.V. Putin, President of the Russian Federation, J.M. Aznar, President of the European Council, assisted by J. Solana, Secretary-General of the EU Council/High Representative for Common Foreign and Security Policy of the EU, and R. Prodi, President of the Commission of the European Communities.** Moscou, 29 de maio de 2002.

**Joint statement of the EU-Russia summit on the launch of negotiations for a new EU-Russia agreement.** Khanty-Mansiysk, 30 de junho de 2008.

**Joint Statement of the President of the European Council, Mr. J. CHIRAC, assisted by the Secretary-General of the Council/High Representative for the Common Foreign and Security Policy of the EU, Mr. J. SOLANA, of the President of the Commission of the European Communities, Mr. R. PRODI, and of the President of the Russian Federation, Mr V.V. PUTIN.** Paris, 30 de outubro de 2000.

**Joint Statement on strengthening dialogue and cooperation on political and security matters in Europe by the President of the Russian Federation, V.V. Putin, the President of the European Council, J. Chirac, assisted by the Secretary-General of the Council of the EU/High Representative for the Common Foreign and Security Policy of the EU, J. Solana, and the President of the Commission of the European Communities, R. Prodi, on strengthening dialogue and cooperation on political and security matters in Europe.** Paris, 30 de outubro de 2000.

**Main results of the EU-Russia Summit.** Nice, 14 de novembro de 2008.

**News Conference at the End of a Meeting with President Alexander Kwasniewski of Poland.** Kiev, 23 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**News Conference following Russian-British Talks.** Moscou, 21 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**News Conference Following the Russian-US Summit.** Moscou, 4 de junho de 2000. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Opening Address at the Russia-European Union Summit.** Moscou, 10 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Opening Remarks at na Exanded Session of Russian-Spanish Talks.** Moscou, 22 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Opening Remarks at the Russia-European Union Summit.** Moscou, 17 de maio de 2001.

**Opening Remarks During Russian-French Negotiations in Enlarged Format.** Moscou, 2 de julho de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Plenary session of the European Parliament: statement by State Secretary Janez Lenarcic on behalf of the EU Council on preparation of the EU-Russia Summit.** 19 de junho de 2008.

**Press Conference following a Meeting with EU Council Members.** Estocolmo, 23 de março de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Press Conference following Talks with German Chancellor Angela Merkel.** Sochi, 21 de janeiro de 2007. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Press Conference following the European Union-Russia Summit.** Moscou, 21 de maio de 2004.

**Press Conference on Russia WTO Accession – Speaking Points by Commissioner Lamy.** Moscou, 21 de maio de 2004.

**Press Statement and Joint News Conference with German Federal Chancellor Gerhard Schroeder.** Berlim, 25 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Press Statement and Answers to Questions during the Joint Press Conference with President of the European Commission Jose Manuel Barroso and German Chancellor Angela Merkel following the EU-Russia Summit.** Samara, 18 de maio de 2007.

**Press Statement Summing up Negotiations with Italian Prime Minister Giuliano Amato.** Roma, 5 de junho de 2000. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Remarks and Answers to Questions Following a Meeting with British Prime Minister Tony Blair.** Moscou, 4 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Remarks by EU Commissioner for Trade Catherine Ashton on the EU-Russia Summit.** Nice, 14 de novembro de 2008.

**Road Map for the Common Economic Space – Building Blocks for Sustained Economic Growth.** Moscou, 10 de maio de 2005.

**Road Map for the Common Space of External Security.** Moscou, 10 de maio de 2005.

**Road Map for the Common Space of Freedom, Security and Justice.** Moscou, 10 de maio de 2005.

**Road Map for the Common Space of Research and Education, Including Cultural Aspects.** Moscou, 10 de maio de 2005.

**Russia's Middle Term Strategy towards the EU (2000-2010).** Moscou, 20 de outubro de 1999.

SOLANA, Javier. **Where is Russia going? A new attempt for an all-European Security Order.** Munique, 10 de fevereiro de 2008.

**Speech at a Meeting with the Participants in the 24<sup>th</sup> Conference of European Justice Ministers.** Moscou, 4 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Speech at an Official Dinner in Honour of President Jacques Chirac of France and His Spouse Bernadette Chirac.** Moscou, 2 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Speech at the 43rd Munich Conference on Security Policy.** Munique, 2 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Speech by Benita Ferrero-Waldner, European Commissioner for External Relations and European Neighbourhood Policy: "EU-Russia: Preparations for the Summit on 26 October"**. Estrasburgo, 24 de setembro de 2007.

**Speech by Catherine Ashton, EU Trade Commissioner “Foreign investment, strategic industries, and protectionism”.** Cannes, 13 de novembro de 2008.

**Speech by Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation Igor Ivanov at Joint Session of Federation Council and State Duma Foreign Affairs**

**Committees.** 12 de fevereiro de 2004. Disponível em:

<[http://www.shaps.hawaii.edu/fp/russia/2004/20040212\\_rfm\\_speech.html](http://www.shaps.hawaii.edu/fp/russia/2004/20040212_rfm_speech.html)>.

Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

**Speech by Romano Prodi, President of the European Commission.** Marly

Moscou, 29 de maio de 2000. Disponível em:

<[http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p\\_233.htm](http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_233.htm)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

**Speech by Romano Prodi, President of the European Commission, “What the 21st Century holds for the EU - Russia relationship” at the European Business Club (EBC) dinner.** Moscú, 28 de maio de 2002.

**Speech in the Bundestag of the Federal Republic of Germany.** Berlim, 25 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>.

Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement and Answers to Journalists Questions after the Negotiations with Federal Chancellor of the Austrian Republic Wolfgang Schüssel.** Saint

Christoph (Áustria), 9 de fevereiro de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement and Answers to Questions Following the Russia-EU Summit.**

Bruxelas, 3 de outubro de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement and News Conference Following Negotiations with the French President Jacques Chirac.** Paris, 30 de outubro de 2000. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement for the Media and Answers to Journalists’ Questions at a Joint News Conference with the German Federal Chancellor Gerhard Schroeder.**

Moscú, 7 de janeiro de 2001. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement for the Media in the Wake of a Russian-Italian Summit.** Moscou, 27 de novembro de 2000. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement for the Press and Answer to Question on the Results of the Russia-EU Summit.** Moscou, 29 de maio de 2000. Disponível em:

<<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement for the Press and Answers to Questions at the Joint Press Conference with Lithuanian President Valdas Adamkus.** Moscou, 30 de março de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement for the Press and Answers to Questions at a Joint Press Conference with Spanish Prime Minister Jose Maria Aznar.** Moscou, 22 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement to the Press and Answers to Questions at a News Conference with President Tarja Halonen of Finland.** Helsinque, 3 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement for the Press And Answers to Questions at a Press Conference after the Russia-European Union Summit.** Moscou, 17 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement to the Press and Answers to Questions Following Russian-German Inter-Governmental Talks.** São Petersburgo, 10 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statement for the Press Following the Russia-EU Summit.** Paris, 20 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Statements for the Press on the Results of the Russian-German Summit Talks.** Moscou, 2 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Summary of remarks by Javier Solana, EU High Representative for the CFSP, after the Meeting with Lado Gurgendidze, Prime Minister of Georgia.** Bruxelas, 1º de setembro de 2008.

**Summary of remarks by Javier Solana, EU High Representative for the CFSP, on his trip to Georgia.** Bruxelas, 6 de junho de 2008.

**The EU-Russia Strategic Partnership by the High Representative designate of the European Union for Common Foreign and Security Policy, Dr. Javier Solana.** Estocolmo, 13 de outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/applications/solana/details.asp?cmsid=246&BIID=107&DocID=59417&insite=1>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2009.

**The Foreign Policy Concept of the Russian Federation.** Moscou, 28 de junho de 2000.

**The Foreign Policy Concept of the Russian Federation.** Moscou, 12 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml>>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

**Transcript of Remarks and Replies to Media Questions by Russian Minister of Foreign Affairs Sergey Lavrov Following Talks with FRG Minister of Foreign Affairs Frank-Walter Steinmeier.** Berlim, 20 de julho de 2007.

### 7.3

#### Sítios da Internet

##### **Administração de Kaliningrado**

<<http://www.klgd.ru/en/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2009.

##### **BBC News**

<<http://news.bbc.co.uk/>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2009.

##### **Comissão Europeia – Comércio Exterior com a Rússia**

<[http://ec.europa.eu/trade/issues/bilateral/countries/russia/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/trade/issues/bilateral/countries/russia/index_en.htm)>. Acesso em: 14 de janeiro de 2009;

<[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc\\_113440.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113440.pdf)>

Acesso em: 14 de janeiro de 2009.

##### **Comissão Europeia – *Northern Dimension***

< [http://ec.europa.eu/external\\_relations/north\\_dim/](http://ec.europa.eu/external_relations/north_dim/)>. Acesso em: 16 de janeiro de 2009.

#### **Conselho da União Européia**

< <http://www.consilium.europa.eu>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2009.

#### **Delegação da Comissão Européia na Rússia**

< <http://www.delrus.ec.europa.eu/en/index.htm>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2009.

#### **Energy.EU**

< <http://www.energy.eu>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

#### **Energy Information Administration**

< <http://www.eia.doe.gov/>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009;

< <http://tonto.eia.doe.gov/>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

#### **Euractiv.com**

< <http://www.euractiv.com/en/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

#### **European Navigator**

< <http://www.ena.lu>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2009.

#### **Gazprom**

< <http://www.gazprom.com/>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

#### **Ministério das Relações Exteriores da Rússia**

< <http://www.mid.ru>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

#### **Partnership and Success**

< <http://ruseu.com/>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2009.

#### **RIA Novosti**

< <http://en.rian.ru/>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009.

#### **União Européia**

< [www.europa.eu](http://www.europa.eu)> . Acesso em: 10 de outubro de 2008.

## **7.4**

### **Documentários**

SEIPEL, H. **Gigant Gazprom: Die Detschen und ihr Gas aus dem Osten**. 2009.

Disponível em: < [www.youtube.com](http://www.youtube.com)>. Acesso em: 25 de janeiro de 2009.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)